

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 110/2026
Data: 02/07/2026**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
APS RECEBE PRÊMIO NACIONAL POR AÇÕES DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO NO PORTO DE SANTOS	4
ANTAQ LANÇA GUIA PARA INCENTIVAR LIDERANÇA FEMININA NO SETOR AQUAVIÁRIO	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	5
TRANSNORDESTINA: LULA ENTREGA LOTES E VAGÕES NO CEARÁ E ASSINA RAMAL PARA PECÉM	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	7
ANTAQ REALIZA ABERTURA DO ENVELOPE DA CHAMADA PÚBLICA PARA A TRAVESSIA ENTRE MANAUS E CAREIRO DA VÁRZEA	7
AVISO DE PAUTA: GUIA DE INCENTIVO À LIDERANÇA FEMININA SERÁ LANÇADO NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA (03/07)	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
CENTRO-OESTE ULTRAPASSA 5,1 MILHÕES DE PASSAGEIROS E REGISTRA MELHOR RESULTADO DESDE 2018	9
NO RECIFE, MINISTRO TOMÉ FRANCA PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO CURSO DE AVIAÇÃO E CARREIRAS AERONÁUTICAS	10
PRIMEIRO DIA DA 8ª EDIÇÃO DAS CARAVANAS DA INOVAÇÃO PORTUÁRIA EXPLORA POTENCIAL TECNOLÓGICO E LOGÍSTICO DE ALAGOAS	11
ABERTA CONSULTA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO INTEGRADO DO SUL E LAGOA MIRIM	12
MACEIÓ SEDIA 8ª EDIÇÃO DAS CARAVANAS DA INOVAÇÃO PORTUÁRIA COM DEBATES SOBRE TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE	13
MPOR PROMOVE WORKSHOP PARA CONSTRUÇÃO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE DESCARBONIZAÇÃO DE PORTOS E DA NAVEGAÇÃO	13
MINISTRO TOMÉ FRANCA PARTICIPA DA ENTREGA DAS OBRAS DE TRÊS AEROPORTOS EM MINAS GERAIS	15
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
COM APOORTE DE R\$ 3 BILHÕES DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, CONSTRUÇÃO DA PONTE SALVADOR-ILHA DE ITAPARICA AVANÇA	15
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LIBERA TRÁFEGO NA PASSAGEM INFERIOR DE VIADUTO EM FORMOSA (GO)	17
PRESIDENTE LULA E MINISTROS GEORGE SANTORO E WALDEZ GÓES PARTICIPAM DE ENTREGAS E ANÚNCIOS PARA ACELERAR A FERROVIA TRANSNORDESTINA	18
MALHA SUL ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA COM AUDIÊNCIAS A PARTIR DE 16 DE JULHO	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT	20
EDITORIAL – UM MOMENTO HISTÓRICO EM SANTOS, UMA OPORTUNIDADE ÚNICA PARA O BRASIL	20
OPINIÃO – PLANEJAMENTO - CONCEDER OU NÃO O CANAL DO PORTO DE SANTOS? EIS A QUESTÃO!	21
POLÍTICA - FALTAM AJUSTES NA TRAMITAÇÃO DA PEC DA 6X1, DIZ LÍDER	23
NACIONAL - HUB – CURTAS - SANTOS RECEBERÁ PRIMEIRO ABASTECIMENTO DE PORTA-CONTÊINERES COM ETANOL NO BRASIL	24
Operação inédita	24
Planejamento	25
Saindo na frente	25
A descoberta do etanol	25
Novo mercado	25
POLÍTICA - CÂMARA ACELERA PL QUE EQUIPARA MISOGINIA AO CRIME DE RACISMO	25
POLÍTICA - FLÁVIO REAGE A POST DE MICHELLE E NEGA TER IDO À FESTA DE VORCARO	27
POLÍTICA - SENADOR REPUDIA FALA SOBRE VOTO DE MULHER	28
POLÍTICA - CAIADO OFICIALIZA KASSAB COMO VICE E CRITICA FLÁVIO BOLSONARO	28
POLÍTICA - PF MIRA ADVOGADO LIGADO A SÓSTENES	29
TRANSPORTES – BRASIL E PARAGUAI REGULAMENTAM TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGAS DE MENOR PORTE	30
TRANSPORTES - BARRA MANSA GANHA VIADUTO SOBRE FERROVIA APÓS MAIS DE UMA DÉCADA DE ESPERA	31
TRANSPORTES - RODOVIAS - AMPLIAÇÃO DA CASTELLO BRANCO É ENTREGUE COM INVESTIMENTO DE R\$ 1,38 BILHÃO	33
TRANSPORTES - FERROVIAS - PARANÁ E ESPÍRITO SANTO PODERÃO RECEBER TRECHOS DE FERROVIAS INOPERANTES	34
TRANSPORTES – HIDROVIAS - GOVERNO ABRE CONSULTA PARA PRIMEIRA CONCESSÃO HIDROVIÁRIA DO PAÍS	36
TRANSPORTES - PORTOS – APS É PREMIADA POR AÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA DURANTE O MAIO AMARELO	37
TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE IMBITUBA INAUGURA OBRAS E DESTINA R\$ 17,6 MILHÕES À MOBILIDADE URBANA	38
OPINIÃO – ARTIGOS - DUIMP: MODERNIZAÇÃO NECESSÁRIA, MAS QUE AINDA EXIGE ADAPTAÇÃO DA CADEIA LOGÍSTICA	39



PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS REDUZ PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO	40
COM CONVERSAS ENTRE EUA E IRÃ, PETRÓLEO FECHA EM QUEDA	41
MINERAÇÃO - ANM APROVA NOVO SISTEMA PARA PAGAMENTO DOS ROYALTIES DA MINERAÇÃO	42
MINERAÇÃO - OURO ENCERRA A QUARTA-FEIRA EM ALTA	43
BRASIL EXPORT - CENTRO-OESTE EXPORT VAI DEBATER DESAFIOS DA LOGÍSTICA NA REGIÃO	44
BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO CENTRO-OESTE EXPORT 2026	45
FINANÇAS - IBOVESPA TEM LEVE QUEDA NO PRIMEIRO PREGÃO DO SEMESTRE	45
FINANÇAS - IBOVESPA TEM LEVE QUEDA NO PRIMEIRO PREGÃO DO SEMESTRE	46
FINANÇAS - DÓLAR SOBE 0,92% E FECHA A R\$ 5,21	47
JUSTIÇA - STF DERRUBA REDUÇÃO DO PRAZO DE PRESCRIÇÃO DE AÇÃO DE IMPROBIDADE	48
JUSTIÇA - ZAMBELLI: EXTRADIÇÃO DE NOVO EM PAUTA	49
JUSTIÇA - DELEGADO DA PF PERMITIU POSSE DE ARMA EM CASA, DIZ BOLSONARO	49
JUSTIÇA - POLÍCIA CIVIL DO DF INDICIA O SEGURANÇA	50
JUSTIÇA - OPINIÃO - DIREITO - PEC DA ESCALA 6x1. CAUTELA, SEM PARALISIA!	51
INTERNACIONAL - BRASIL PRETENDE AJUDAR NA RECONSTRUÇÃO DA VENEZUELA	53
INTERNACIONAL - POLICIAIS SÃO PRESOS POR FURTAREM VÍTIMAS	54

JORNAL O GLOBO - RJ..... 55

FMI VAI REVISAR PARA CIMA PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO BRASIL EM 2026, AFIRMA DARIO DURIGAN	55
BNDES QUER MOVIMENTAR R\$ 6 BI EM NOVO LEILÃO DE CRÉDITO DE CARBONO VIA REFLORESTAMENTO	56
TARIFAÇÃO DOS EUA: SOBERANIA BRASILEIRA É TEMA QUE NÃO ESTÁ EM NEGOCIAÇÃO, AFIRMA MINISTRO ELIAS ROSA	57
GIGANTE AMERICANA BLACKSTONE FAZ AQUISIÇÃO DE INDÚSTRIA BRASILEIRA DO SETOR ELÉTRICO	59

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP..... 59

MEGATERMINAL EM SANTOS: TÉCNICOS DA ANTAQ RECOMENDAM LEILÃO EM 2 ETAPAS, SEM RESTRIÇÃO A ARMADORES ...	59
GOL AMPLIA OFERTA NA ALTA TEMPORADA DE INVERNO E REFORÇA VOOS PARA NOVA YORK, NORDESTE E ARGENTINA ...	60
GRUPO SUECO CONFIRMA NEGOCIAÇÕES COM VOTORANTIM PARA COMPRAR CONTROLE DA MINERADORA DE ZINCO NEXA.	61
ESTRATÉGIA CAUTELOSA COM AS COMMODITIES	63
VENDAS DE VEÍCULOS SOBEM 28% EM JUNHO E TÊM MELHOR MARCA PARA O MÊS EM 13 ANOS	63
PLANO DO GOVERNO PREVÊ AUMENTO NA PRODUÇÃO DE MINERAIS CRÍTICOS E DE FERTILIZANTES	64

VALOR ECONÔMICO (SP)..... 65

BOAT SHOW REFORÇA PAPEL DE ITAJAÍ COMO POLO DA INDÚSTRIA NÁUTICA E DA ECONOMIA DO MAR	65
AMAZON PREVÊ LANÇAR REDE DE INTERNET DE BANDA LARGA LEO AINDA NESTE ANO	67
ANTAQ DEFENDE LEILÃO DO TECON SANTOS 10 EM DUAS ETAPAS E COBRA CLAREZA DO GOVERNO SOBRE MODELO	68
GOVERNO PROPÕE ALTERNATIVAS PARA DISCIPLINAR TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE MINERAÇÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	70
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PRORROGA USO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO	71

FOLHA DE SÃO PAULO - SP..... 72

AGÊNCIA RESPONDE À CASA CIVIL E LEILÃO DO TECON 10 DEVE VOLTAR DE NOVO PARA O TCU	72
FLÁVIO BOLSONARO MIRA APOIO DO REPUBLICANOS ENQUANTO AVALIA EX-AUXILIAR DE PAULO GUEDES COMO VICE	73
COM INAUGURAÇÕES NO METRÔ, SP CHEGA A QUASE 400 KM DE TRILHOS; VEJA COMO FICA O MAPA	75

PORTAL PORTOS E NAVIOS..... 77

TECON 10: ANTAQ ALERTA GOVERNO SOBRE ALTERAÇÕES NA MODELAGEM DO LEILÃO	77
PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL ANUNCIA R\$ 27 MILHÕES EM INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA	79
ROCHA INICIA OPERAÇÕES NO PORTO DE SANTANA E AMPLIA LOGÍSTICA DO ARCO NORTE	79
PORTO ITAPOÁ REGISTRA RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES	80
PORTO DE SANTOS PRORROGA DESCONTO PARA NAVIOS VERDES E DE CABOTAGEM	80
MOEGÃO DE PARANAGUÁ ATINGE 95% DE EXECUÇÃO E ENTRA NA FASE FINAL	81
BRASIL E PAÍSES BAIXOS PROJETAM FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO NA CADEIA DE H2V	82
NAVIO DA CMA CGM SERÁ ABASTECIDO COM ETANOL EM SANTOS	84

MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA..... 85

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	85
--	----



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

APS RECEBE PRÊMIO NACIONAL POR AÇÕES DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO NO PORTO DE SANTOS

Autoridade Portuária de Santos foi reconhecida na campanha Maio Amarelo 2026 pelas iniciativas a motoristas, trabalhadores e usuários da região portuária

Da ATribuna.com.br 2 de julho de 2026



Guarda Portuária é responsável pelas ações de fiscalização de trânsito na área do Porto de Santos (Vanessa Rodrigues/AT)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) recebeu o prêmio Destaques Maio Amarelo 2026, concedido pelo Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), na categoria Ações do Poder Público — Estadual e Federal. O troféu foi recebido na semana passada pela Guarda Portuária de Santos (GPort), que representou a APS na solenidade.

A cerimônia, em São José dos Campos (SP), integrou a programação do Observatório Summit, evento que também marcou os 15 anos do ONSV. Com o tema “No trânsito, enxergar o outro é salvar vidas”, a campanha Maio Amarelo 2026 teve como objetivo chamar a atenção da sociedade para a importância da segurança viária, da empatia e da responsabilidade compartilhada no trânsito.



Troféu foi recebido na semana passada em São José dos Campos (Divulgação)

Ações

No Porto de Santos, as ações no Maio Amarelo 2026 buscaram sensibilizar motoristas, trabalhadores, operadores portuários e demais pessoas que circulam pela região portuária. Essas ações foram desenvolvidas ao longo do mês de maio e contaram com atuação integrada da GPort e da Superintendência de Comunicação Corporativa e da Gerência de

Sustentabilidade.

A Guarda Portuária atuou diretamente nas atividades de orientação e conscientização, aproximando a campanha da rotina operacional do Porto. A Comunicação Corporativa contribuiu com a divulgação das ações, ampliando o alcance da mensagem junto aos públicos interno e externo. Por sua vez, a Gerência de Sustentabilidade colaborou com a confecção de materiais de divulgação e com a disponibilização de equipes para o apoio às atividades realizadas.

Nas redes sociais, a APS apostou em estratégias de viralização para disseminar a mensagem, como vídeos com acidentes reais ocorridos na Avenida Perimetral e imagens de abordagens da Guarda Portuária. As publicações somaram mais de 180 mil visualizações, informou a APS.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 02/07/2026

ANTAQ LANÇA GUIA PARA INCENTIVAR LIDERANÇA FEMININA NO SETOR AQUAVIÁRIO

Publicação será apresentada em Brasília e reúne diretrizes voltadas à equidade de gênero e ao aumento da participação de mulheres em cargos de decisão

Da A Tribuna.com.br 2 de julho de 2026



Projeto Mulheres a Bordo, do Grupo Tribuna, incentiva a diversidade (Alexsander Ferraz/AT)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) lançará, nesta sexta-feira (3), o Guia de Incentivo à Liderança Feminina: Navegando Juntas, em evento às 9h30, na sede da Agência, em Brasília.

A publicação foi elaborada pela Superintendência de ESG e Inovação da agência e tem como objetivo promover a igualdade de gênero, a inclusão e o fortalecimento institucional no setor aquaviário, com foco

na ampliação da participação de mulheres em posições de liderança e de tomada de decisão. Interessados poderão acompanhar o evento pelo canal da Agência no YouTube: bit.ly/4vcZIHR.

O guia integra uma coleção institucional voltada à temática da diversidade e da equidade de gênero. O primeiro volume foi o Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário, lançado pela Agência em 2024.

A iniciativa está alinhada à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – Igualdade de Gênero, além de convergir com o Plano Estratégico Institucional 2025-2028, o Plano de Gestão Anual de 2026 e a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária 2025/2026.

Entre as diretrizes propostas estão compromissos individuais, como o estabelecimento de metas de participação feminina em cargos de chefia, além de indicadores de acompanhamento relacionados à equidade de gênero.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 02/07/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

TRANSNORDESTINA: LULA ENTREGA LOTES E VAGÕES NO CEARÁ E ASSINA RAMAL PARA PECÉM

Lote 6 da Transnordestina, que corta o município de Quixeramobim, já está com execução física completa nos trechos entregues. Cerimônia na cidade também formaliza avanço do Ramal Nelog, no Pecém

Por Bruno Brandão - De Fortaleza

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa na tarde desta quinta-feira (2), em Quixeramobim, no sertão central cearense, da cerimônia que marca a entrega dos lotes 4 e 5 da Ferrovia Transnordestina, o início do lote 6 e o anúncio da aquisição de cem vagões para a operação da ferrovia. Também estão na agenda, que terá início às 14h30, o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e o ministro das Relações Institucionais, José Guimarães. O evento inclui ainda a assinatura da ordem de serviço do Ramal Nelog, que vai conectar a ferrovia ao Complexo do Pecém.



Vagões fechados para transporte de minérios e grãos, adquiridos para operação da Ferrovia Transnordestina, devem ser apresentados oficialmente nesta quinta-feira, em Quixeramobim. Foto: YouTube/TV Vaqueira

A aquisição dos cem vagões é um dos pontos centrais da agenda desta quinta e deve ampliar a capacidade operacional da Transnordestina assim que o trecho estiver totalmente concluído. “Os cem vagões serão anunciados em sua aquisição, que irá servir, obviamente, para a

ferrovia de um modo geral, que irá entrar em operação assim que a ferrovia esteja em sua plenitude, do Piauí ao Porto do Pecém”, afirmou o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico de Quixeramobim, Afrânio Feitosa, em entrevista exclusiva ao Movimento Econômico.

Paralelamente à ferrovia, avança em Quixeramobim o Porto Seco José Dias de Macedo, empreendimento privado da Velle Global Group, construído em área de 372 hectares doada pela prefeitura. As licenças ambientais estão em fase de liberação, e a expectativa é de que as obras comecem assim que forem concedidas, a empresa já tem consultorias e construtoras contratadas para dar início imediato aos trabalhos. A Transnordestina já tem contrato firmado com a Velle Global para a construção de uma linha desviada dentro do terminal, com investimento de R\$ 10 milhões, executado inteiramente na faixa de domínio da ferrovia.

Ao porto seco se soma uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE), a ser desenvolvida pelo empresário Amarílio Macêdo, do grupo J Macêdo, ainda em fase de elaboração de projeto para dar entrada aos processos de vistoria. O empresário tem levantado a bandeira que a ZPE será irmã da ZPE do Pecém, sem competitividade. Juntos, o porto seco e a ZPE, devem ocupar cerca de 1.307 hectares, formando um dos maiores complexos logísticos do interior nordestino. Na avaliação de Feitosa, a estrutura deve funcionar como ponto de consolidação de cargas do Sertão Central, complementando, e não disputando, a movimentação dos portos do Pecém e de Suape (PE).



Dias antes da chegada do presidente, o presidente Ismael Trinks esteve com o prefeito de Quixeramobim, Cirilo Pimenta, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Afrânio Feitosa, o empresário Amarílio Macêdo e sua equipe – Foto: Divulgação

Lote 6 da Transnordestina já avança no limite com Senador Pompeu

Lula deve visitar o KM 239 da Transnordestina, nas proximidades da comunidade de Mearim, no distrito de Lacerda, zona rural do município. O trecho que passa por Quixeramobim, correspondente ao lote 6, já apresenta 100%

de execução física nos segmentos entregues e está avançado na divisa entre os municípios de Senador Pompeu e Quixeramobim. A obra chegou a registrar 3,77 quilômetros de trilhos assentados em um único dia, recorde no âmbito da ferrovia.

“Para Quixeramobim, a sua importância é o lote 6. O 4 e o 5 já entregues, e o 6, que é o nosso, já está avançado, na divisa de Senador Pompeu e Quixeramobim”, afirmou Feitosa. Segundo o secretário, a Transnordestina concentrará três investimentos diretos ao longo do trecho que passa pelo município: “A Transnordestina só irá fazer três investimentos ao longo da ferrovia: o TIP, a linha desviada dentro do porto seco de Quixeramobim, que é exatamente quando o trem chega, ele entra na linha desviada, carrega e descarrega, e segue a viagem, e por fim, o ramal Nelog, no Pecém.”

Feitosa também comentou o cronograma geral da obra, com base em conversa recente com a direção da concessionária: “Eu e o prefeito estivemos com o presidente da Transnordestina, Ismael Trinks, e ele confirmou que a Transnordestina está obedecendo todo o calendário de obras e chega, sim, em 2027, trazendo o progresso para o nosso município e toda a região.”

A data de 14 de agosto, aniversário de Quixeramobim, deve marcar outro passo do empreendimento. “No dia 14 de agosto, aniversário da nossa cidade, o trem chega à nossa cidade, onde será feito um memorando de entendimento entre a Transnordestina e a Velle Global para o início do porto seco, que irá nos ajudar a carregar e descarregar grãos e beneficia diretamente o município”, afirmou o secretário.

Com 1.206 quilômetros de extensão projetados entre Eliseu Martins (PI) e o Porto do Pecém (CE), atravessando 53 municípios nordestinos, a Transnordestina é classificada como a maior obra de infraestrutura linear em andamento no país. O investimento total estimado é de R\$ 15 bilhões, dos quais R\$ 9,8 bilhões já haviam sido desembolsados até março de 2026. A primeira fase, entre o Pecém e o sertão piauiense, tem conclusão prevista para 2027.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 01/07/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZA ABERTURA DO ENVELOPE DA CHAMADA PÚBLICA PARA A TRAVESSIA ENTRE MANAUS E CAREIRO DA VÁRZEA

Etapa marca a continuidade do processo seletivo que definirá o operador responsável pela prestação exclusiva do serviço.



Brasília, 01/07/2026 – Nesta terça-feira (30), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou a etapa de abertura do envelope (Volume 2) do consórcio habilitado contendo a proposta de preço para prestação do serviço a ser outorgado e, também, do esquema operacional previsto - ambos relacionados à Chamada Pública nº 1/2026, que selecionará o operador responsável pela prestação exclusiva do serviço de travessia de veículos e passageiros entre Manaus e Careiro da Várzea (AM), na diretriz da BR-319. A etapa integra o

cronograma do certame, retomado recentemente pela Agência após período de suspensão.

A comissão responsável pelo processo, formada pela Agência, conduziu todas as etapas com as cautelas necessárias para assegurar a regularidade do certame, tendo inclusive obtido a chancela favorável do Tribunal de Contas da União (TCU).

De acordo com o chefe da Seção de Regulação Econômica da Navegação, Isaac Nascimento, trata-se de uma modelagem de outorga construída ao longo dos últimos anos, reflexo de uma maturidade que culminou na realização do processo seletivo: “A Agência vem se debruçando, desenhando o projeto sobre essa linha de travessia desde 2019. O modo com o qual as etapas vêm avançando está dentro das nossas expectativas”, destacou.

Sobre a Chamada Pública nº 01/2026

O modelo foi elaborado com base em estudos técnicos, econômicos e financeiros e busca conciliar modicidade tarifária com a melhoria da qualidade do serviço prestado. Além da proposta econômica, o

edital estabelece requisitos relacionados às condições operacionais, à prestação do serviço adequado e às características técnicas das embarcações que serão utilizadas pelo futuro operador.

Entre as exigências do edital estão a implantação de bilhetagem eletrônica, meios digitais de pagamento e a instalação de câmeras de monitoramento na região. Para dar eficiência ao embarque e desembarque, o documento prevê, também, embarcações com acesso pela proa e pela popa, o que aumenta a segurança das operações e reduz a necessidade de manobras. Além disso, os barcos devem ter áreas cobertas para garantir mais conforto aos passageiros durante a travessia.

A elaboração do edital contou ainda com procedimento prévio de participação social, por meio de audiências públicas realizadas em Belém (PA) e Manaus (AM), cujas contribuições subsidiaram o aperfeiçoamento da proposta. Segundo a comissão técnica da Agência, a robustez dos estudos que fundamentaram o processo também poderá servir de referência para futuras seleções em outras linhas de travessia, respeitadas as especificidades de cada operação.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

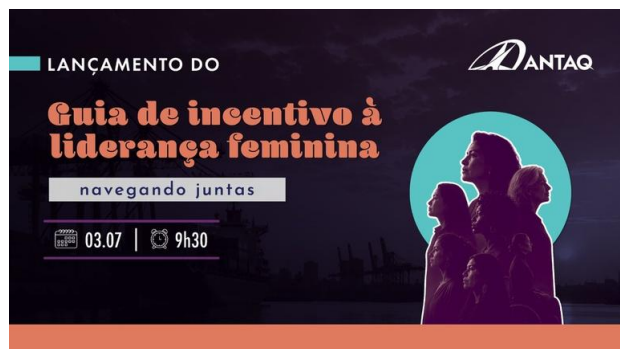
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antag.gov.br

Data: 02/07/2026

AVISO DE PAUTA: GUIA DE INCENTIVO À LIDERANÇA FEMININA SERÁ LANÇADO NA PRÓXIMA SEXTA-FEIRA (03/07)

Publicação reúne diretrizes para ampliar a participação feminina em cargos de liderança e fortalece agenda de diversidade e inclusão no setor aquaviário



Banner Portal Gov.jpeg

Na próxima sexta-feira (03), às 9h30, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizará o lançamento do Guia de Incentivo à Liderança Feminina: Navegando Juntas, em evento na sede da Agência, em Brasília (DF). A publicação foi elaborada pela Superintendência de ESG e Inovação (SESGI) e tem como objetivo promover a igualdade de gênero, a inclusão e o fortalecimento institucional no setor aquaviário, com foco na

ampliação da participação de mulheres em posições de liderança e de tomada de decisão. Interessados poderão acompanhar o evento pelo canal da Agência no YouTube.

O guia integra uma coleção institucional voltada à temática da diversidade e da equidade de gênero. O primeiro volume foi o Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário, lançado pela Agência em 2024. A iniciativa está alinhada à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – Igualdade de Gênero, além de convergir com o Plano Estratégico Institucional 2025-2028, o Plano de Gestão Anual de 2026 e a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária 2025/2026.

Entre as diretrizes propostas, estão compromissos individuais, como o estabelecimento de metas de participação feminina em cargos de chefia, além de indicadores de acompanhamento relacionados à equidade de gênero.

O lançamento reforça a atuação da Agência na promoção de políticas de diversidade, inclusão e valorização da participação feminina no setor aquaviário, reconhecendo o tema como estratégico para a inovação, o fortalecimento da governança pública e o desenvolvimento sustentável.

Serviço

O quê: Lançamento do Guia de Incentivo à Liderança Feminina: Navegando Juntas.

Quando: Sexta-feira, 3 de julho, às 9h30.

Onde: Auditório da sede da ANTAQ, em Brasília (DF), com transmissão ao vivo pelo canal da Agência no YouTube.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

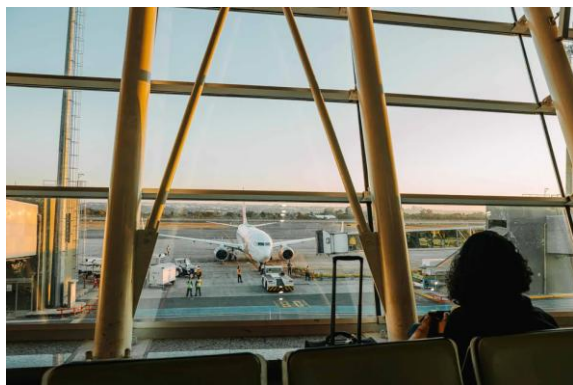
Data: 02/07/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

CENTRO-OESTE ULTRAPASSA 5,1 MILHÕES DE PASSAGEIROS E REGISTRA MELHOR RESULTADO DESDE 2018

Movimentação aérea cresceu 5,3% nos cinco primeiros meses de 2026 e confirma a força da demanda do setor



Demanda por voos mantém ritmo de crescimento e impulsiona movimentação aérea no Centro-Oeste. Foto: Divulgação/Aeroporto de Brasília

Os aeroportos do Centro-Oeste brasileiro movimentaram 5,1 milhões de passageiros entre janeiro e maio de 2026, consolidando a recuperação e o crescimento da aviação na região. O volume representa aumento de 5,3% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram registrados 4,84 milhões de embarques e desembarques, e marca o melhor desempenho desde 2018.

Os dados compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com base no painel de demanda de oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), mostram que a expansão foi impulsionada principalmente pelo mercado doméstico, responsável por 4,92 milhões de passageiros, alta de 5,6% na comparação anual. Já a movimentação internacional alcançou 178,1 mil usuários, mantendo-se em um patamar elevado e mais de 70% acima do registrado em 2022, quando o setor ainda sentia os efeitos da pandemia.

O resultado ganha ainda mais relevância diante do cenário de aumento dos custos operacionais da aviação. Mesmo com a alta no preço do querosene de aviação (QAV) e o aumento dos custos para o setor, a demanda por viagens continua crescendo, demonstrando a importância do transporte aéreo para a mobilidade, os negócios e o turismo na região.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, os números demonstram a resiliência e a importância estratégica da aviação brasileira. “Isso mostra que os investimentos em infraestrutura, conectividade e aviação regional estão ampliando o acesso da população e impulsionando o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste e de todo o país”, afirmou.

Destaques do Centro-Oeste

Principal centro de conexões do país, o Aeroporto Internacional de Brasília respondeu pela maior parte da movimentação regional, com 6,83 milhões de passageiros no acumulado do ano. O terminal desempenha papel estratégico na integração nacional, conectando todas as regiões brasileiras e fortalecendo a malha aérea doméstica e internacional.

Goiânia aparece na sequência, com 1,48 milhão de passageiros, impulsionada pelo dinamismo econômico do estado e pela expansão das atividades ligadas ao agronegócio e ao turismo de



negócios. Campo Grande também ultrapassou a marca de 1 milhão de usuários, consolidando-se como importante porta de entrada para o Pantanal e para uma das regiões mais produtivas do país.

Recuperação e crescimento

Os números confirmam uma trajetória consistente de recuperação. Em 2021, auge dos impactos da pandemia, os aeroportos do Centro-Oeste movimentaram apenas 2,39 milhões de passageiros nos cinco primeiros meses do ano. Cinco anos depois, o volume mais que dobrou, evidenciando a retomada da confiança dos usuários e o fortalecimento da infraestrutura aeroportuária regional.

O desempenho de 2026 reforça o protagonismo do Centro-Oeste na aviação nacional, sustentado pela força do agronegócio, pelo turismo de lazer e negócios e pela posição estratégica de Brasília como principal hub de conexões do Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 02/07/2026

NO RECIFE, MINISTRO TOMÉ FRANCA PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO CURSO DE AVIAÇÃO E CARREIRAS AERONÁUTICAS

Promovido pela Anac, formação promove oportunidades no setor aéreo para estudantes e incentiva novos profissionais na área

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participa nesta quinta-feira (2), no Recife (PE), da cerimônia de encerramento e entrega dos certificados do Curso de Introdução à Aviação Civil e Carreiras Aeronáuticas, realizado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), por meio do projeto Asas para Todos.

Realizado em parceria com a UniNassau Boa Viagem, o curso é voltado para estudantes do 3º ano do Ensino Médio e apresenta uma visão geral da aviação civil brasileira e suas oportunidades de carreira. Entre os temas abordados estão a manutenção aeronáutica, operações aeroportuárias, investigação de acidentes, futuro da aviação com drones e VTOLs (decolagem e pouso na vertical), além de biocombustíveis para aviação.

A programação incluiu ainda uma visita técnica ao Aeroporto Internacional do Recife e de um voo de descoberta, proporcionando uma experiência direta com o ambiente aeronáutico.

Asas para Todos

Lançado em 2024, o Asas para Todos prioriza a participação de pessoas de baixa renda, mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e outros grupos historicamente sub-representados na aviação. A iniciativa já beneficiou mais de mil estudantes em diferentes regiões do país e, com a edição em Recife, amplia sua atuação na região Nordeste.

O programa busca despertar o interesse de jovens pelas carreiras do setor aéreo e contribuir para a formação de mão de obra qualificada, ampliando a inclusão e democratizando o acesso à aviação civil brasileira.

Credenciamento

Não há necessidade de credenciamento para a cobertura do evento. Não está previsto a transmissão da cerimônia de encerramento.

Serviço

O quê: Cerimônia de encerramento e entrega dos certificados do Curso de Introdução à Aviação Civil e Carreiras Aeronáuticas

Data: Quinta-feira, 2 de julho

Horário: 18h

Local: Auditório da Uninassau Boa Viagem (Recife) - R. Jonathas de Vasconcelos, 316, 10º andar

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/07/2026

PRIMEIRO DIA DA 8ª EDIÇÃO DAS CARAVANAS DA INOVAÇÃO PORTUÁRIA EXPLORA POTENCIAL TECNOLÓGICO E LOGÍSTICO DE ALAGOAS

Porto de Maceió e Centro de Inovação de Jaraguá representam sinergia entre movimentação e inovação para o futuro portuário na região



O Porto de Maceió é capaz de receber navios de até 330 metros de comprimento. Foto: Vosmar Rosa/MPor

O primeiro dia da 8ª edição Caravanas da Inovação Portuária, realizada em Maceió, Alagoas, nesta quarta-feira (1º), foi marcado por visitas técnicas que proporcionaram aos participantes uma imersão na infraestrutura portuária e no ecossistema de inovação local. A programação incluiu visitas ao Porto de Maceió, seus terminais, ao Centro de Inovação do Jaraguá (CIPT) e ao Hub Senai.

As Caravanas da Inovação Portuária é uma iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) que busca estimular a cultura da inovação em portos públicos e terminais privados. O projeto integra instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, ampliando a participação do setor portuário no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Para Tetsu Koike, diretor da Secretaria Executiva do MPor, investir em inovação portuária em Alagoas representa renda, trabalho, desenvolvimento e oportunidades. “Nos portos, inovar é preciso. Ao combinarmos ideais, tecnologia e geração de riquezas, temos a missão de transformar o estado em um verdadeiro polo de mudanças do segmento no Brasil”, afirmou.

Estrutura

No Porto de Maceió, os participantes puderam observar de perto a estrutura que conta com seis berços em operação, com calado operacional máximo recomendado de 11 metros, capazes de receber navios de até 330 metros de comprimento. A infraestrutura portuária inclui também um Terminal de Passageiros, balança rodoviária eletrônica e diversas instalações de armazenagem, como armazéns e pátios.

Em 2025, o porto movimentou mais de 2,5 milhões de toneladas de cargas, com destaque para grãos sólidos, grãos líquidos e carga geral, como açúcar, fertilizantes, combustíveis, trigo, cobre, sal e outras mais. Em se tratando de passageiros, na última temporada, foram 35 paradas de cruzeiros que movimentaram o turismo alagoano.

Inovação

Um dos pontos altos do dia foi a visita guiada ao Centro de Inovação do Jaraguá (CIPT), reconhecido como o maior hub de tecnologia de Alagoas. Inaugurado em 2021, o CIPT possui 6.000 m² de área construída e oferece um ambiente propício ao empreendedorismo e à inovação. O espaço conta com 104 estações de trabalho em coworking, três salas de reunião, um auditório para 350 pessoas e um anfiteatro.

Atualmente, mais de 30 empresas de base tecnológica estão instaladas no centro, que já gerou mais de 900 empregos. O CIPT também desenvolve programas como o Oxetech Lab, focado na qualificação profissional em tecnologia, e abriga uma unidade da Escola Superior de Redes (ESR), que oferece cursos de capacitação em Tecnologias da Informação.

De acordo com Dielze Mello, gerente do Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (Fiea), a tecnologia é fundamental para o funcionamento dinâmico e

eficaz do setor. “É importante que a sociedade se envolva no tema. A inovação requer que as empresas que atuam nesse ecossistema enxerguem no ambiente portuário uma importante etapa de desenvolvimento e aquecimento da economia”, salientou.

Programação

As visitas técnicas permitiram aos participantes da caravana conhecer as inovações e projetos em andamento, além de promover a troca de experiências e o aprofundamento técnico sobre o setor portuário e o ecossistema de tecnologia de Maceió. A programação segue nesta quinta-feira (2), com apresentações segmentadas sobre a área portuária em Alagoas, no auditório do Senai, bairro Poço.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/07/2026

ABERTA CONSULTA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO INTEGRADO DO SUL E LAGOA MIRIM

Interessados têm até 15 de agosto para contribuir com o projeto, que busca fortalecer a integração logística entre Brasil e Uruguai



Consulta pública recebe contribuições sobre concessão hidroviária da região Sul. Foto: Divulgação/Porto RS

O Ministério de Portos e Aeroportos abriu, nesta terça-feira (1º), uma consulta pública sobre a concessão do Sistema Aquaviário Integrado do Sul e Lagoa Mirim (RS), considerada a primeira do país. A iniciativa, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), visa ampliar a eficiência da navegação interior e fortalecer a conexão entre o Brasil e o Uruguai.

O prazo para envio de contribuições segue até 15 de agosto.

Durante esse período, representantes do setor produtivo, operadores portuários, entidades e demais interessados poderão apresentar sugestões para aprimorar a proposta antes da publicação do edital de concessão através do formulário eletrônico disponível no site da Antaq. Caso desejem anexar documentos complementares, como mapas, plantas e fotografias, o envio deverá ser feito para o e-mail anexo_audiencia062026@antag.gov.br.

O Sistema Aquaviário do Sul e Lagoa Mirim contempla uma extensão de 510 quilômetros. A concessão terá prazo de 25 anos, prorrogável até 70 anos, e prevê investimentos de R\$ 134 milhões.

A melhoria da infraestrutura logística e a criação de uma saída estratégica para exportações uruguaias por meio do Porto do Rio Grande estão entre os benefícios esperados pela concessão.

Dragagem da Lagoa Mirim

Na dragagem da Lagoa Mirim, investimentos são de R\$ 57,9 milhões, sendo R\$ 6,7 milhões para supervisão das obras. A contratação contempla a elaboração dos projetos executivos, a execução da dragagem de manutenção e a implantação e manutenção da sinalização náutica do canal navegável. Os recursos integram o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento do Governo do Brasil) e serão aplicados entre os anos de 2026 e 2028.

A Lagoa Mirim integra um corredor hidroviário conectado ao Canal de São Gonçalo e à Lagoa dos Patos, permitindo o transporte internacional de cargas entre os dois países. Atualmente, a principal restrição operacional do sistema é a profundidade insuficiente do canal navegável, condição que será enfrentada pelas obras de dragagem.



Serviço

O quê: Consulta pública sobre a concessão do Sistema Aquaviário Integrado do Sul e da Lagoa Mirim

Como participar: Por meio do formulário eletrônico da Antaq

Prazo: Até 15 de agosto de 2026

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/07/2026

MACEIÓ SEDIA 8ª EDIÇÃO DAS CARAVANAS DA INOVAÇÃO PORTUÁRIA COM DEBATES SOBRE TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

Setores discutem potencial logístico do Porto, capacidade operacional e fluxo de cargas no terminal alagoano

A capital alagoana recebe, nesta quinta-feira (2), a 8ª das Caravanas da Inovação Portuária. O evento, que ocorre no Auditório do Centro de Treinamento do Senai, reúne autoridades, especialistas e o ecossistema de inovação para discutir o futuro do setor portuário brasileiro, com foco em tecnologia, transição energética e financiamento.

As Caravanas da Inovação Portuária é uma iniciativa itinerante do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que busca promover a cultura da inovação nos portos públicos e terminais privados do país, integrando governo, academia e setor produtivo.

Entre os painéis, temas como “Maceió como território de inovação, educação e transformação digital”, “Ecossistema de inovação em Alagoas”, “Inovação e Transição Energética no Setor Marítimo” (com a participação do Embaixador da Noruega no Brasil, Kjetil Elsebutangen), “Riscos e Seguros no ambiente portuário”, “Formação profissional, Indústria e Serviços Tecnológicos como indutores de inovação portuária” e “Como captar e acessar recursos públicos destinados à infraestrutura e projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação?”, com representantes da Finep, MCTI e Sebrae/AL.

Também serão apresentadas as três startups mais bem avaliadas no Desafio Senai Hub/Polo de Inovação.

Credenciamento

Profissionais de imprensa interessados na cobertura do evento devem solicitar por meio do e-mail ascom@mpor.gov.br e do telefone (82) 98766-163

Serviço:

- **O quê:** 8ª Caravana da Inovação Portuária – Edição Maceió
- **Quando:** quinta-feira, 2 de julho
- **Horário:** Das 8h às 18h10
- **Local:** Auditório do Centro de Treinamento Senai (Rua Pedro Américo, 18 – Poço, Maceió/AL)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/07/2026

MPOR PROMOVE WORKSHOP PARA CONSTRUÇÃO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE DESCARBONIZAÇÃO DE PORTOS E DA NAVEGAÇÃO

Encontro virtual será aberto à participação de representantes dos setores; inscrições devem ser feitas online

Vista de um terminal portuário durante o dia. Em primeiro plano, há um rio de águas amarronzadas. À margem, uma enorme estrutura metálica de guindaste para movimentação de contêineres domina a cena, com longos cabos de aço e pilares robustos. Abaixo dela, pilhas de contêineres coloridos, em tons de amarelo, vermelho, laranja, azul e branco, estão organizadas ao longo do cais. À esquerda,



um barco de pequeno porte está atracado próximo às instalações do porto. Ao fundo, há prédios residenciais e comerciais de médio porte e algumas colinas baixas. O céu é azul com poucas nuvens, e a iluminação indica um dia ensolarado.

As contribuições poderão ser utilizadas para a construção dos programas nacionais. Foto: Vosmar Rosa/MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos realiza, na próxima sexta-feira (3), o workshop virtual "Participação Setorial no Desenvolvimento do PND-Portos e do PND-Navegação", que vai reunir representantes do setor para contribuir com a elaboração das diretrizes dos programas nacionais de descarbonização. O evento será em parceria com o Laboratório de Transporte e Logística da Universidade Federal de Santa Catarina (LabTrans/UFSC). As inscrições devem ser feitas até esta quinta-feira (2), por meio de formulário eletrônico. O link de acesso ao evento será encaminhado aos inscritos.

A iniciativa visa ampliar o diálogo com os diferentes segmentos dos setores portuário e da navegação, promovendo a construção colaborativa de propostas voltadas à redução das emissões de carbono. Durante o workshop, os participantes poderão conhecer o diagnóstico inicial dos programas, compartilhar experiências e contribuir para a formulação de soluções que orientarão as políticas públicas para a descarbonização dos portos e da navegação brasileiros.

Segundo o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, a participação dos diferentes segmentos é essencial para que o programa reflita a realidade do setor. "A descarbonização dos portos é um desafio coletivo. Construir esse programa ouvindo operadores, autoridades portuárias, especialistas e demais atores do setor é fundamental para que as diretrizes sejam efetivas, aplicáveis e capazes de impulsionar uma infraestrutura portuária mais sustentável e competitiva", ressalta.

Já o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Burlier, destaca que o diálogo com o setor fortalece a construção das políticas públicas. "Queremos que o PND-Navegação seja resultado de um processo participativo, capaz de incorporar diferentes visões e contribuir para uma navegação cada vez mais eficiente, sustentável e alinhada às melhores práticas internacionais", completa.

PND-Portos e PND-Navegação

Instituídos durante a COP30, realizada em novembro de 2025, os programas nacionais de Descarbonização de Portos (PND-Portos) e de Descarbonização da Navegação (PND-Navegação) integram as iniciativas estratégicas do Ministério de Portos e Aeroportos para promover a transição do setor rumo a uma infraestrutura mais sustentável.

Os programas serão desenvolvidos de forma colaborativa com representantes do setor portuário, da navegação, da academia e da sociedade, reunindo diretrizes voltadas à redução das emissões de carbono, ao aumento da eficiência energética e ao fortalecimento da sustentabilidade do sistema portuário e hidroviário brasileiro.

A Secretaria Nacional de Portos será responsável pela coordenação do PND-Portos, enquanto a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação conduzirá a estruturação do PND-Navegação.

Anota aí!

O quê: Participação Setorial no Desenvolvimento do PND-Portos e do PND-Navegação

Data do workshop: sexta-feira, 3 de julho

Horário: 9h às 12h30

Formato: virtual, em plataforma de videoconferência (o link de acesso será encaminhado aos inscritos)

Inscrições: até esta quinta-feira (2), por meio do formulário eletrônico.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/07/2026

MINISTRO TOMÉ FRANCA PARTICIPA DA ENTREGA DAS OBRAS DE TRÊS AEROPORTOS EM MINAS GERAIS

Investimentos nos terminais de Uberlândia, Uberaba e Montes Claros ampliam capacidade do bloco mineiro operado pela Aena

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, participa, nesta quinta-feira (2), da cerimônia de entrega das obras de ampliação e modernização dos aeroportos de Uberlândia, Uberaba e Montes Claros, em Minas Gerais. O evento será realizado no Aeroporto de Uberlândia.

As intervenções fazem parte do programa de investimentos da Aena, responsável pela administração de 17 aeroportos brasileiros em nove estados do país.

Em Uberlândia, o aeroporto ganhou duas pontes de embarque, novo estacionamento e ampliação do pátio de aeronaves. Já em Uberaba, além da extensão da pista de pouso, foram construídas novas áreas comerciais e de embarque.

Na cidade de Montes Claros, as obras incluíram a revitalização da pista de pouso e decolagem.

Credenciamento

Os profissionais de imprensa interessados em acompanhar as cerimônias devem solicitar credenciamento pelo e-mail: ascom@mpor.gov.br, informando o nome completo, RG ou CPF e veículo de imprensa.

Serviço

O quê: Entrega das obras de ampliação e modernização dos aeroportos de Uberlândia, Uberaba e Montes Claros.

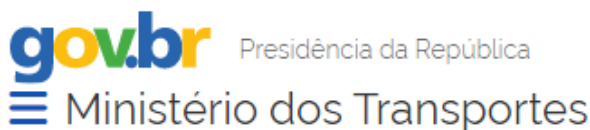
Data: Quinta-feira, 2 de julho

Horário: 14h

Local: Aeroporto de Uberlândia/MG

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/07/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

COM APORTE DE R\$ 3 BILHÕES DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, CONSTRUÇÃO DA PONTE SALVADOR-ILHA DE ITAPARICA AVANÇA



Na Bahia, estrutura de 12,4 quilômetros reduzirá o tempo de travessia para 15 minutos, consolidará o Rodoanel Metropolitano da capital e impulsionará a integração logística, turística e econômica do estado

Nova ponte vai desafogar o trânsito para quem acessa a Ilha de Itaparica e melhorar as condições de tráfego na BR-324/BA - Foto: Michel Corvello/MT

A futura maior ponte da América Latina, entre Salvador e a Ilha de Itaparica, na Bahia, receberá R\$ 3 bilhões do Governo do Brasil. O empreendimento consolidará o

Rodoanel Metropolitano de Salvador, fortalecerá a conexão entre os principais eixos rodoviários da



capital baiana e ampliará a eficiência da mobilidade regional. O projeto compõe o Sistema Rodoviário Salvador–Itaparica, considerado um dos maiores investimentos em infraestrutura do país. A iniciativa promoverá a integração logística e socioeconômica entre a Região Metropolitana, o Recôncavo Baiano, o Baixo Sul, o Extremo Sul e a Chapada Diamantina.

O anúncio foi feito pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, nesta quarta-feira (1º), durante cerimônia de assinatura do protocolo de intenções para viabilizar o investimento federal no empreendimento. Inserida no Novo PAC, a estrutura terá 12,4 quilômetros de extensão e deve reduzir o tempo de travessia de cerca de uma hora para 15 minutos. O evento contou com a participação do ministro dos Transportes, George Santoro, investidores e demais autoridades.

"A construção dessa ponte é necessária para desenvolver a Bahia no século XXI. Ela está sendo pensada no momento em que o estado tem um governo muito responsável, que teve coragem de fazer a maior ponte do Brasil e da América Latina aqui em Salvador e Itaparica", exaltou o presidente.

Em seu discurso, Lula pediu aos moradores que recebam o projeto arquitetônico de braços abertos. "Além de pensar nos cidadãos trazendo uma obra tão grande para a região, tivemos coragem para frear a especulação imobiliária, pois aqui vai ter área de preservação para vocês, moradores de Itaparica, cuidarem com o carinho para que a ilha não perca a sua essência. A essência da tranquilidade, que até me faz querer morar aqui", completou.

A União também cedeu mais de 35 mil m² de áreas para apoio às atividades, além da implantação de uma plataforma provisória de suporte à construção.

"Hoje, com a colocação da primeira viga dessa ponte, iniciamos uma obra muito importante que faz parte da estratégia do Ministério dos Transportes em melhorar as áreas urbanas das capitais brasileiras. Esse projeto se integra perfeitamente no Rodoanel Metropolitano de Salvador, economizando muitos quilômetros, muito tempo da vida das pessoas no dia a dia e das cargas que trafegam pelas rodovias federais e rodovias estaduais da Bahia. Eu não tenho dúvida que será um grande vetor de desenvolvimento econômico para toda Bahia e todo Nordeste", ressaltou o ministro dos Transportes, George Santoro.

Destino turístico

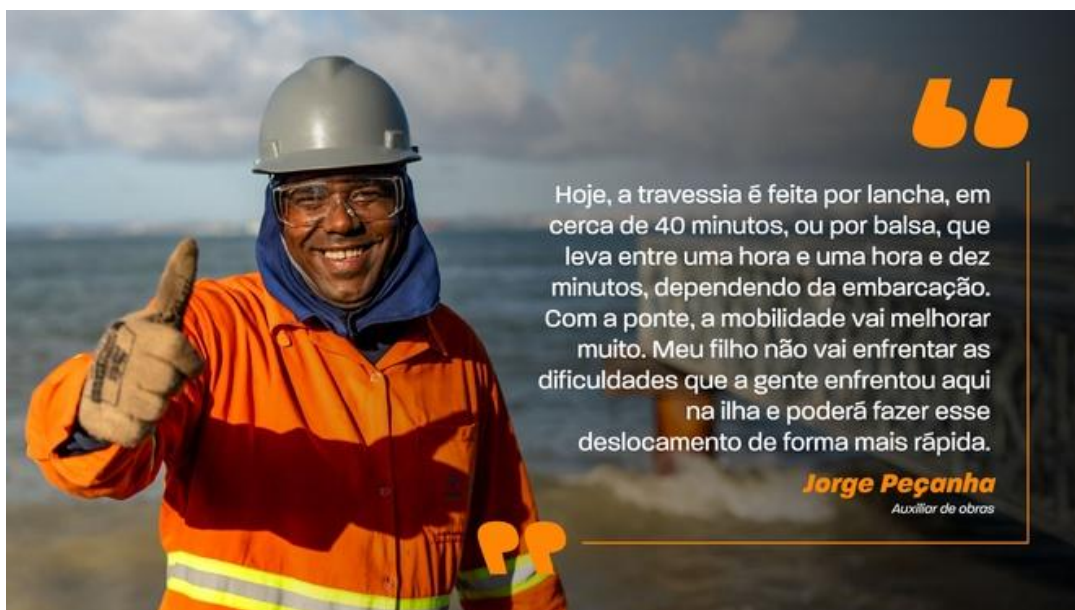
Salvador recebeu, em maio de 2026, cerca de 762,4 mil visitantes. Já a Ilha de Itaparica, localizada na Baía de Todos os Santos, está entre os destinos mais procurados por brasileiros e estrangeiros, devido às praias de águas calmas, piscinas naturais e à rica herança histórica. A nova ligação melhorará o acesso entre os dois pontos e impulsionará a economia regional.

"Nós sobrevoamos hoje a BR-324, que é o principal vetor da chegada de todos os meios de transportes em Salvador. Tem muito congestionamento. Então essa ponte é estratégica e o Governo do Brasil não está apoiando apenas uma ponte, mas o sistema viário oeste, por onde passa cargas de grãos, de algodão, de fruta e com essa ponte tão sonhada e que será construída vai economizar até 200 quilômetros de percurso. Isso vai impactar diretamente na vida dos motoristas e dos caminhoneiros", finalizou o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues.

Ao todo, o empreendimento tem potencial de impacto direto e indireto sobre cerca de 250 municípios da Bahia. Além da Obra de Arte Especial (OAE), o projeto inclui 4,4 quilômetros de vias estruturadas em Salvador, uma via expressa de 22 quilômetros na Ilha de Itaparica e a duplicação de 8 quilômetros da BA-001, no trecho entre Tairu e a Ponte do Funil. O investimento total previsto é de R\$13,3 bilhões.

Transformando vidas

O auxiliar das obras Jorge Peçanha, morador da Ilha de Vera Cruz, uma das localidades diretamente beneficiadas pelo projeto, relata que a travessia é feita atualmente por balsas e lanchas. Segundo ele, os atrasos e o tempo de deslocamento dificultam a rotina de quem depende do transporte.



É a Bahia!

Os investimentos federais em infraestrutura de transportes na Bahia passaram de R\$689,3 milhões, em 2022, para R\$1,723 bilhão, em 2026, o que representa um aumento de aproximadamente 150% no período.



Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 01/07/2026

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LIBERA TRÁFEGO NA PASSAGEM INFERIOR DE VIADUTO EM FORMOSA (GO)

Estrutura integra conjunto de obras incluídas no Novo PAC para ampliar a segurança em um dos principais corredores rodoviários entre Brasília e Fortaleza

O Ministério dos Transportes libera nesta quinta-feira (2) o tráfego na passagem inferior do primeiro viaduto da Travessia Urbana de Formosa, na BR-020/GO. A secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, fará uma visita técnica ao canteiro de obras, acompanhada pelo diretor de Obras Públicas, Allan Magalhães.



Na ocasião, técnicos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) apresentarão o andamento dos serviços, as etapas em execução e o cronograma de entregas.

Retomado em agosto de 2024, o empreendimento integra o Novo PAC e prevê a duplicação de 12 quilômetros da BR-020/GO e a construção de quatro novos acessos com viadutos e vias marginais. O valor do investimento é de R\$ 257,7 milhões.

A intervenção busca aumentar a segurança viária, melhorar a fluidez do trânsito e reduzir congestionamentos em um dos principais corredores rodoviários do país, que liga Brasília a Fortaleza e recebe tráfego diário de mais de 10 mil veículos.

Cobertura de imprensa

Não é necessário credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

Liberação do primeiro viaduto da Travessia Urbana de Formosa (BR-020/GO)

Data: Quinta-feira, 2 de julho

Horário: 9h

Local: Viaduto da Entrada Sul

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 01/07/2026

PRESIDENTE LULA E MINISTROS GEORGE SANTORO E WALDEZ GÓES PARTICIPAM DE ENTREGAS E ANÚNCIOS PARA ACELERAR A FERROVIA TRANSNORDESTINA

Agenda no Ceará, nesta quinta-feira (2), reforça os investimentos do Governo do Brasil em uma das maiores obras de infraestrutura em execução no país

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros dos Transportes, George Santoro, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, participam, nesta quinta-feira (2), em Quixeramobim (CE), de cerimônia com entregas e anúncios referentes à Ferrovia Transnordestina. A agenda faz parte dos investimentos do Governo do Brasil para ampliar a infraestrutura logística da Região Nordeste, fortalecer o escoamento da produção e impulsionar o desenvolvimento regional. O ministro de Relações Institucionais, José Guimarães, também participa do evento, além de outras autoridades.

Durante a cerimônia, serão anunciados avanços nos lotes 4 e 5 da ferrovia, além de novas ações para acelerar a execução do empreendimento. Considerada a maior obra de infraestrutura linear em andamento no Brasil, a Transnordestina terá 1.206 quilômetros de extensão. O empreendimento ligará Eliseu Martins, no Piauí, ao Porto do Pecém, no Ceará, e atravessará 53 municípios nordestinos.

A ferrovia foi concebida para ampliar a competitividade da economia regional a fim de reduzir custos logísticos e facilitar o transporte de grãos, fertilizantes, combustíveis, cimento e minério até os mercados consumidores e aos portos de exportação. Com isso, o empreendimento fortalece a integração do Nordeste aos principais corredores logísticos do país e amplia as oportunidades para o setor produtivo.

Desde 2023, o Governo do Brasil intensificou os investimentos para acelerar a execução da obra. Entre as entregas previstas estão novos trechos ferroviários, a implantação da superestrutura do Lote 6, a entrega de vagões e o anúncio da ordem de serviço do Ramal Nelog para ampliar a capacidade operacional da ferrovia e aproximar o empreendimento de sua conclusão.

Ao todo, a Transnordestina conta com investimento estimado de R\$ 15 bilhões e já recebeu R\$ 9,8 bilhões até março de 2026. A expectativa é que a primeira fase, entre o Porto do Pecém e o sertão do Piauí, seja concluída em 2027, a fim de consolidar um novo eixo logístico para o desenvolvimento econômico do Nordeste.



Cobertura de imprensa

A solicitação de credenciamento de imprensa deverá ser efetuada até as 9h do dia 2 de julho de 2026 (horário de Brasília), por meio do Sistema de Credenciamento de Imprensa do Palácio do Planalto. Os profissionais com credenciamento anual também deverão solicitar participação específica no evento.

Os profissionais cujos pedidos de credenciamento forem aprovados deverão retirar as credenciais, entre 13h e 14h.

Serviço

Cerimônia de entregas e anúncios da Ferrovia Transnordestina

Data: Quinta-feira, 2 de julho

Hora: 14h30

Local: Lotes 4 e 5 da Ferrovia Transnordestina – Lote MVP 05, Km 239+550 (LE), Quixeramobim (CE)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 01/07/2026

MALHA SUL ENTRA EM CONSULTA PÚBLICA COM AUDIÊNCIAS A PARTIR DE 16 DE JULHO

Interessados podem participar de sessões em Brasília, Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis e enviar contribuições até o dia 10 de agosto

Os projetos da Malha Sul entram na etapa de participação social. As audiências públicas sobre a concessão dos corredores Mercosul, Rio Grande e Paraná–Santa Catarina terão início em 16 de julho, em Brasília, e seguirão com sessões em Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis.

Além das sessões públicas, a população também poderá enviar contribuições para o projeto até 10 de agosto. As manifestações recebidas poderão subsidiar o aperfeiçoamento das minutas de edital e contrato da futura concessão da Malha Sul.

A iniciativa integra a carteira de projetos ferroviários apresentada pelo Ministério dos Transportes e faz parte da estratégia do Governo do Brasil para fortalecer a infraestrutura ferroviária nacional, restabelecer a conectividade logística e aumentar a competitividade e a integração do país com os mercados do Mercosul.

Após a conclusão da etapa de participação social, as contribuições recebidas serão analisadas e poderão subsidiar o aperfeiçoamento dos documentos do projeto. Na sequência, os empreendimentos serão submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU). Concluídas essas etapas, os projetos poderão seguir para a publicação dos editais de concessão.

Malha Sul

Corredor Mercosul - possui extensão estimada de 1.865,78 quilômetros e conecta os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O traçado integra importantes regiões produtoras aos portos de Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS), além de estabelecer conexão ferroviária com a Argentina por meio de Uruguaiana (RS).

Corredor Rio Grande - abrange aproximadamente 880 quilômetros de extensão e concentra sua atuação no território gaúcho, atendendo cadeias produtivas ligadas ao agronegócio, combustíveis e cargas gerais, com conexão ao Porto de Rio Grande.

Corredor Paraná–Santa Catarina - reúne cerca de 1.502 quilômetros de extensão e responde pela maior parte da movimentação de cargas da atual Malha Sul, conectando polos produtivos aos portos de Paranaguá e São Francisco do Sul, com destaque para o transporte de grãos, contêineres e produtos destinados ao comércio exterior.



Como participar

Brasília (DF) - 16 de julho (Sessão pública híbrida)

Horário: 10h

Local: Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho 3, Lote 10, Projeto Orla Polo 8, Brasília (DF)

Capacidade: 353 lugares

A sessão também poderá ser acompanhada ao vivo pelo canal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no YouTube.

Os interessados em realizar manifestação oral, de forma presencial ou virtual, deverão se credenciar previamente até às 12h do dia 15 de julho. Após esse prazo, não serão aceitas novas inscrições.

O credenciamento deve ser realizado por meio do formulário eletrônico disponível aqui.

Curitiba (PR) - 27 de julho (Sessão presencial)

Horário: 14h

Local: a definir

Porto Alegre (RS) - 29 de julho (Sessão presencial)

Horário: 9h

Local: a definir

Florianópolis (SC) - 31 de julho (Sessão presencial)

Horário: 9h

Local: a definir

Detalhes do projeto e orientações às partes interessadas em contribuir com as propostas estão disponíveis pelo site <https://www.gov.br/antt/pt-br> > Acesso à Informação > Participação Social > Audiência Pública nº 11/2026.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 01/07/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM MOMENTO HISTÓRICO EM SANTOS, UMA OPORTUNIDADE ÚNICA PARA O BRASIL

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

Na próxima semana, no dia 10, uma barcaça adaptada sairá do terminal da Ageo, na Ilha Barnabé, no Porto de Santos (SP), e percorrerá o canal de navegação do complexo marítimo para entregar, a um navio da armadora CMA CGM atracado no Tecon, um carregamento de etanol anidro da Copersucar. Esta não será uma carga a ser exportada, mas o combustível que garantirá a operação dos motores da embarcação. A cena, operacionalmente comum no Brasil desde os anos 1970 nas estradas, será inédita nas águas marítimas brasileiras: pela primeira vez, um navio porta-contêineres será abastecido com biocombustível no País. É um teste, com todos os cuidados e limitações que a palavra implica, mas um teste que chega ao cais depois de meses de conversa vale mais do que acordos que ficam no papel.

A vantagem estrutural do etanol de cana sobre os demais combustíveis alternativos que o setor marítimo debate é técnica e economicamente relevante. Amônia e metanol, as outras apostas da descarbonização naval, exigem motores específicos, ainda caros e pouco difundidos na frota global existente. O etanol, por sua vez, é compatível com motores diesel marinhos convencionais mediante ajustes relativamente simples, o que significa que não é preciso esperar pela renovação de uma frota de centenas de milhares de navios para começar a substituir o óleo bunker. Esse fato muda

completamente o horizonte de adoção: o etanol pode ser introduzido gradualmente, em mistura ou em substituição progressiva, nos navios que já navegam hoje. E o Brasil, maior produtor mundial de etanol de cana-de-açúcar, está posicionado de forma ímpar para abastecer essa demanda.

O mercado que se abre é de uma dimensão raramente compreendida nos debates sobre biocombustíveis no Brasil. A navegação marítima consome anualmente cerca de 300 milhões de toneladas de óleo bunker e responde por aproximadamente 3% das emissões globais de CO₂. A Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês) estabeleceu metas progressivas de descarbonização até 2050, que exigem redução de pelo menos 70% das emissões do setor em relação ao nível de 2008. Para cumprir essas metas, armadoras de todo o mundo precisarão de combustíveis alternativos em quantidades crescentes. E o etanol, com redução de 68% nas emissões em relação ao bunker, se apresenta como candidato com janela de entrada imediata. Capturar mesmo uma fração pequena desse mercado representará para o Brasil uma receita de exportação e uma geração de empregos da agroindústria canavieira de escala comparável aos maiores programas setoriais do País.

O BE News considera que o teste de Santos, iniciativa inédita e promissora, é estratégico para a abertura desse novo mercado para o etanol. Mas outras ações são necessárias e elas dependem de o Governo Federal agir com velocidade e clareza em duas frentes. A primeira é a regulamentação: o relatório recente do Ministério de Minas e Energia que valida o etanol como combustível de baixa emissão para uso marítimo é um passo necessário, mas insuficiente. O setor precisa de mandatos de substituição gradual do bunker fóssil em águas brasileiras, percentuais mínimos obrigatórios de biocombustível nas operações de abastecimento nos portos nacionais, de um sistema de certificação de origem e de emissões compatível com os padrões internacionais da IMO e, ainda, de incentivos fiscais que tornem o etanol marítimo competitivo em relação ao bunker convencional durante o período de transição. Sem mandato, o mercado não decola; com mandato, cria-se a demanda que justifica o investimento das usinas em logística e infraestrutura de distribuição marítima.

A segunda frente é a infraestrutura portuária. O abastecimento em Santos desta semana depende de uma barça adaptada e de um terminal específico com autorização da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Para que o etanol marítimo se torne operação rotineira nos principais portos brasileiros — Santos, Paranaguá (PR), Suape (PE), Pecém (CE), Itajaí (SC) —, é preciso que a infraestrutura de armazenamento, transferência e distribuição de biocombustíveis seja adaptada ou expandida em cada um deles. Essa é uma agenda que envolve o Governo Federal e os próprios terminais portuários e que precisa começar agora, antes que a demanda global pelo produto supere a capacidade do Brasil de entregá-lo nos pontos de consumo.

O Brasil tem o combustível. Tem a terra, tem a tecnologia e tem o porto que receberá o primeiro navio da história nacional a ser alimentado com etanol verde e amarelo. O que está faltando, como já faltou em outros momentos em que o País chegou à fronteira de uma vantagem competitiva real e hesitou, é a decisão de transformar um teste pioneiro em política de Estado. A janela está aberta. A barça está pronta. O navio chegará na próxima semana. Ao Governo, cabe garantir que esse não seja apenas o primeiro abastecimento, mas o primeiro de uma série que posicione o Brasil como o grande fornecedor de combustível limpo para a navegação do século XXI.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

OPINIÃO – PLANEJAMENTO - CONCEDER OU NÃO O CANAL DO PORTO DE SANTOS? EIS A QUESTÃO!



FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Conselheiro do Fórum Brasil Export. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secretário-executivo do Ministério dos Transportes
opinioao@portalbenews.com.br

O porquê se conceder a administração da infraestrutura aquaviária do principal porto múltiplo brasileiro segue em aberto e carece de resposta clara e legitimada.

Formalmente, a consulta pública para “Concessão do Canal de Acesso Aquaviário ao Porto Organizado de Santos/SP” vem de ser (mais uma vez) prorrogada. No mérito, todavia, as dúvidas que pairam sobre o modelo e, até, sobre a política pública que o embasa, turvam o futuro do projeto, da outorga. Até, mesmo, se será levado a cabo.

Foi o observado nos recentes debates promovidos pela Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut, no dia 16 do mês passado) e pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos (Aeas, na semana passada, no dia 26). A Anut, inclusive, apresentou estudo com uma detalhada análise; e a Aeas informou que sistematizará seus “pontos de atenção” até o novo prazo (dia 31 deste mês).

Contribuindo para embolar o meio de campo, na véspera do evento da Anut, foi divulgada (e saudada!) a assinatura do contrato da dragagem de aprofundamento pela Autoridade Portuária de Santos (APS, organização federal, como também os modeladores Agência Nacional de Transportes Aquaviários/Antaq e BNDES): 5 anos e R\$ 617,9 milhões. O divulgado indica semelhanças entre os objetivos de tal contrato e os da modelagem da concessão (aprofundamento de 15 para 16 metros, numa primeira etapa, associado à dragagem de manutenção do novo gabarito por dois anos). Todavia, com cronograma de execução mais curto.

Já no dia seguinte, porém, a 1ª Vara da Justiça Federal de Santos concedeu liminar suspendendo a emissão da ordem de serviço para o aprofundamento. Consta que tanto a APS como a Jan de Nul (empresa selecionada para realizar o serviço) recorreram da decisão judicial, que “o cronograma está mantido”, segundo a APS, e, oficiosamente, que a Van Oord (um outro contrato) segue executando a dragagem de manutenção.

Quadro complexo, não? Será que o modelo (tão) rígido de participação na consulta pública, estabelecido pela Antaq, dará conta de alinhar todas as lacunas e conflitos do projeto e da modelagem proposta? Lembre-se que as “contribuições” dirigidas à Antaq deverão sê-lo “exclusivamente nos moldes do formulário eletrônico disponível no site, não sendo aceitos outros modos de envio”. E, ademais, “que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas”: apenas! Mas como, se decisões sobre dragagem seguem sendo tomadas em paralelo e independentemente? E depois: como ou sobre que quadro referencial tais “contribuições” serão analisadas?

Os documentos divulgados não contribuem muito para iluminar os caminhos a serem seguidos. Nem mesmo o “ato justificatório”, que se apresenta (Item-1) como tendo “por objetivo descrever as informações referentes aos estudos realizados para a modelagem da concessão”: justificar ou descrever? Com isso, ao final da leitura deles, não fica claro se o modelo de concessão foi cotejado (qualitativa e quantitativamente) com o arranjo vigente (algo metodologicamente básico!) ou outras alternativas. Menos ainda a eventual “vantajosidade” (termo em moda!) da concessão sobre outras alternativas. Como consequência, a concessão do canal de acesso, uma definição de política pública, de competência do ministério setorial, é introduzida e tratada pela Antaq no material informativo praticamente como uma premissa, como um axioma: o “ato justificatório” (Item-2) faz uma boa “descrição” histórico-processual, mas, no tocante à política pública, limita-se a enunciados genéricos e conceituais.

A propósito, vale lembrar que esse processo foi iniciado no governo anterior, e com um escopo bastante distinto; qual seja: “estudos para desestatização dos portos de Santos e São Sebastião”, a partir da sua qualificação no PPI pela Resolução nº 69 (21/AGO/19) e pelo Decreto nº 10.138 (28/NOV/19). A contratação do BNDES (28/ABR/20) para modelar a segmentação dos escopos (Santos-São Sebastião) e diversos outros ajustes, até que o escopo fosse “restringido” e chegasse a ser a “concessão do canal” ou do “acesso aquaviário” (Decreto nº 11.909, 6/FEV24), está (bem) sumarizada nos Itens 2.11, 2.20 e 7.1 do “ato justificatório”.

No mérito, o estudo/análise da Anut apresenta nove conclusões quantitativas, que foram submetidas ao debate:



- A atual receita de Inframar (R\$ 680 milhões/ano) paga, em um ano, todo o investimento projetado (R\$ 688 milhões).
- O investimento de R\$ 688 milhões será realizado nos seis anos iniciais da concessão. Ele representa cerca 17% da arrecadação da receita projetada de Inframar (Tabela I) para o período (R\$ 4,088 bilhões).
- A demanda duplicará nos 25 anos de projeção, saindo dos atuais 180 MT/ano para 360 MT/ano;
- A relação CSP/RB variará de 27% no 1º ano da concessão, até 20% no último ano (ano 25);
- A média desta relação ao longo da concessão é de 24%, no mesmo nível alcançado em 2025;
- Quase metade do pagamento realizado pelos usuários irá para a APS (R\$ 3,5 bi ao longo do contrato).
- Não há nenhuma informação de que a Tabela I da APS, vigente, será reestruturada para compensar a tarifa a ser paga ao concessionário.
- Assim, a carga poderá pagar, em média, R\$ 800 milhões ao ano ao concessionário e terá um passivo de R\$ 775 milhões ao ano para cobrir a Tabela I vigente!
- Ou seja, o custo para a carga dobrará com a concessão do canal de acesso do Porto de Santos!

Imagina-se que essas conclusões embasarão as “contribuições” formais da Anut, entidade representativa dos grandes usuários. Os “pontos de atenção” da Aeas em breve deverão ser revelados. E, certamente, haverá muitas outras contribuições para análise da Antaq. Mas até mesmo antes dessas questões pontuais, o porquê se conceder a administração da infraestrutura aquaviária do principal porto múltiplo brasileiro segue em aberto e carece de resposta clara e legitimada.

Os debates até agora revelam que, mesmo ante informações de execução regular da dragagem de manutenção e da contratação, pela APS, da dragagem de aprofundamento, ainda que “suspensa”, há argumentos a favor da concessão (APS recebe e não draga; setor privado é mais eficiente para gerir, vide o exemplo de Paranaguá, etc). Mas também há argumentos contrários (a sempre brandida “soberania”; impropriedade de comparação dos canais de Santos x Paranaguá (PR); inexistência de benchmarking portuário internacional ou, analogicamente, de aeroporto com pista de pouso concessionada à parte).

Ao que parece, há muita água (ainda) a correr pelo canal!”

Frederico Bussinger escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

POLÍTICA - FALTAM AJUSTES NA TRAMITAÇÃO DA PEC DA 6X1, DIZ LÍDER

Teresa Leitão, líder do governo no Senado, se encontra com Alcolumbre e centrais sindicais e diz que pauta não está parada

Por Estadão Conteúdo

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União- -AP), se reuniu nesta quarta-feira, 1, com representantes de centrais sindicais para tratar da proposta de emenda à Constituição (PEC) que põe fim à escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho. O encontro, realizado no gabinete da Presidência, durou cerca de 45 minutos, e contou também com a presença da líder do Governo na Casa, Teresa Leitão (PT-PE), e do senador Paulo Paim (PT-RS).

Após a reunião, Teresa afirmou à imprensa que a PEC “não está parada” e que faltam “ajustes” na tramitação do texto. “A gente está tratando de procedimentos. Lembrem vocês que a PEC não está parada aqui no Senado. Desde que ela chegou, que ela passa por debates. (...) E os procedimentos que faltam são ajustes que faremos na tramitação. Com toda a boa vontade, com toda a consciência da importância dessa PEC”, declarou a petista.



Teresa Leitaô disse que, desde que a PEC do fim da escala 6x1 chegou ao Senado, está passando por debates

Questionada se a proposta será aprovada antes das eleições, Teresa se esquivou e disse que a tramitação será definida após a sessão temática sobre o tema que ocorrerá nesta quarta-feira no plenário do Senado.

“Não é um calendário eleitoral, é um calendário parlamentar, é um calendário do Congresso. Então, vamos analisar, depois desse debate, qual é o próximo passo que daremos com essa convicção de que o interesse pela aprovação do fim da jornada 6x1 é o interesse que nos une”, pontuou.

Centrais

Representantes de centrais sindicais avaliaram como bem-vinda a sugestão de Davi Alcolumbre (União-AP), de discutir a viabilidade da aplicação imediata da Proposta de Emenda à Constituição que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

Eles ponderam, no entanto, que a prioridade é a aprovação célere do texto. “A CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o Fórum das Centrais Sindicais são favoráveis à manutenção do texto que foi aprovado na Câmara. Se houver a possibilidade de retirar a transição, é ainda melhor, desde que haja garantia de que o texto não retorne à Câmara. A defesa é que a PEC seja votada logo”, disse Sérgio Nobre, presidente nacional da CUT.

Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), Alcolumbre questionou o motivo de a transição para a mudança trabalhista ser “longa” e sugeriu apresentar uma emenda de redação estabelecendo a vigência imediata do texto. Com isso, a PEC não precisaria retornar à Câmara para nova análise dos deputados.

Pelo texto aprovado na Câmara, a redução da jornada de trabalho ocorreria de forma escalonada: de 44 para 42 horas semanais, após 60 dias da promulgação da emenda, e de 42 para 40 horas semanais após 12 meses da primeira redução.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - SANTOS RECEBERÁ PRIMEIRO ABASTECIMENTO DE PORTA-CONTÊINERES COM ETANOL NO BRASIL

Por Leopoldo Figueiredo leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Operação inédita reúne Copersucar, CMA CGM, Bunker One e Santos Brasil e marca um avanço na descarbonização da navegação

OPERAÇÃO INÉDITA

O primeiro abastecimento de um navio porta-contêineres com etanol – e não com óleo bunker – no Brasil ocorrerá no próximo dia 10, no Porto de Santos (SP). A operação será realizada a partir de uma parceria entre a produtora de açúcar e álcool Copersucar, a armadora CMA CGM, a fornecedora de combustíveis marítimos Bunker One e a operadora portuária Santos Brasil. O serviço ocorrerá no Tecon Santos, terminal operado pela Santos Brasil no complexo portuário santista.

PLANEJAMENTO

A operação utilizará etanol anidro da Copersucar, que será transportado por uma barcaça adaptada da Bunker One a partir do terminal da Ageo, na Ilha Barnabé, na margem esquerda do Porto, até o navio da CMA CGM atracado no Tecon. A Copersucar obteve autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para realizar o teste em abril.

SAINDO NA FRENTE

O etanol tem como principal vantagem comercial a compatibilidade com motores diesel marinhos existentes, que exigem ajustes mínimos para operar com o biocombustível, uma característica que o coloca à frente de alternativas como amônia e metanol, que demandam motores específicos. Segundo a Copersucar, o etanol reduz as emissões de gases de efeito estufa em até 68% em comparação com o combustível marítimo convencional, o óleo bunker, estimativa apresentada pela empresa durante a COP30, em Belém, no ano passado.

A DESCOBERTA DO ETANOL

O teste a ser realizado em Santos insere-se em um movimento mais amplo do mercado. A armadora Maersk já realizou testes de mistura com etanol brasileiro. A Vale firmou acordo com a Shandong Shipping para operar navios da classe Gvaibamax movidos a etanol a partir de 2029. No plano regulatório, relatório recente do Ministério de Minas e Energia valida o etanol como combustível de baixa emissão para uso marítimo e sinaliza a criação de políticas de mandato para substituição gradual do bunker fóssil em águas brasileiras.

NOVO MERCADO

A iniciativa posiciona o Brasil — maior produtor mundial de etanol de cana-de-açúcar — como potencial fornecedor para a demanda crescente do setor de navegação, que responde por cerca de 3% das emissões globais de CO₂ e enfrenta metas progressivas de descarbonização da Organização Marítima Internacional (OMI) até 2050.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/07/2026

POLÍTICA - CÂMARA ACELERA PL QUE EQUIPARA MISOGINIA AO CRIME DE RACISMO

Apesar da resistência das bancadas evangélica e católica, foi aprovada a tramitação da pauta sem análise em comissões

Do Estadão Conteúdo



A relatora da matéria, Tabata Amaral (PSB-SP), negocia uma redação que acabe com o receio de impactos na liberdade religiosa

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira, 1º., acelerar a tramitação do projeto de lei que equipara a misoginia ao crime de racismo. Agora, o texto deixa de ser analisado em comissões e já pode ir diretamente para apreciação do plenário.

Houve resistência das bancadas evangélica e católica, que orientaram voto contrário. Essas duas frentes parlamentares manifestam receio que o texto possa criar barreiras para a garantia da liberdade religiosa. O placar final da votação terminou com 293 votos sim e 158 votos não.

“Eu tenho mais de 100 deputados. É uma bancada muito eclética. Teria muita dificuldade de votar a favor neste momento”, disse Gilberto Nascimento (Podemos-SP), presidente da bancada evangélica, que pediu voto contrário.

A relatora da matéria, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), negocia uma redação que contorne esse problema e procura chegar a um consenso entre os deputados.

O próprio presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pediu apoio dos deputados à aceleração do projeto. “Teremos todo o zelo e cautela ao pautarmos o mérito dessa matéria. Ela (Tabata) nem tem como construir o relatório já que ela não está de fato designada como relatora dessa matéria. E a urgência sendo aprovada, vamos ao lado das lideranças, com muita cautela e respeito poder construir o melhor texto possível”, disse.

O deputado Kim Kataguiri (Missão-SP) rejeitou a sugestão de Motta. “Eu não voto texto que não existe. Hoje estamos dando uma carta branca, só que não existe texto final. Não sabemos exatamente o que será votado”, afirmou o deputado.

Oposicionistas dizem que o projeto pode afetar a liberdade de expressão e querem que Tabata assegure no texto a garantia de liberdade religiosa. Eles também discutem a inclusão da palavra “ofensa” no texto, por entenderem que poderia ser vago o suficiente e sujeito a interpretação. A deputada ainda não apresentou a nova versão do texto.

“Hoje existe uma verdadeira indústria do ódio, que opera nas redes, que captura meninos muito jovens e os ensina, dia após dia, a enxergar a mulher como inimiga, como objeto, como culpada”, disse Tabata, em defesa da proposta. “Chamar isso pelo nome de misoginia é um ato fundamental de proteção que uma sociedade deve oferecer a todas nós, começando pelas pequenas: admitir que essa coisa tem contorno, é concreta, tem uma motivação e deve ser punida.”

Injúria

A proposta até então divulgada tornaria a injúria a uma mulher como um crime com pena de dois a cinco anos de prisão, e multa com agravante do aumento da pena pela metade se o crime for cometido com duas ou mais pessoas ou se cometido contra criança, adolescente, pessoa idosa ou com deficiência.

Em caso de desobediência, diz o texto, o juiz ainda poderia determinar a suspensão temporária da conta ou perfil que veiculou conteúdo misógino. A pena pode ser aumentada até o dobro se o infrator nas redes cometer o crime “com o fim de obter vantagem econômica” ou se o criminoso detiver “expressiva audiência, influência pública ou capacidade ampliada de difusão no conteúdo em meio de comunicação ou plataforma digital”.

O texto ainda diz que o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão de cor, etnia, religião, procedência nacional ou condição de mulher”.

Calúnia

Crimes de calúnia (seis meses a dois anos de prisão e multa), difamação (três meses a um ano de prisão e multa) e injúria (um a seis meses de prisão e multa) podem ter a pena duplicada se o crime for cometido contra a mulher “no contexto de violência doméstica e familiar”.

Em caso de desobediência, diz o texto, o juiz ainda poderia determinar a suspensão temporária da conta ou perfil que veiculou conteúdo misógino. A pena pode ser aumentada até o dobro se o infrator nas redes cometer o crime “com o fim de obter vantagem econômica” ou se o criminoso detiver “expressiva audiência, influência pública ou capacidade ampliada de difusão no conteúdo em meio de comunicação ou plataforma digital”.

O texto ainda diz que o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão de cor, etnia, religião, procedência nacional ou condição de mulher”.

Crimes de calúnia (seis meses a dois anos de prisão e multa), difamação (três meses a um ano de prisão e multa) e injúria (um a seis meses de prisão e multa) podem ter a pena duplicada se o crime for cometido contra a mulher “no contexto de violência doméstica e familiar”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

POLÍTICA - FLÁVIO REAGE A POST DE MICHELLE E NEGA TER IDO À FESTA DE VORCARO

Em encontro com lideranças femininas, pré-candidato à presidência disse, após insinuação, que sua madrasta está desinformada

Do Estadão Conteúdo



Flávio Bolsonaro disse que a única relação que ele tem com Daniel Vercaro, ex-dono do Banco Master, é sobre o filme do meu pai

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, afirmou num encontro com lideranças femininas nesta quarta-feira, 1º, que a madrasta Michelle Bolsonaro está “desinformada” por insinuar que ele foi a uma festa com o banqueiro Daniel Vercaro, protagonista do maior escândalo financeiro da história do Brasil.

A ex-primeira-dama compartilhou nesta segunda-feira, 29, um relato do ex-governador Anthony Garotinho sobre a “noite das astronautas” - suposta festa sexual organizada por Daniel Vercaro. A divulgação ocorreu em meio à crise com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), cuja proximidade com o banqueiro preso se tornou uma das principais fraquezas da campanha do

pré-candidato à Presidência.

O vídeo compartilhado por Michelle mostra a influenciadora Juliana Moreira Leite reagindo a um corte do podcast “Pode, Garotinho?”. Nas imagens, o ex-governador afirma que recebeu um material (ainda não divulgado e cuja autenticidade ele próprio diz não ter verificado) mostrando uma festa organizada por Daniel Vercaro.

“Quando ela (Michelle) pega um vídeo do Garotinho, e quem é do Rio de Janeiro conhece o Garotinho, bota na rede social dela, insinuando que eu posso estar na festa do Vercaro, ela está completamente desinformada. Eu quero garantir a todas vocês aqui. A única relação que eu tenho com o Vercaro é sobre o filme do meu pai”, declarou Flávio no encontro. A cena foi divulgada nas redes sociais por aliadas.

Desavenças

O senador disse que a sua campanha irá “passar por cima” das desavenças - problemas de relação com a ex-primeira dama e sua madrasta, Michelle Bolsonaro - para poder vencer a disputa ao Planalto em 2026. “Vamos passar por cima de desavenças ... Não vamos cair na da esquerda que tenta nos separar”, afirmou durante reunião com políticas do PL Mulher.

Flávio minimizou as especulações sobre divergências internas entre ele e Michelle e defendeu a união em torno de um projeto comum para as eleições presidenciais. Segundo ele, adversários políticos tentam explorar “supostos” conflitos entre lideranças conservadoras para enfraquecer a oposição ao governo.

O senador também ressaltou a importância da participação de Michelle Bolsonaro na mobilização do eleitorado, especialmente entre as mulheres, e afirmou que todas as lideranças do partido terão papel relevante na construção da campanha de 2026. A ex-primeira-dama deixou a presidência do PL Mulher na terça-feira, 30, o que aumentou a impressão de mal estar entre os dois.

A declaração ocorre em meio a discussões sobre a composição da chapa presidencial e sobre os rumos do campo conservador para a próxima eleição. O público feminino é visto como estratégico para a campanha de Flávio e Michelle é uma figura entre os nomes mais lembrados do segmento em levantamentos de intenção de voto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

POLÍTICA - SENADOR REPUDIA FALA SOBRE VOTO DE MULHER

Flávio Bolsonaro repudiou nesta quarta-feira declarações do influenciador Paulo Figueiredo sobre mulheres. Essa é a primeira vez que o senador se manifesta sobre o caso. A declaração de Figueiredo ocorrera na semana passada. Em abertura de reunião do PL Mulher, o senador também disse que Figueiredo não integra formalmente sua campanha.

“Quero repudiar veementemente a fala do Paulo Figueiredo sobre as mulheres”, disse Flávio. “Ele fez uma postagem no Instagram completamente equivocada. Ele não faz parte da nossa campanha, embora seja uma pessoa que nos ajuda muito lá nos Estados Unidos”.

Em ressalva, o pré-candidato disse que auxilia a sua campanha na relação com o presidente americano Donald Trump em agendas relevantes, mas afirmou que não pode ser responsabilizado por declarações feitas pelo empresário.

Em 25 de junho de 2026, durante transmissão ao vivo em seu canal no YouTube, Paulo Figueiredo afirmou que as mulheres “votam estatisticamente muito mal”, sobretudo as solteiras. Segundo ele, mulheres casadas tendem, em geral, a acompanhar o voto dos maridos, enquanto as solteiras não. Em seguida, recorreu a uma expressão de teor sexual e degradante ao se dirigir às feministas.

“Tenho a obrigação de falar aqui que eu me senti ofendido pela fala, porque ela generaliza as mulheres, inclusive falando de esposas. A minha esposa também está incluída nesse pacote de mulheres que não sabem votar”, disse Flávio.

Flávio afirmou que eventuais dificuldades para ampliar o apoio entre o eleitorado feminino devem ser atribuídas à sua própria atuação. O senador reconheceu que sua candidatura precisa melhorar a comunicação com o eleitorado feminino.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

POLÍTICA - CAIADO OFICIALIZA KASSAB COMO VICE E CRITICA FLÁVIO BOLSONARO

Na disputa pelo Planalto, o pré-candidato do PSD terá ao seu lado o presidente nacional de seu partido

Do Estadão Conteúdo



Caiado e Kassab formam uma chapa de apenas um partido, diferentemente de outras pré-candidaturas que costumam buscar o nome do vice em outra legenda

O pré-candidato do PSD à Presidência da República, Ronaldo Caiado, anunciou nesta quarta-feira, 1º de julho, o presidente nacional do partido, Gilberto Kassab, como seu vice na disputa pelo Palácio do Planalto. Em ato na sede da legenda, em Brasília, o ex-governador de Goiás também criticou o pré-candidato do PL, Flávio Bolsonaro.



“Se o Flávio chegar no segundo turno, com todo o respeito que ele merece, nós sabemos que realmente é tudo que o Lula quer: governar o Brasil por mais quatro anos”, disse Caiado. “Chegando ao segundo turno, nós aglutinaremos todas as forças do País.

Na pesquisa presidencial AtlasIntel/Bloomberg divulgada nesta quarta-feira, o goiano aparece em quarto lugar, com 2,9% das intenções de voto. Caiado está atrás do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que soma 46,3%, do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, com 36,6%, e de Renan Santos, que registra 7,8%. O ex-governador mineiro Romeu Zema (Novo), com 2%, está tecnicamente empatado com o pré-candidato do PSD.

Com a decisão, Caiado e Kassab formam uma chapa de apenas um partido, diferentemente de outras pré-candidaturas que costumam buscar o nome de outra legenda para compor a candidatura à vice-presidência. Em seu discurso, Caiado destacou a capacidade de articulação de Kassab.

“Todos reconhecem, todos no Brasil, a sua capacidade de articular, a sua capacidade de poder construir, de dialogar, de trazer aquilo que é impossível na política, você consegue conciliar”, afirmou o goiano. “se nós chegarmos no segundo turno, nós teremos os votos dos independentes e nós ganharemos, e bateremos o Lula no segundo turno.”

Histórico

Kassab é fundador e presidente nacional do PSD desde 2011 e comanda uma das maiores estruturas partidárias do País, com mais de 1.300 prefeitos filiados. Além disso, foi ministro das Cidades no governo Dilma Rousseff (PT), entre 2015 e 2016, e ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações na gestão Michel Temer (MDB), de 2016 a 2019.

Ele assumiu a Prefeitura de São Paulo em 2006, após a renúncia de José Serra (PSDB) para disputar o governo do Estado, e foi reeleito em 2008, tornando-se o primeiro prefeito da capital paulista a conquistar dois mandatos consecutivos.

Em 2023, assumiu a Secretaria de Governo e Relações Institucionais na gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), a quem apoiou nas eleições de 2022 e para quem indicou o vice. Desde então, passou a articular sua indicação para compor a chapa de reeleição do governador. Tarcísio, porém, decidiu manter Felício Ramuth, que deixou o PSD e se filiou ao MDB para permanecer no posto. Após o esvaziamento da articulação e uma sequência de atritos com aliados, Kassab deixou a secretaria em março.

A convenção nacional do PSD deve ocorrer no fim de julho. Na ocasião, o partido deve oficializar a candidatura de Caiado e Kassab para o Palácio do Planalto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

POLÍTICA - PF MIRA ADVOGADO LIGADO A SÓSTENES

Polícia encontrou dinheiro escondido dentro de um livro falso de Direito durante operação

Do Estadão Conteúdo

A Polícia Federal apreendeu dois maços de dinheiro, com notas de R\$ 100 e R\$ 50, escondidos dentro de um livro falso de Direito durante a terceira fase da Operação Rent a Car, deflagrada nesta quarta-feira, 1º. O material foi encontrado na casa de um advogado ligado ao deputado federal e líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante.

O deputado não foi alvo de busca e apreensão. Os investigadores à frente da Operação Rent a Car apuram um suposto esquema de desvio de recursos da cota parlamentar da Câmara dos Deputados por meio de uma locadora de veículos suspeita de emitir notas fiscais fictícias. O Estadão revelou que a locadora investigada recebeu R\$ 915 mil em recursos da cota parlamentar.

Em dezembro, a Polícia Federal apreendeu R\$430 mil em espécie durante diligências em endereços ligados ao deputado. Na ocasião, o líder do PL na Câmara afirmou que o dinheiro era proveniente da venda de um imóvel. Os investigadores, no entanto, suspeitam dessa versão.

Um dos alvos desta quarta é apontado pela PF como o principal suspeito de forjar a compra e venda do imóvel apresentada para justificar a origem dos R\$ 430 mil apreendidos.

As medidas judiciais da terceira fase da investigação foram autorizadas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), e são cumpridas no Distrito Federal, em Goiás e em Minas Gerais. O objetivo é coletar e preservar elementos de prova, segundo a PF. Todos os alvos são advogados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

TRANSPORTES – BRASIL E PARAGUAI REGULAMENTAM TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGAS DE MENOR PORTE

Protocolo bilateral cria regras para operações no tríplice fronteira, reforça o controle aduaneiro e transfere parte do fluxo de veículos para a Ponte da Integração

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, a medida busca ampliar a segurança jurídica das operações, fortalecer o controle aduaneiro e melhorar a logística entre Brasil e Paraguai

O Brasil e o Paraguai assinaram protocolo bilateral que regulamenta o transporte internacional de cargas de menor porte entre os dois países, modalidade amplamente utilizada na região da tríplice fronteira. O acordo foi firmado durante a 68ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, realizada na segunda (29) e terça-feira (30), em Assunção, e estabelece regras

específicas para uma atividade que até então não contava com um marco regulatório bilateral uniforme.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, a medida busca ampliar a segurança jurídica das operações, fortalecer o controle aduaneiro e melhorar a logística entre Brasil e Paraguai, especialmente no eixo formado por Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Presidente Franco. A tríplice fronteira também inclui a cidade argentina de Puerto Iguazú.

A assinatura do protocolo encerra uma etapa de negociações técnicas conduzidas pelos dois países no âmbito do Comitê Técnico nº 2 (CT2) e do Subcomitê Técnico de Controles e Operatória de Fronteira (SCT-COF) do Mercosul.

Pelo lado brasileiro, participaram dos trabalhos a Divisão de Administração Aduaneira da 9ª Região Fiscal (Diana/9ª RF), a Alfândega da Receita Federal em Foz do Iguaçu, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e outros órgãos ligados ao transporte e à administração aduaneira. Também integraram as negociações representantes das instituições paraguaias responsáveis pela gestão do setor.

O novo protocolo cria um conjunto de regras específicas para o transporte internacional de cargas de menor porte. Entre os pontos definidos estão os critérios para habilitação dos transportadores, os tipos de veículos autorizados a operar, a padronização dos requisitos documentais e os procedimentos operacionais e aduaneiros que deverão ser adotados nas operações entre os dois países.

Um dos principais dispositivos do acordo é a obrigatoriedade do uso dos documentos internacionais MIC/DTA e CRT, já previstos nos procedimentos aduaneiros vigentes em Brasil e Paraguai. De acordo com o governo federal, a medida amplia a rastreabilidade das cargas, fortalece os mecanismos de fiscalização, reduz a informalidade e proporciona maior segurança jurídica para transportadores e operadores econômicos.

O protocolo também altera a organização do fluxo de veículos na fronteira. Os transportadores enquadrados no novo regime passarão a utilizar a Ponte da Integração para ingressar no Brasil, reduzindo a circulação desse tipo de veículo pela Ponte Internacional da Amizade.



Um dos principais dispositivos é a obrigatoriedade do uso dos documentos internacionais MIC/DTA e CRT, já previstos nos procedimentos aduaneiros vigentes em Brasil e Paraguai

Segundo o ministério, a redistribuição do tráfego deverá aumentar a eficiência da circulação de cargas na região, ao separar parte do transporte de mercadorias do fluxo tradicional da Ponte da Amizade, uma das principais ligações rodoviárias entre os dois países.

De acordo com o governo federal, a regulamentação representa a conclusão de um processo de negociações técnicas desenvolvido ao longo dos últimos meses e integra as iniciativas voltadas à modernização da administração aduaneira, à facilitação do comércio internacional e ao fortalecimento da integração logística entre Brasil e Paraguai.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

TRANSPORTES - BARRA MANSA GANHA VIADUTO SOBRE FERROVIA APÓS MAIS DE UMA DÉCADA DE ESPERA

Obra de R\$ 38,6 milhões elimina um dos principais conflitos entre o trânsito urbano e a operação ferroviária e integra projeto de requalificação da malha no município

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Para o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, a entrega do viaduto rodoviário representa a solução de um problema histórico enfrentado pela população

A entrega do Viaduto Rodoviário Saint-Gobain, em Barra Mansa (RJ), encerra uma espera iniciada há mais de uma década e elimina um dos principais pontos de conflito entre o trânsito urbano e a ferrovia que corta o município. A estrutura foi inaugurada nesta terça-feira (30) pelo Ministério dos Transportes, com investimento de R\$ 38,6 milhões do Governo

Federal, e integra um conjunto de intervenções voltadas à requalificação da infraestrutura ferroviária da cidade.

Construído sobre a linha férrea, o viaduto melhora a ligação entre diferentes áreas do município, reduz os impactos da passagem dos trens sobre o sistema viário e amplia a segurança para motoristas e pedestres. Segundo o Ministério dos Transportes, a obra também torna mais eficiente a circulação ferroviária ao eliminar um dos principais pontos de interferência entre os dois modais.



Para o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, a entrega representa a solução de um problema histórico enfrentado pela população.

“A entrega deste viaduto representa muito mais do que uma obra de infraestrutura. Estamos solucionando um conflito histórico entre a ferrovia e a cidade, ampliando a segurança, melhorando a mobilidade urbana e garantindo mais qualidade de vida para quem vive em Barra Mansa”, afirmou.

O empreendimento faz parte do projeto de adequação da linha férrea no perímetro urbano de Barra Mansa, iniciativa que busca compatibilizar a operação ferroviária com a expansão da cidade e reduzir os impactos da circulação dos trens sobre o cotidiano da população.

O diretor substituto de Infraestrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Eloi Palma Filho, afirmou que a intervenção traz benefícios tanto para a operação ferroviária quanto para a mobilidade urbana.

“Estamos comemorando uma entrega muito representativa, que tem relevância para o modal ferroviário, melhora a segurança das operações e, ao mesmo tempo, amplia a mobilidade urbana. Para o cidadão, esse conjunto de benefícios é fundamental e fortalece um modal estratégico para a matriz de transportes e para a economia do país”, disse.

Projeto iniciado em 2010

O projeto do Viaduto Saint-Gobain começou em 2010, mas passou por diferentes etapas de execução, paralisações e revisões técnicas antes de ser concluído. Com a inauguração, o Ministério dos Transportes considera encerrada uma demanda antiga do município, que há anos convivia com congestionamentos e interferências provocadas pela operação ferroviária.

O prefeito de Barra Mansa, Luiz Furlani Filho, afirmou que a conclusão da obra resulta da atuação conjunta entre a prefeitura e o governo federal.

“Hoje é um dia histórico. A entrega do viaduto marca mais uma etapa de um conjunto de obras que está transformando a cidade. Esse resultado só foi possível graças à parceria entre a União e a prefeitura, que trabalharam juntos para atender uma demanda histórica da população”, declarou.

A expectativa também era compartilhada pelos moradores. Servidor público, Vicente Estevam da Mata, de 63 anos, vive em Barra Mansa há 55 anos e afirma acompanhar as discussões sobre o empreendimento há quase cinco décadas.

“Há 48 anos que eu ouço falar dessa obra e agora, de fato, ela está sendo concretizada. Ela é muito importante, vai desafogar o trânsito no fim da tarde e na hora do almoço. Vai adiantar a nossa vida”, afirmou.

Pacote de investimentos

A entrega do viaduto integra um conjunto de investimentos do Governo Federal voltados à modernização da infraestrutura ferroviária no estado do Rio de Janeiro.

Em abril deste ano, o ministro dos Transportes, George Santoro, e o secretário Leonardo Ribeiro assinaram a ordem de serviço para o início das obras de adequação do Pátio Anísio Brás, na Ferrovia EF-105, na cidade do Rio de Janeiro.

Com investimento de R\$ 24,9 milhões, o projeto amplia a capacidade operacional da ferrovia, reforça a segurança das operações e busca aumentar a eficiência do transporte de cargas entre Rio de Janeiro e São Paulo. As intervenções também transferem as manobras ferroviárias para uma área considerada mais adequada, melhoram a circulação de veículos e reduzem os impactos da atividade ferroviária sobre o entorno urbano.

Além do Viaduto Saint-Gobain, Barra Mansa também é contemplada por um projeto de requalificação ferroviária que reúne investimentos de R\$ 68,5 milhões do Governo Federal.

As intervenções incluem a construção de novos viadutos, pontes e passarelas, além da reorganização do sistema viário para eliminar interferências entre o tráfego urbano e a circulação de trens. Segundo o Ministério dos Transportes, o objetivo é ampliar a integração entre a ferrovia e a cidade, aumentar a eficiência operacional da malha ferroviária e facilitar o deslocamento diário da população.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - AMPLIAÇÃO DA CASTELLO BRANCO É ENTREGUE COM INVESTIMENTO DE R\$ 1,38 BILHÃO

Intervenção entre os km 22,5 e 31,650 inclui novas pistas, remodelação dos trevos de Barueri e Alphaville e construção de pontes e passarelas

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



As obras foram executadas pela concessionária ViaOeste e, segundo o Governo de São Paulo, beneficiam diretamente cerca de 2 milhões de pessoas na Região Metropolitana

A ampliação da Rodovia Presidente Castello Branco (SP280), entre os quilômetros 22,5 e 31,650, foi entregue pelo Governo de São Paulo nesta quarta-feira (1º), em Barueri. Com investimento de R\$ 1,38 bilhão, a intervenção amplia a capacidade de um dos

trechos mais movimentados do sistema Castello-Raposo e inclui novas vias marginais, faixa adicional, remodelação dos trevos de Barueri e Alphaville, construção de pontes, viadutos e passarelas, além de melhorias em drenagem, pavimentação, sinalização e segurança viária.

A cerimônia de entrega ocorreu no km 26 da rodovia, no sentido interior. As obras foram executadas pela concessionária ViaOeste e, segundo o Governo do Estado, beneficiam diretamente cerca de 2 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo.

Segundo o governador Tarcísio de Freitas, a ampliação acompanha a expansão urbana e econômica do entorno da rodovia.

“A Castello Branco se transformou no principal eixo de desenvolvimento do Estado e é por isso que seguimos fazendo investimentos para acompanhar esse crescimento. É uma obra que beneficia toda a região, de Jandira, Itapevi e Barueri até Alphaville, além de melhorar o acesso para quem chega à cidade de São Paulo”, afirmou.

As intervenções incluem a requalificação dos acessos a Barueri, Alphaville e Tamboré, com mudanças em conexões como Alameda Rio Negro, Avenida Tamboré, Estrada da Aldeinha, Avenida Anápolis, Estrada dos Romeiros e Avenida Café do Ponto.

No Trevo de Alphaville, as obras remodelaram o sistema viário para redistribuir o fluxo de veículos em um dos principais polos empresariais e residenciais da Região Metropolitana de São Paulo. Já no Trevo de Barueri, a reconfiguração dos acessos busca melhorar a integração entre a rodovia e a malha urbana do município.

O secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, afirmou que a intervenção busca solucionar gargalos históricos de mobilidade no corredor.

“A ampliação da Castello Branco, com cerca de R\$ 1,3 bilhão de investimentos, entrega melhorias estruturantes e soluciona o trânsito em um dos principais eixos viários do estado. São acessos estratégicos para Barueri, Alphaville e Tamboré, que, requalificados, vão promover uma circulação

mais segura e eficiente. As intervenções melhoram a integração entre a rodovia e a malha urbana, acompanhando o crescimento econômico e populacional desse importante polo metropolitano”, disse.

Pontes

Outro destaque da obra é a construção de duas novas pontes paralelas à Ponte Guilherme de Almeida, sobre o Rio Tietê. Cada estrutura tem aproximadamente 700 metros de extensão, três faixas de rolamento e acostamento. De acordo com o governo estadual, as novas travessias ampliam a capacidade do trecho e melhoram a integração entre o sistema rodoviário e o sistema viário de Barueri.

O projeto também contemplou a implantação de novas passarelas para pedestres, equipadas com rampas de acesso, piso tátil, corrimãos, iluminação reforçada e dispositivos de proteção, com o objetivo de ampliar a segurança dos deslocamentos a pé na região.

Segundo o Governo de São Paulo, a ampliação da Castello Branco melhora a mobilidade em um dos principais corredores de ligação entre a capital e os municípios da região oeste da Grande São Paulo, contribuindo para reduzir o tempo de deslocamento, ampliar a segurança viária e aumentar a capacidade da rodovia em um trecho marcado por elevado volume de tráfego.



De acordo com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, a ampliação da Rodovia Presidente Castello Branco acompanha a expansão urbana e econômica do entorno

A intervenção integra o programa SP Pra Toda Obra, iniciativa do Governo do Estado voltada à modernização da infraestrutura rodoviária paulista. O programa reúne investimentos em rodovias públicas e concedidas, executados pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP) e

pelas concessionárias, sob fiscalização da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS - PARANÁ E ESPÍRITO SANTO PODERÃO RECEBER TRECHOS DE FERROVIAS INOPERANTES

Ministério dos Transportes inicia etapa preparatória para cessão de áreas sem viabilidade para o transporte de cargas a estados e municípios

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



De acordo com George Santoro, a iniciativa faz parte da estratégia do governo federal de reaproveitar ativos ferroviários ociosos e ampliar seu uso em benefício da população

O Ministério dos Transportes assinou acordos de cooperação técnica que dão início ao processo de cessão de trechos ferroviários inoperantes localizados no

Paraná e no Espírito Santo para novos usos de interesse público. A medida, formalizada na terça-feira (30), abre caminho para que estados e municípios desenvolvam projetos de mobilidade, turismo, lazer e revitalização urbana em áreas consideradas sem viabilidade comercial para a operação de transporte ferroviário de cargas.



Segundo a pasta, os acordos representam a etapa inicial dos atos preparatórios necessários para a transferência das áreas, que atualmente integram concessões ferroviárias, mas não foram consideradas estratégicas para futuras renovações contratuais voltadas ao transporte de cargas.

De acordo com o ministro dos Transportes, George Santoro, a iniciativa faz parte da estratégia do governo federal de reaproveitar ativos ferroviários ociosos e ampliar seu uso em benefício da população.

“É muito importante para o Governo do Brasil reaproveitar os ativos hoje ociosos. É o início de uma série de chamamentos que vamos realizar para devolver essas áreas à sociedade. Quando não há viabilidade para a operação ferroviária de cargas, faz mais sentido permitir que estados e municípios desenvolvam projetos que atendam às necessidades das pessoas”, afirmou.

Santoro destacou que o modelo já foi aplicado em Araraquara (SP) e está em desenvolvimento em Aracaju (SE) e Campina Grande (PB). Segundo ele, a expectativa é estruturar projetos que possam ser posteriormente levados ao mercado.

“É um modelo inovador que já testamos com sucesso em Araraquara (SP) e que agora está sendo ampliado para outros estados. Trabalhamos ainda nos projetos de Aracaju (SE) e Campina Grande (PB), sempre com o objetivo de aproveitar a infraestrutura ferroviária existente para implantar soluções de transporte. Nossa expectativa é deixar um legado de projetos consolidados, aptos a serem levados ao mercado e a contribuir para o fortalecimento da mobilidade nacional”, disse.

No Espírito Santo, os acordos envolvem cerca de 260 quilômetros da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), atualmente concedida à VLI. Segundo o governo estadual, os trechos poderão receber novos usos voltados ao interesse público, incluindo projetos de turismo, lazer e mobilidade urbana.

A iniciativa abrange áreas que atravessam 11 municípios capixabas: Vila Velha, Cariacica, Viana, Domingos Martins, Marechal Floriano, Alfredo Chaves, Vargem Alta, Cachoeiro de Itapemirim, Atilio Vivacqua, Muqui e Mimoso do Sul.

O governador em exercício do Espírito Santo, Ricardo Ferraço, afirmou que o estado pretende desenvolver um projeto integrado para o corredor ferroviário.

“Estamos prontos para assumir esse patrimônio ferroviário e desenvolver um projeto capaz de integrar os municípios, fortalecer o turismo, o esporte, a economia e impulsionar novas vocações ao longo desse corredor. A ferrovia atravessa grande parte do território capixaba e representa uma oportunidade de promover desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida da população e dar uma nova destinação a uma infraestrutura que hoje está subutilizada”, declarou.

No Paraná, os acordos abrangem trechos da Malha Sul atualmente sob concessão da Rumo, com extensão estimada entre 50 e 80 quilômetros. As áreas estão localizadas nos municípios de Arapoti, Carambeí, Castro, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Ponta Grossa e Ventania.

Segundo o Ministério dos Transportes, a cessão permitirá que os municípios desenvolvam projetos próprios para reutilização da infraestrutura ferroviária.

O prefeito de Piraí do Sul, Henrique de Oliveira, informou que o município pretende implantar uma galeria de cultura e arte, além de um parque urbano, na área que poderá ser transferida.

“Estruturamos o projeto de uma galeria de cultura e arte, juntamente com um parque urbano. Para nós, este documento representa a oportunidade de escrever uma nova história para o nosso município”, afirmou.

Próximas etapas

Com a assinatura dos acordos de cooperação técnica, o Ministério dos Transportes iniciará a contratação de estudos que definirão as diretrizes para o repasse dos trechos ferroviários aos estados e municípios.

Segundo George Santoro, os projetos são resultado de um levantamento realizado nos últimos três anos para identificar ativos ferroviários sem relevância operacional para a União, mas com potencial de aproveitamento pelas administrações locais.

“Nos últimos três anos, levantamos um diagnóstico de toda a nossa malha ferroviária, que permitiu identificar os ativos sem tanta relevância para o Ministério, mas que são de grande aproveitamento para as prefeituras e para os estados”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

TRANSPORTES – HIDROVIAS - GOVERNO ABRE CONSULTA PARA PRIMEIRA CONCESSÃO HIDROVIÁRIA DO PAÍS

Com alta de 17% nos imóveis em um ano, Sinop, no norte de Mato Grosso reforça posição como polo logístico do agronegócio e atrai investidores

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Representantes do setor produtivo, operadores portuários, entidades e demais interessados poderão dar sugestões para o aprimoramento da proposta antes da publicação do edital

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) abriu nesta terça-feira (1º) consulta pública sobre a concessão do Sistema Aquaviário Integrado do Sul e da Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul. Segundo a pasta, trata-se da primeira concessão de um sistema hidroviário

do país. A iniciativa é conduzida em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), e as contribuições poderão ser enviadas até 15 de agosto.

Durante o período de consulta, representantes do setor produtivo, operadores portuários, entidades e demais interessados poderão apresentar sugestões para o aprimoramento da proposta antes da publicação do edital de concessão. As manifestações deverão ser encaminhadas por meio de formulário eletrônico disponível no site da Antaq. Documentos complementares, como mapas, plantas e fotografias, poderão ser enviados por e-mail à agência.

O projeto prevê a concessão de um sistema hidroviário com 510 quilômetros de extensão, abrangendo o Sistema Aquaviário Integrado do Sul e a Lagoa Mirim. O contrato terá prazo de 25 anos, com possibilidade de prorrogação por até 70 anos, e estima investimentos de R\$ 134 milhões ao longo da concessão.

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, a iniciativa busca ampliar a eficiência da navegação interior, modernizar a infraestrutura hidroviária da região e fortalecer a integração logística entre Brasil e Uruguai.

Entre os resultados esperados está a criação de uma alternativa para o escoamento de exportações uruguaias por meio do Porto do Rio Grande, ampliando a conectividade do corredor hidroviário e fortalecendo a movimentação de cargas entre os dois países.



Além da concessão, o governo federal também prevê investimentos na dragagem da Lagoa Mirim. As obras somam R\$ 57,9 milhões, dos quais R\$ 6,7 milhões serão destinados à supervisão dos serviços. A contratação abrange a elaboração dos projetos executivos, a execução da dragagem de manutenção e a implantação e manutenção da sinalização náutica do canal navegável.

Os recursos para a intervenção integram o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e deverão ser aplicados entre 2026 e 2028.

A Lagoa Mirim faz parte de um corredor hidroviário conectado ao Canal de São Gonçalo e à Lagoa dos Patos, permitindo o transporte internacional de cargas entre Brasil e Uruguai. Segundo o ministério, a principal limitação operacional do sistema atualmente é a profundidade insuficiente do canal navegável, restrição que deverá ser eliminada com a execução das obras de dragagem.

A consulta pública representa uma das etapas que antecedem a publicação do edital e a realização do leilão da concessão, permitindo o recebimento de contribuições para ajustes no projeto antes da definição do modelo final.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

TRANSPORTES - PORTOS – APS É PREMIADA POR AÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA DURANTE O MAIO AMARELO

Autoridade Portuária de Santos recebeu reconhecimento nacional por campanha de conscientização que alcançou trabalhadores, motoristas e operadores portuários

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) foi reconhecida com o prêmio “Destaques Maio Amarelo 2026”, concedido pelo Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), na categoria “Ações do Poder Público — Estadual e Federal”. A premiação foi entregue à Guarda Portuária de Santos (GPort), que representou a APS durante a cerimônia realizada na última quinta- feira (25), em São José dos Campos.

O reconhecimento destaca as ações desenvolvidas durante a campanha Maio Amarelo 2026, realizada em parceria entre a Guarda Portuária, a Gerência de Sustentabilidade e a Superintendência de Comunicação Corporativa da APS.

A cerimônia integrou a programação do Observatório Summit, evento que celebrou os 15 anos do ONSV. Com o tema “No trânsito, enxergar o outro é salvar vidas”, a campanha deste ano buscou conscientizar a sociedade sobre a importância da segurança viária, da empatia e da responsabilidade compartilhada no trânsito.

O prêmio “Destaques Maio Amarelo” reconhece iniciativas de empresas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil que contribuem para ampliar a conscientização e fortalecer a mobilização em favor da segurança no trânsito.

Ao longo do mês de maio, a campanha no Porto de Santos promoveu ações voltadas à conscientização de motoristas, trabalhadores, operadores portuários e demais pessoas que circulam pela região portuária.

A Guarda Portuária participou diretamente das atividades de orientação e conscientização, enquanto a Superintendência de Comunicação Corporativa foi responsável pela divulgação das ações. Já a Gerência de Sustentabilidade colaborou na produção dos materiais da campanha e no apoio às atividades realizadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE IMBITUBA INAUGURA OBRAS E DESTINA R\$ 17,6 MILHÕES À MOBILIDADE URBANA

SC entrega intervenções no complexo portuário e formaliza convênio com a prefeitura para repavimentação de avenida e instalação de lombadas eletrônicas

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



De acordo com Ivan Amaral, os investimentos são parte da estratégia de fortalecimento da infraestrutura logística e de ampliação dos benefícios gerados pelo porto para o município

O Porto de Imbituba concentrou os principais anúncios do pacote de investimentos apresentado pelo Governo de Santa Catarina nesta terça-feira (30), em Imbituba, no Sul do estado. Além da inauguração de obras de modernização da infraestrutura portuária, que somam mais de R\$18,5 milhões, foi formalizado um convênio entre a autoridade portuária e a prefeitura para destinar

R\$ 17,6 milhões à mobilidade urbana do município. Os recursos integram um conjunto mais amplo de investimentos estaduais superiores a R\$ 24 milhões em áreas como infraestrutura, saúde, habitação, turismo e educação.

Durante a cerimônia, o Porto de Imbituba e a Prefeitura de Imbituba assinaram um convênio que prevê a repavimentação da Avenida Manoel Florentino Machado e a implantação de 11 lombadas eletrônicas. Os R\$ 17,6 milhões destinados às intervenções são provenientes dos dividendos gerados pelo próprio porto.

Também foram entregues obras voltadas à ampliação da capacidade operacional e à modernização do complexo portuário, com investimentos superiores a R\$ 18,5 milhões. Entre as intervenções concluídas estão a construção de um dolphin de amarração e de uma passarela metálica no Berço 2, a derrocagem do Cais 1, a reforma do prédio da Receita Federal, a implantação de um novo pátio para carga geral, de uma sala para conferentes, de um portal eletrônico e de uma oficina de manutenção.

Segundo o secretário de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias, Ivan Amaral, os investimentos fazem parte da estratégia de fortalecimento da infraestrutura logística catarinense e de ampliação dos benefícios econômicos gerados pelo porto para o município.

“O Porto de Imbituba é estratégico para Santa Catarina e cada investimento realizado aqui amplia a competitividade do estado, fortalece a logística e gera desenvolvimento para toda a região. Mais importante do que ampliar a infraestrutura é garantir que esse crescimento também retorne em benefícios diretos para quem vive em Imbituba. O porto está de parabéns por todos os resultados que vêm alcançando e o Governo do Estado também pela coragem de planejar e investir em obras estratégicas e essenciais para o desenvolvimento de Santa Catarina”, afirmou.

O diretor-presidente do Porto de Imbituba, Christiano Lopes de Oliveira, destacou que o atual ciclo de investimentos resulta do desempenho operacional do complexo e permite ampliar tanto a infraestrutura portuária quanto os investimentos na cidade.

“Os resultados alcançados pelo porto estão sendo revertidos em novas obras, mais eficiência operacional e também em melhorias para a cidade. É um modelo de gestão que fortalece o porto, amplia nossa capacidade de operação e, ao mesmo tempo, contribui diretamente para melhorar a mobilidade e a qualidade de vida da população”, disse. De acordo com o governo catarinense, o Porto de Imbituba responde atualmente por cerca de 60% da economia do município e por aproximadamente 80% da arrecadação do ISS. Nos últimos anos, o complexo triplicou a movimentação de contêineres, ampliou as conexões com mercados nacionais e internacionais e

registrou sucessivos recordes na movimentação de cargas, consolidando-se entre os principais portos da Região Sul.

Investimentos no município

Além das ações ligadas ao porto, o governo estadual anunciou um pacote de investimentos superior a R\$ 24 milhões para Imbituba. Entre as obras previstas estão a pavimentação da Rua Osmar Florentino, no bairro Vila Nova; das ruas Aurora de Souza Ávila e Cecina de Souza, em Araçatuba; das avenidas Porto Novo e Paraíso do Luz, em Ibiraguera; e da Rua Ataliba Manoel da Silva, em Vila Nova Alvorada. Também será realizado o recapeamento da Avenida Santa Catarina, no bairro Paes Leme.

O pacote contempla ainda a construção de duas novas Unidades Básicas de Saúde, a entrega de 43 moradias do programa Casa Catarina, a revitalização do mirante da Praia do Porto, a implantação de uma nova praça, recursos para a castração de 1.127 cães e gatos e a autorização para abertura da licitação destinada à construção do ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Visconde do Rio Branco, obra estimada em mais de R\$ 3 milhões.

Durante a cerimônia, o governador Jorginho Mello afirmou que os investimentos buscam acelerar a execução de obras municipais e ampliar a oferta de serviços públicos em Imbituba.

“Eu não me canso de dizer que Santa Catarina é o que é por conta das pessoas que vivem aqui. E quando a gente se une pra fazer esses investimentos e essas melhorias, é para essas pessoas que a gente tá entregando mais oportunidades, condição de um futuro melhor e serviço de mais qualidade. Quando a gente ajuda os prefeitos, as obras acontecem, a vida melhora e o desenvolvimento chega mais rápido. É isso que estamos fazendo em Imbituba e em todos os municípios catarinenses: ajudando quem está na ponta a entregar resultados para a população”, afirmou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - DUIMP: MODERNIZAÇÃO NECESSÁRIA, MAS QUE AINDA EXIGE ADAPTAÇÃO DA CADEIA LOGÍSTICA



BETO UMBUZEIRO

Diretor comercial da Transbrasa

opinioao@portalbenews.com.br

A transformação digital do comércio exterior brasileiro avança em ritmo acelerado. A implantação da Declaração Única de Importação (Duimp), um dos pilares do Portal Único de Comércio Exterior, representa talvez a maior mudança estrutural dos últimos anos nos processos de importação do país.

O objetivo é claro: reduzir burocracia, eliminar redundâncias, integrar órgãos governamentais e aumentar a eficiência das operações. A proposta é positiva e necessária. Afinal, durante décadas, o setor conviveu com procedimentos fragmentados, excesso de documentos e múltiplas interfaces entre operadores e órgãos anuentes.

Segundo o Programa Portal Único de Comércio Exterior, a modernização foi concebida, justamente, para reduzir prazos, custos operacionais e aumentar a competitividade das empresas brasileiras em todo o mundo. Entre os benefícios previstos estão a centralização de informações, maior automação dos processos, gerenciamento de riscos e integração entre os controles aduaneiros e administrativos.

Porém, toda transformação dessa magnitude produz efeitos que vão além da teoria. No retroporto de Santos (SP), onde diariamente circulam cargas destinadas aos mais diversos mercados, a implantação da Duimp vem sendo acompanhada por um processo natural de adaptação. E é nesse período de transição que surgem alguns dos principais desafios para operadores logísticos, importadores, terminais e recintos alfandegados.



As operações sujeitas à anuência de órgãos como o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) merecem atenção especial. Diferentemente de cargas com fluxo mais simplificado, esses processos dependem de validações técnicas, informações detalhadas de produto e integração eficiente entre diferentes sistemas governamentais.

A própria Anvisa reconhece que a migração para o novo modelo representa uma transformação estrutural relevante e exige um período de adaptação operacional, tanto para os órgãos públicos quanto para os operadores privados. A agência, inclusive, implantou painéis específicos para acompanhamento das filas de análise e reforçou orientações sobre preenchimento correto das informações para evitar inconsistências e atrasos.

Os ganhos, entretanto, já começam a aparecer. Em uma das primeiras operações realizadas integralmente pelo novo modelo, uma importação sujeita à fiscalização sanitária recebeu liberação em apenas dez minutos após o registro da DUIMP, graças à análise automatizada de risco e à integração entre os órgãos envolvidos. O resultado demonstra o potencial de eficiência que a nova plataforma pode alcançar quando toda a cadeia opera de forma sincronizada.

Por outro lado, a realidade do dia a dia mostra que a velocidade prometida pelo sistema depende diretamente da qualidade das informações inseridas na origem. Erros de cadastro, inconsistências documentais, classificações incorretas de mercadorias e falhas no preenchimento do catálogo de produtos podem gerar exigências, retrabalho e aumento do tempo de permanência da carga nos recintos alfandegados. E, na logística, tempo continua sendo dinheiro.

Para operadores do retroporto, isso significa a necessidade de investir ainda mais em qualificação de equipes, revisão de processos internos e integração tecnológica. Não basta que o sistema seja moderno. Toda a cadeia precisa estar preparada para operar dentro dessa nova lógica — talvez, este seja o principal aprendizado da DUIMP até aqui.

A modernização do comércio exterior brasileiro não depende apenas da tecnologia. Ela depende da capacidade de adaptação das empresas, dos operadores logísticos, dos órgãos anuentes e de todos os agentes envolvidos nas operações de importação.

No longo prazo, os benefícios tendem a superar os desafios. Menos burocracia, maior previsibilidade e redução de custos são objetivos que interessam a todo o setor. Mas, no curto prazo, especialmente em cargas sujeitas a controles sanitários, fitossanitários e regulatórios, a fase de transição exige atenção redobrada.

A Duimp representa um avanço importante para o comércio exterior brasileiro. O desafio, agora, é transformar esse incremento tecnológico em ganhos operacionais efetivos para toda a cadeia logística. Isso porque, no final das contas, a competitividade não nasce apenas dos sistemas. Ela parte da capacidade de utilizá-los da maneira correta.

Beto Umbuzeiro escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras.

A REALIDADE DO DIA A DIA MOSTRA QUE A VELOCIDADE PROMETIDA PELO SISTEMA DEPENDE DIRETAMENTE DA QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES INSERIDAS NA ORIGEM. ERROS DE CADASTRO, INCONSISTÊNCIAS DOCUMENTAIS, CLASSIFICAÇÕES INCORRETAS DE MERCADORIAS E FALHAS NO PREENCHIMENTO DO CATÁLOGO DE PRODUTOS PODEM GERAR EXIGÊNCIAS, RETRABALHO E AUMENTO DO TEMPO DE PERMANÊNCIA DA CARGA NOS RECINTOS ALFANDEGADOS. E, NA LOGÍSTICA, TEMPO CONTINUA SENDO DINHEIRO.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/07/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS REDUZ PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO

A mudança representa diminuição de R\$ 0,81 por litro. Nas refinarias da companhia, o novo preço varia de R\$ 4,67 a R\$ 4,93 por litro

Da Agência Brasil



De acordo com a Petrobras, o movimento foi possível por causa da “atenuação” dos efeitos que o conflito no Oriente Médio impôs ao preço internacional dos derivados do petróleo

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (1º) que reduziu o preço de venda do querosene de aviação (QAV) em 14,5%. O preço do combustível vendido às distribuidoras é reajustado sempre no início do mês, e a variação de julho é o segundo recuo seguido.

A mudança representa diminuição de R\$ 0,81 por litro. Nas refinarias da companhia, o novo preço varia de R\$ 4,67 a R\$ 4,93 por litro.

A estatal explicou que o movimento de baixa no preço foi possível por causa da “atenuação” dos efeitos que o conflito no Oriente Médio impôs ao preço internacional dos derivados do petróleo.

No ano, no entanto, o combustível usado por aviões e helicópteros está 40,5% mais alto que o do final de 2025. Isso representa acréscimo de R\$ 1,39 por litro.

Com a eclosão da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, em 28 de fevereiro, a cadeia logística da indústria do petróleo sofreu perturbações, o que levou à disparada de preços.

O motivo principal foi o bloqueio do Estreito de Ormuz, ao sul do Irã. Antes da guerra, 20% da produção internacional de óleo e gás passava pela região. Com menos oferta de petróleo nos mercados, o preço subiu.

Apesar de o Brasil ser produtor de petróleo, o produto e seus derivados, por serem commodities (matéria-prima negociada em grandes quantidades), têm o preço definido no mercado internacional.

Últimos meses

Em abril, a Petrobras reajustou o QAV em 55%. Em maio houve alta de 18%. Na ocasião, para suavizar o efeito do encarecimento nos caixas das companhias, a estatal permitiu que as distribuidoras parcelassem o reajuste. Em junho a empresa reduziu o QAV em 14,2%.

A atenuação dos efeitos da guerra fez também com que o governo federal iniciasse o processo de retirada de subsídios (espécie de reembolso) às empresas produtoras e importadoras de combustíveis. A medida era uma forma de impedir choque de preços para o consumidor final.

Cadeia de comércio

A Petrobras comercializa para as distribuidoras o QAV produzido nas refinarias da empresa ou importado. Uma vez comprado pelas distribuidoras, as empresas transportam o combustível e vendem para companhias de transporte e outros consumidores finais nos aeroportos ou ainda para revendedores.

A estatal tem participação de cerca de 85% da produção do QAV, mas o mercado é aberto à livre concorrência, sem restrições para outras empresas atuarem como produtoras ou importadoras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

COM CONVERSAS ENTRE EUA E IRÃ, PETRÓLEO FECHA EM QUEDA

Aumento das exportações iranianas indica melhora no fornecimento global

Da Agência Brasil

Os contratos futuros do petróleo fecharam em queda, estendendo as perdas de terça-feira, em meio a sinais de que conversas técnicas indiretas entre os Estados Unidos e o Irã estão em andamento em Doha, enquanto o Estreito de Ormuz segue operando.

Negociado na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para agosto fechou em queda de 1,32% (US\$ 0,92), a US\$ 68,58 o barril. Já o Brent para setembro recuou 1,89% (US\$ 1,38), a US\$ 71,57 o barril, negociado na Intercontinental Exchange de Londres (ICE).

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou nesta quarta-feira, 1º, que as negociações com o Irã avançam de forma positiva e disse acreditar que o processo de desnuclearização do país “está progredindo bem”. Teerã, contudo, voltou a dizer que as reuniões indiretas no Catar não estão acontecendo, com grupos de trabalho apenas monitorando a implementação do memorando para assim negociar um acordo final.

Em Ormuz, a televisão estatal do Irã informou que um navio estrangeiro de contêineres encalhou no estreito após utilizar uma rota não aprovada. As autoridades não divulgaram detalhes sobre a embarcação nem possíveis impactos ao tráfego marítimo.

Para os analistas da Kotak Neo, o aumento das exportações iranianas e os embarques recordes da Rússia apontam para uma melhoria no fornecimento global, mas qualquer interrupção no tráfego do Golfo ou colapso nas negociações diplomáticas pode rapidamente reviver o prêmio de risco geopolítico e sustentar os preços do petróleo.

Nos EUA, os estoques de petróleo caíram 3,775 milhões de barris na semana encerrada em 26 de junho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

MINERAÇÃO - ANM APROVA NOVO SISTEMA PARA PAGAMENTO DOS ROYALTIES DA MINERAÇÃO

A partir do próximo dia 7, recolhimento da CFEM será feito por plataforma digital, substituindo o pagamento por boleto após mais de 20 anos

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



De acordo com a ANM, a alteração no sistema de pagamento dos royalties não cria custos adicionais para as empresas e facilita o preenchimento das informações pelos regulados

A Agência Nacional de Mineração (ANM) aprovou uma resolução que moderniza o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A partir de 7 de julho, as mineradoras passarão a realizar o recolhimento dos royalties por

meio da Plataforma de Gestão de Recursos Minerais (PGRM), substituindo o atual sistema baseado em boletos.

A medida foi aprovada por unanimidade pela Diretoria Colegiada e tem como objetivo tornar o processo de arrecadação mais ágil, seguro e transparente.

A nova resolução substitui a Portaria DNPM nº 311/2005, que há mais de 20 anos regulamentava o pagamento da CFEM por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU). Segundo a agência, o modelo anterior exigia preenchimentos manuais e não possuía integração com os sistemas da ANM.



Para o diretor da ANM, Luiz Paniago, a mudança representa um avanço na modernização da arrecadação dos royalties da mineração. “A agência moderniza o procedimento de pagamento dos royalties da mineração, trocando o sistema antigo por um mais prático, integrado e digital. Era um formato que gerava riscos operacionais relevantes, considerando que todos os meses a autarquia arrecada cerca de R\$ 800 milhões por meio de aproximadamente 10 mil boletos”, afirmou durante a 86ª Reunião Ordinária Pública da autarquia.

De acordo com a agência, a alteração não cria custos adicionais para as empresas e facilita o preenchimento das informações pelos regulados. Por ser considerada uma medida de baixo impacto e de atualização normativa, a Diretoria Colegiada dispensou a realização de Análise de Impacto Regulatório e de Processos de Participação Social.

Na avaliação do diretor Fábio Borges, a nova plataforma é resultado da atuação conjunta das equipes técnicas da agência. “Esse produto decorre de uma ação que nossas equipes de TI, de arrecadação e de regulação conduziram em uma parceria importantíssima com o Serpro para o desenvolvimento de uma solução tecnológica inovadora. Fico muito satisfeito que, apesar das nossas fragilidades orçamentárias e de pessoal, conseguimos evoluir nessa matéria tão importante para o setor”, afirmou.

O diretor-geral da ANM, Mauro Sousa, também destacou que a ferramenta atende à proposta de modernização da agência e contribui para reduzir riscos administrativos. “Trata-se de uma proposta que se alinha à ideia de modernização, atualização tecnológica e eficiência, além de atender aos anseios dos nossos regulados. É uma ferramenta que atende aos interesses da federação como um todo e chega em boa hora para diminuir os riscos administrativos por conta de um processo obsoleto que até então estava vigente”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

MINERAÇÃO - OURO ENCERRA A QUARTA-FEIRA EM ALTA

Mercado tenta recalibrar expectativas para a política monetária dos Estados Unidos

Do Estadão Conteúdo

O ouro encerrou em alta nesta quarta-feira, 1º de julho, com o mercado tentando recalibrar as expectativas para a política monetária dos Estados Unidos diante de declarações do presidente do Federal Reserve (Fed), Kevin Warsh, além de dados e emprego do país.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para agosto encerrou em alta de 1,10%, a US\$ 4.082,4 por onça-troy, enquanto a prata para setembro avançou 0,98%, a US\$ 60,511 por onça-troy.

O metal voltou a recuar ao patamar de US\$ 3.900 durante a sessão Para o Saxo Bank, o mercado ainda não “atraiu interesse de compra suficiente para estabelecer esse nível como suporte”. Para o banco, a movimentação recente acontece à medida que os investidores continuam a precificar um aperto monetário “em resposta a um aumento da inflação, apesar da recente queda nos preços da energia”.

No entanto, o metal se recuperou e voltou ao nível de US\$ 4 mil, em meio a declarações do presidente do Fed, Kevin Warsh. O líder afirmou que os riscos e as expectativas de inflação diminuíram nas últimas semanas, além de destacar a estabilidade no mercado de trabalho. A declaração foi feita no Fórum do Banco Central Europeu (BCE) em Portugal. Mais cedo, levantamento ADP mostrou a criação de 98 mil empregos no setor privado em junho nos EUA, um número acima do esperado, mas inferior ao dado de maio. Na quinta é a vez da publicação do relatório do payroll.

Para a UBS, o ouro continua enfrentando dificuldades no curto prazo devido às expectativas de aumentos nas taxas de juros do Fed, juros reais mais altos e um dólar mais forte.

Contudo, o posicionamento do mercado está “muito enxuto”, segundo o banco, avaliando que novas quedas devem ser limitadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

BRASIL EXPORT - CENTRO-OESTE EXPORT VAI DEBATER DESAFIOS DA LOGÍSTICA NA REGIÃO

Evento será realizado nos dias 23 e 24 de julho, em Goiás, e reunirá autoridades, especialistas e representantes do setor produtivo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A programação do primeiro dia terá como destaque o painel “Infraestrutura de transportes e o agronegócio na região Centro-Oeste”, marcado para a manhã do dia 23 de julho

O Centro-Oeste Export – Fórum Regional de Infraestrutura, de Transportes, Energia e Mineração, promovido pelo Grupo Brasil Export, será realizado nos dias 23 e 24 de julho,

no Prime Hotel Rio Verde, em Rio Verde (GO). O evento reunirá autoridades, especialistas e representantes do setor produtivo para debater os principais desafios da logística e da infraestrutura na região, com foco no desenvolvimento econômico e na ampliação da competitividade do Centro-Oeste.

O Centro-Oeste, principal polo do agronegócio brasileiro, concentra grande parte da produção de soja, milho e pecuária de corte. A região ganhou destaque na economia nacional com a expansão da fronteira agrícola, mas ainda convive com desafios ligados ao escoamento da safra.

A programação do primeiro dia terá como destaque o painel “Infraestrutura de transportes e o agronegócio na região Centro-Oeste”, marcado para a manhã do dia 23 de julho. O debate abordará a situação das rodovias concedidas, incluindo as BR-153 e BR-060, o desenvolvimento da malha ferroviária regional e a infraestrutura de armazenagem da produção do Centro-Oeste. O objetivo é discutir alternativas para ampliar a eficiência logística e o escoamento na região.

Ainda no primeiro dia, será realizada uma dinâmica sobre os terminais portuários que operam cargas produzidas no Centro-Oeste. A atividade contará com a participação de Armando Monteiro Bisneto, diretor-presidente do Complexo de Suape; Flávio Vieira, presidente da Portos Rio; e Rui Lourenço, gerente comercial e de Desenvolvimento de Negócios da Santos Brasil.

Ao longo da programação, o fórum também discutirá temas como o potencial de geração de energia e mineração no Centro-Oeste, os desafios para o escoamento energético regional, corredores logísticos sustentáveis e a eficiência no transporte da safra goiana.

Centro-Oeste Export

O Centro-Oeste Export integra a agenda nacional de fóruns promovidos pelo Grupo Brasil Export, iniciativa voltada à discussão de temas estratégicos para os setores de logística, infraestrutura e transportes. Os encontros reúnem representantes dos governos, empresários, especialistas e lideranças do setor produtivo para discutir propostas que contribuam para o desenvolvimento regional e para o fortalecimento da infraestrutura brasileira.

Nesta edição, o evento também contará com o painel InfraESG – Corredores logísticos sustentáveis, moderado por Ana Beatriz Rodrigues Castro, chefe de Gabinete da Superintendência de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT.

A agenda será encerrada no dia 24 de julho com uma visita técnica ao terminal da Granel Química, em Santa Helena de Goiás.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO CENTRO-OESTE EXPORT 2026

PROGRAMAÇÃO CENTRO-OESTE EXPORT 2026

SUJEITA A ALTERAÇÕES E CONFIRMAÇÕES

23 JULHO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas

09h00 Solenidade de abertura

10h00 Goiás em Foco | Panorama sobre o ambiente de negócios no estado

11h00 Intervalo

11h30 Painel: Infraestrutura de transportes e o agronegócio na região Centro-Oeste

- A situação das rodovias concedidas abordando BR-153, BR-060 e outras
- O desenvolvimento da malha ferroviária na região
- A infraestrutura de armazenagem da produção do Centro-Oeste

12h30 Apresentação a definir

12h45 Encerramento do período da manhã

14h30 Painel: Os potenciais de geração de energia e mineração na região Centro-Oeste

- O papel das mineradoras e das terras raras na transição energética
- Os desafios para aperfeiçoar o escoamento do potencial energético do Centro-Oeste
- Sinergias entre setor produtivo e a produção de energia e a integração de biomassa, biogás e bioinsumos na matriz regional

15h30 Dinâmica: Terminais portos que operam as cargas produzidas

no Centro-Oeste

Debatedores confirmados: Armando Monteiro Bisneto, Diretor-Presidente do Complexo de Suape; Flávio Vieira, Presidente da Portos Rio; Rui Lourenço, Gerente Comercial e Desenvolvimento de Negócios da Santos Brasil

16h30 Intervalo

17h00 Painel InfraESG | Corredores logísticos sustentáveis

Moderação: Ana Beatriz Rodrigues Castro, Chefe de Gabinete da Superintendência de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT

18h00 Painel: A eficiência logística no escoamento da safra goiana

- Conectividade e multimodalidade
- Desafios para financiar a renovação das frotas de transporte
- Os pleitos do setor ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa para a garantia de recursos do orçamento público em eixos logísticos críticos

18h45 Solenidade de encerramento

24 JULHO | SEXTA-FEIRA

08h15 Saída do transporte oficial do Prime Hotel Rio Verde

09h00 Visita técnica ao terminal da Granel Química em Santa Helena de Goiás

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

FINANÇAS - IBOVESPA TEM LEVE QUEDA NO PRIMEIRO PREGÃO DO SEMESTRE

Com um recuo de 0,20%, aos 171,6 mil pontos, índice da B3 já acumula perda de 0,93% na semana; mercado aguarda payroll

Do Estadão Conteúdo



Com o recuo de 0,20% nesta quarta e de 0,93% desta semana, o Ibovespa reduz o ganho do ano para 6,56%

O Ibovespa chegou a tocar os 172 mil pontos no início da tarde, em leve alta, mas logo voltou a operar no negativo, fechando com um recuo de 0,20%, aos 171.688,61 pontos. Analistas de renda variável mencionam que há poucos gatilhos internos que justifiquem um movimento mais firme do índice, que operou volátil inclusive por ser o primeiro pregão do segundo semestre - portanto, dia de mudança nas

alocações.

Enquanto algumas casas mencionam otimismo com o valuation das ações abaixo da média histórica e de pares emergentes, outras destacam que a taxa de juros real segue elevada e o risco político-fiscal deve se acentuar com a proximidade das eleições. No curto prazo, investidores mencionam o payroll,

que será divulgado na quinta, como um bom direcionador para o que deve acontecer com os juros dos Estados Unidos, o que pode influenciar a política monetária brasileira.

Nesta quarta-feira, 1º, tanto Christine Lagarde quanto Kevin Warsh, presidentes do Banco Central Europeu (BCE) e do Federal Reserve (Fed), respectivamente, não deram uma indicação clara sobre o próximo passo envolvendo juros. No cenário doméstico, pesquisa eleitoral Atlas/Bloomberg mostrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lidera em um eventual segundo turno, o que gerou certo desconforto por perspectiva de manutenção de um fiscal insuficiente para estabilizar o nível de endividamento do País.

Com o recuo desta quarta, o Ibovespa acumula queda de 0,93% na semana e reduz o ganho do ano para 6,56%. No intradia, o índice chegou a subir 0,04% na máxima por volta das 14 horas, aos 172 098,36 pontos, após mínima aos 169.665,53 pontos (-1,37%) perto da abertura, antes das declarações consideradas mais amenas de Lagarde e Warsh. O giro financeiro somou R\$ 21,51 bilhões.

“Temos pouco gatilho interno, e o exterior está em compasso de ‘stand by’, com o payroll sendo um catalisador da semana e que vai mostrar para o investidor, com mais clareza, o cenário para juros americanos”, comenta o analista Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, justificando a volatilidade e a falta de tração do Ibovespa.

Payroll

Nos EUA, após o resultado um pouco acima do esperado da criação de vagas na pesquisa ADP do setor privado em junho, o mercado agora fica em compasso de espera pelo payroll.

O especialista Gabriel Cecco, da Valor Investimentos, nota que o presidente do Fed reforçou, durante Fórum de Sintra, a percepção de que a autoridade monetária continuará bem cautelosa antes de reduzir os juros, o que fortaleceu o dólar no mercado internacional e elevou os rendimentos dos títulos do Tesouro. “O movimento, na regra, acaba diminuindo o apetite por ativos de risco, especialmente em países emergentes como o Brasil”, afirma.

Ainda assim, “ao longo do dia, o mercado voltou a se ajustar um pouco, com alguns bancos voltando a melhorar”, acrescenta o analista Rafael Passos, da Ajax Asset. Em termos setoriais, bancos fecharam mistos, indo de queda de 0,90% do Banco do Brasil para alta de 0,66% de Itaú PN; Petrobras também, com leve alta de 0,08% na PN e queda de 0,50% da ON, em dia de baixa do petróleo; e Vale subiu 0,12%, apesar do recuo do minério de ferro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

FINANÇAS - IBOVESPA TEM LEVE QUEDA NO PRIMEIRO PREGÃO DO SEMESTRE

Com um recuo de 0,20%, aos 171,6 mil pontos, índice da B3 já acumula perda de 0,93% na semana; mercado aguarda payroll

Do Estadão Conteúdo



Com o recuo de 0,20% nesta quarta e de 0,93% desta semana, o Ibovespa reduz o ganho do ano para 6,56%

O Ibovespa chegou a tocar os 172 mil pontos no início da tarde, em leve alta, mas logo voltou a operar no negativo, fechando com um recuo de 0,20%, aos 171.688,61 pontos. Analistas de renda variável mencionam que há poucos gatilhos internos que justifiquem um movimento mais firme do índice, que operou volátil inclusive por ser o primeiro pregão do segundo semestre - portanto, dia de mudança nas

alocações.



Enquanto algumas casas mencionam otimismo com o valuation das ações abaixo da média histórica e de pares emergentes, outras destacam que a taxa de juros real segue elevada e o risco político-fiscal deve se acentuar com a proximidade das eleições. No curto prazo, investidores mencionam o payroll, que será divulgado na quinta, como um bom direcionador para o que deve acontecer com os juros dos Estados Unidos, o que pode influenciar a política monetária brasileira.

Nesta quarta-feira, 1º, tanto Christine Lagarde quanto Kevin Warsh, presidentes do Banco Central Europeu (BCE) e do Federal Reserve (Fed), respectivamente, não deram uma indicação clara sobre o próximo passo envolvendo juros. No cenário doméstico, pesquisa eleitoral Atlas/Bloomberg mostrou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lidera em um eventual segundo turno, o que gerou certo desconforto por perspectiva de manutenção de um fiscal insuficiente para estabilizar o nível de endividamento do País.

Com o recuo desta quarta, o Ibovespa acumula queda de 0,93% na semana e reduz o ganho do ano para 6,56%. No intradia, o índice chegou a subir 0,04% na máxima por volta das 14 horas, aos 172 098,36 pontos, após mínima aos 169.665,53 pontos (-1,37%) perto da abertura, antes das declarações consideradas mais amenas de Lagarde e Warsh. O giro financeiro somou R\$ 21,51 bilhões.

“Temos pouco gatilho interno, e o exterior está em compasso de ‘stand by’, com o payroll sendo um catalisador da semana e que vai mostrar para o investidor, com mais clareza, o cenário para juros americano”, comenta o analista Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, justificando a volatilidade e a falta de tração do Ibovespa.

Payroll

Nos EUA, após o resultado um pouco acima do esperado da criação de vagas na pesquisa ADP do setor privado em junho, o mercado agora fica em compasso de espera pelo payroll.

O especialista Gabriel Cecco, da Valor Investimentos, nota que o presidente do Fed reforçou, durante Fórum de Sintra, a percepção de que a autoridade monetária continuará bem cautelosa antes de reduzir os juros, o que fortaleceu o dólar no mercado internacional e elevou os rendimentos dos títulos do Tesouro. “O movimento, na regra, acaba diminuindo o apetite por ativos de risco, especialmente em países emergentes como o Brasil”, afirma.

Ainda assim, “ao longo do dia, o mercado voltou a se ajustar um pouco, com alguns bancos voltando a melhorar”, acrescenta o analista Rafael Passos, da Ajax Asset. Em termos setoriais, bancos fecharam mistos, indo de queda de 0,90% do Banco do Brasil para alta de 0,66% de Itaú PN; Petrobras também, com leve alta de 0,08% na PN e queda de 0,50% da ON, em dia de baixa do petróleo; e Vale subiu 0,12%, apesar do recuo do minério de ferro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

FINANÇAS - DÓLAR SOBE 0,92% E FECHA A R\$ 5,21

Moeda americana se fortalece e o real amarga o pior desempenho entre as mais líquidas

Do Estadão Conteúdo

O dólar exibiu forte alta no mercado local no primeiro pregão de julho e voltou a fechar acima do nível de R\$ 5,20. Apesar da fala mais amena do presidente do Federal Reserve, Kevin Warsh, em fórum de política monetária em Portugal, a moeda americana voltou a se fortalecer globalmente.

O real amargou o pior desempenho entre as divisas mais líquidas, abalado pelo anúncio de sanções americanas a cidadãos e empresas brasileiras por ligação com o PCC, classificado pelos EUA, desde o início de junho, como organização terrorista.

Analistas ponderam que a confirmação de favoritismo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em pesquisa Atlas/Bloomberg contribuiu para o tombo do real, ao diminuir a perspectiva de um ajuste

fiscal a partir de 2027. Divulgado pela manhã, antes da abertura dos negócios, o levantamento mostrou Lula com 48,8% das intenções de voto em eventual segundo turno, contra 42,3% do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), principal aposta da oposição para reconquistar o Planalto.

Em alta desde o início da sessão, o dólar atingiu o pico do dia no início da tarde, quando registrou máxima de R\$ 5,2167, na esteira do anúncio das sanções americanas. Após rondar os R\$ 5,20 no restante do pregão, encerrou em alta de 0,92%, a R\$ 5,2103 - maior valor de fechamento desde 30 de março (R\$ 5,2478) No ano, as perdas são de 5,08%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

JUSTIÇA - STF DERRUBA REDUÇÃO DO PRAZO DE PRESCRIÇÃO DE AÇÃO DE IMPROBIDADE

Norma estava na reforma da Lei de Improbidade Administrativa promovida pelo Congresso Nacional. Ela reduzia o tempo pela metade

Do Estadão Conteúdo



A partir da decisão do STF, os processos deverão ser concluídos em até 20 anos, em lógica semelhante à utilizada na prescrição penal

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu nesta quarta-feira, 1º, o julgamento sobre a reforma da Lei de Improbidade Administrativa promovida pelo Congresso Nacional. A sessão também marcou o encerramento dos trabalhos da Corte no primeiro semestre de 2026: o tribunal entra em recesso de 2 a 31 de julho.

Os ministros invalidaram a redução pela metade do prazo de prescrição de ações por improbidade. O plenário entendeu que a alteração esvaziaria os mecanismos de combate a irregularidades na administração pública e poderia levar ao encerramento prematuro de milhares de processos em andamento.

“São 28.379 ações de improbidade nos últimos 6 anos de todos os tribunais. O maior intervalo existente é entre o ajuizamento da ação e a sentença de primeiro grau: 5 anos e 10 meses. Se a lei estivesse em vigor, todos estariam prescritos”, argumentou o ministro Alexandre de Moraes.

Embora tenham afastado esse trecho da legislação, a Corte estabeleceu um prazo máximo para a duração das ações. A partir da decisão, os processos deverão ser concluídos em até 20 anos, em lógica semelhante à utilizada na prescrição penal.

A Lei de Improbidade Administrativa está em vigor desde 1992 e prevê punições para agentes públicos envolvidos em práticas ilegais que atentem contra os princípios da administração pública ou provoquem prejuízo ao erário. A reforma, aprovada em 2021, alterou pontos considerados centrais do modelo, o que levou à judicialização das mudanças no Supremo.

A análise pelo STF das mudanças promovidas na norma pelo Congresso se estendeu por várias sessões. Nesta quarta, o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, justificou o alongamento: “Essas sessões se mostraram necessárias porque havia uma minudência (detalhes) em cada dispositivo e, portanto, adotamos essa metodologia.”

Grupos

A Suprema Corte analisou pelo menos 16 grupos de dispositivos da lei reformada pelo Congresso. Confira abaixo as principais conclusões definidas pelos ministros:



Improbidade exige dolo: ficou definido que não existe ato de improbidade administrativa culposo e mantida a exigência de dolo (intenção de cometer a ilegalidade) para que o ato seja enquadrado como improbidade;

Proteção para divergências de interpretação: mantida cláusula segundo a qual um agente público não pode ser punido por agir com base em uma interpretação da lei que, naquele momento, era aceita pela Justiça, salvo em caso de dolo ou erro grosseiro;

Perda da função pública ampliada: a sanção pode atingir outros vínculos públicos do condenado, não apenas o cargo ocupado no momento do crime;

Bloqueio de bens: foram afastadas restrições impostas pela reforma, ampliando as possibilidades de indisponibilidade de patrimônio para garantir eventual ressarcimento ao erário;

Prazo para ações de improbidade: considerada inválida a redução automática do prazo prescricional prevista na reforma e fixado limite máximo de 20 anos para a duração das ações;

Juiz pode reclassificar a conduta: derrubada regra que impedia o juiz de dar enquadramento jurídico diferente aos fatos narrados na petição inicial;

Direitos políticos: foi considerada inconstitucional a regra que permitia descontar, do período de suspensão dos direitos políticos, o tempo transcorrido entre a condenação colegiada e o trânsito em julgado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

JUSTIÇA – ZAMBELLI: EXTRADIÇÃO DE NOVO EM PAUTA

Um segundo pedido foi enviado à Justiça da Itália, agora por outra condenação no Brasil

Do Estadão Conteúdo

A Corte de Cassação da Itália, instância máxima do sistema judicial do País, analisa nesta quarta-feira, 1º, o segundo pedido de extradição apresentado pelo governo brasileiro contra a ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

Desta vez, o pedido de extradição refere-se à condenação de Zambelli a cinco anos e três meses de reclusão pelos crimes de constrangimento ilegal e porte ilegal de arma de fogo. O caso ocorreu às vésperas do segundo turno das eleições de 2022, quando a então deputada se desentendeu com o jornalista Luan Araújo em um ato político no bairro dos Jardins, em São Paulo, e o perseguiu pelas ruas empunhando uma pistola.

Em agosto do ano passado, o plenário do STF condenou Zambelli por maioria - foram 9 votos a 2 no crime de porte e 10 votos a 1 no de constrangimento.

Em maio, a Justiça italiana havia rejeitado o primeiro pedido de extradição de Zambelli, sobre a invasão dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Naquela ocasião, o tribunal de Roma apontou parcialidade do ministro Alexandre de Moraes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

JUSTIÇA – DELEGADO DA PF PERMITIU POSSE DE ARMA EM CASA, DIZ BOLSONARO

Em depoimento à Polícia Civil, o ex-presidente disse que pediu para ficar com a pistola em prisão domiciliar e foi atendido

Por Estadão Conteúdo



Uma pistola Glock registrada no nome de Jair Bolsonaro foi apreendida durante uma blitz de trânsito, em Brasília

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse em depoimento à Polícia Civil do Distrito Federal que um delegado da Polícia Federal permitiu que ele ficasse com uma arma em casa.

A informação consta no relatório final da investigação sobre a apreensão de uma pistola Glock registrada no nome do ex-presidente durante uma blitz de trânsito em Brasília. O militar envolvido na apreensão foi indiciado.

A Polícia Federal foi procurada para se manifestar sobre a declaração de Bolsonaro. O espaço está aberto.

Segundo o relatório da Polícia Civil do DF, Bolsonaro contou que, quando já se encontrava em prisão domiciliar, foi alvo de um mandado da Polícia Federal. De acordo com o depoimento, as armas da casa foram apreendidas durante o cumprimento da medida, mas o ex-presidente pediu ao delegado que deixasse ao menos uma arma no local, “pois residia com mulheres e necessitava da arma para a defesa da residência”. Ainda segundo o relato de Bolsonaro, “o delegado saiu e conversou com alguém ao telefone, tendo lhe devolvido a arma de fogo”.

Bolsonaro não disse o momento da ocorrência. O ex-presidente foi alvo de medidas cautelares em julho de 2025, foi para a prisão domiciliar em agosto, foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro e teve a prisão preventiva decretada em novembro, três dias antes de começar a cumprir a pena a qual foi condenado.

Sem crime

A Polícia Civil do DF não viu indícios de crime de Bolsonaro pela posse da arma. “É fato notório que foram cumpridos mandados de busca e apreensão em sua residência e a arma de fogo não foi recolhida ou mesmo foi lançada restrição em seu registro”, diz o relatório.

Quanto a Estácio Leite da Silva Filho, o militar envolvido na apreensão, a corporação o indiciou por portar uma arma registrada em nome de um terceiro sem autorização do proprietário, “em desacordo com as exigências legais do Estatuto do Desarmamento”.

Relembre o caso

Em 15 de junho, Estácio Filho dirigia um veículo oficial da Presidência da República quando foi parado por uma blitz de trânsito em Taguatinga, no norte de Brasília.

Durante a abordagem, o policial notou a presença de uma pistola no carro. Estácio afirmou que a arma estaria registrada em sua atividade funcional, mas a policial constatou não haver nenhum registro do equipamento em nome do servidor. O militar, então, admitiu que a pistola pertencia a Jair Bolsonaro. Segundo o segundo-sargento, a arma lhe foi entregue horas antes, com a finalidade de realizar um reparo no percussor.

O GSI informou que Estácio Filho não integra o quadro de servidores do órgão. O segundo-sargento, na verdade, faz parte de uma equipe de assessores que acompanham o ex-presidente após o mandato presidencial. Esses assessores são treinados pelo GSI, mas não integram o gabinete.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/07/2026

JUSTIÇA – POLÍCIA CIVIL DO DF INDICIA O SEGURANÇA
Por Estadão Conteúdo

A Polícia Civil do Distrito Federal indiciou Estácio Leite da Silva Filho, segurança do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que foi flagrado em uma blitz de trânsito com a arma do ex-presidente da República. Procurado, Estácio Leite da Silva Filho não se manifestou. O relatório final com o indiciamento de Estácio Leite da Silva Filho foi concluído no dia 26 e juntado ao processo do ex-presidente na manhã desta quarta-feira, 1.

Ele foi incurso no artigo 16 da Lei 10.826, por posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. O artigo diz que é proibido “possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar” e prevê pena de 3 a 6 anos e multa.

No caso do segurança, a pena pode ser aumentada da metade por ter sido praticado por integrante de órgão e empresa referida nos artigos 6º, 7º e 8º da mesma lei. No caso de Bolsonaro, a Polícia Civil não viu crime.

O episódio fez com que o ministro Alexandre de Moraes questionasse a existência de uma falta grave por parte de Bolsonaro, o que poderia culminar com a revogação de sua prisão domiciliar e a volta a um estabelecimento prisional. Tanto o segurança quanto Bolsonaro disseram que o transporte da arma se deu para que ela fosse levada ao conserto.

A defesa de Bolsonaro afirmou na ocasião que havia retirado uma peça da arma para inutilizá-la, em razão do estado mental do ex-presidente. Contudo, Bolsonaro teria percebido ao manusear a arma e pedido que o segurança a levasse para o conserto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

JUSTIÇA – OPINIÃO – DIREITO - PEC DA ESCALA 6x1. CAUTELA, SEM PARALISIA!



THIAGO BENITO ROBLES

Advogado especialista em Direito Portuário, sócio na Advocacia Ruy de Mello Miller e professor universitário

opinio@portalbenews.com.br

Poucos temas relacionados ao Direito do Trabalho despertaram tanta atenção da sociedade nos últimos meses quanto a chamada PEC da escala 6x1. Curiosamente, quanto maior foi a repercussão do assunto, maior também parece ter sido a quantidade de informações desencontradas que passaram a circular. Muitos acreditam que a nova regra já entrou em vigor. Outros afirmam que a escala 6x1 deixou de existir. Há ainda quem sustente que todas as empresas brasileiras precisarão alterar imediatamente suas jornadas de trabalho.

Nenhuma dessas afirmações corresponde ao atual estágio da proposta.

O texto realmente avançou de forma significativa. Em maio deste ano, a Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição nº 221/2019, à qual foi apensada a PEC nº 8/2025. O substitutivo aprovado reduziu a jornada máxima semanal de quarenta e quatro para quarenta horas, preservou o limite diário de oito horas, assegurou dois dias de descanso semanal remunerado, sem redução salarial, e estabeleceu um período de transição para adaptação ao novo modelo.

A aprovação pela Câmara, entretanto, representa apenas uma etapa do processo legislativo.

Como toda proposta de alteração da Constituição Federal, a PEC ainda precisa ser apreciada pelo Senado, onde deverá percorrer as etapas regimentais próprias antes de eventual deliberação em Plenário. Ao final dessa tramitação, os senadores poderão aprovar integralmente o texto encaminhado pela Câmara, rejeitá-lo ou promover alterações. Caso qualquer modificação seja realizada, ainda que pontual, a proposta retornará à Câmara dos Deputados para nova apreciação, já que uma emenda



constitucional somente pode ser promulgada quando ambas as Casas aprovam exatamente a mesma redação.

Isso significa que nenhuma das mudanças previstas produz, neste momento, efeitos jurídicos obrigatórios.

Embora o debate tenha assumido enorme relevância política e social, o regime constitucional atualmente vigente permanece integralmente aplicável até que todo o processo legislativo seja concluído e a eventual emenda seja promulgada.

Nos últimos dias, o tema voltou a avançar politicamente no Senado. A Casa realizou sessão temática para discutir os impactos sociais, econômicos e produtivos da proposta, e o presidente do Senado também se reuniu com parlamentares e representantes de centrais sindicais para tratar da matéria. Segundo relato de senadores que participaram da reunião, houve sinalização favorável ao avanço da PEC e até discussão sobre a possibilidade de rever o período de transição previsto no texto aprovado pela Câmara.

Esse movimento, contudo, precisa ser compreendido com precisão.

A realização de debates e reuniões políticas demonstra que a proposta segue viva e relevante na agenda do Senado, mas não significa que a alteração constitucional já esteja aprovada, nem que seu conteúdo final esteja definido. A própria ficha de tramitação da PEC no Senado ainda indica que a matéria aguarda despacho, o que confirma que o processo legislativo permanece em curso e sujeito às definições regimentais da Casa.

Esse cenário recomenda cautela.

Não porque a proposta necessariamente encontrará obstáculos intransponíveis, mas porque alterações constitucionais dessa magnitude costumam ser objeto de intenso debate político, jurídico e econômico, especialmente quando envolvem impactos diretos sobre trabalhadores, empresas e a organização da atividade produtiva nacional.

Também merece atenção o fato de que, no próprio Senado, há propostas e posições distintas em discussão sobre a organização da jornada de trabalho. A PEC nº 12/2026, por exemplo, apresentada pelo senador Rogério Marinho, caminha em sentido diverso ao propor maior flexibilidade na definição da jornada, inclusive com possibilidade de regime baseado em horas trabalhadas. Sua existência não substitui a PEC aprovada pela Câmara, mas reforça que o Senado poderá promover um debate mais amplo antes de definir qual texto, se algum, deverá prosperar.

Por certo, o aspecto menos explorado dessa discussão seja justamente aquele que produzirá os maiores desafios caso alguma proposta venha a ser definitivamente aprovada.

A redução da jornada semanal representa apenas uma parte da transformação. Sua implementação exigirá profunda reorganização operacional em inúmeros setores da economia. A redistribuição das escalas de trabalho, o dimensionamento das equipes, a manutenção da continuidade dos serviços, a compatibilização entre produtividade e redução da carga horária, a revisão de processos internos e a absorção dos impactos financeiros decorrentes dessa nova realidade constituem desafios que dificilmente poderão ser enfrentados de forma uniforme por atividades econômicas tão distintas entre si.

Essa preocupação, aliás, já apareceu durante a própria tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.

Ao longo dos debates parlamentares, reconheceu-se que determinados regimes especiais demandam tratamento próprio, justamente porque uma regra constitucional de caráter geral não é capaz de contemplar toda a diversidade das relações de trabalho existentes no País. Atividades submetidas a legislação específica ou organizadas em regimes diferenciados deverão continuar sendo objeto de

discussão legislativa à medida que a proposta evoluir, evidenciando que parte importante da arquitetura normativa ainda precisará ser construída.

As maiores mudanças legislativas raramente se encerram com a aprovação do texto principal. Em geral, é exatamente nesse momento que surgem os desafios relacionados à sua implementação prática, à regulamentação das situações específicas e à adaptação dos diversos setores econômicos às novas exigências legais.

Esse contexto também impõe uma responsabilidade adicional às entidades representativas dos diversos setores econômicos. Caso alguma proposta continue avançando, a etapa seguinte dificilmente se limitará à promulgação da emenda constitucional. A regulamentação dos regimes diferenciados e a construção das soluções aplicáveis às atividades que possuem dinâmica operacional própria exigirão intenso debate técnico. Quanto mais qualificada for a participação das entidades empresariais, sindicais e institucionais nesse processo, maior será a possibilidade de que as futuras normas reflitam as particularidades de cada segmento. Permanecer inerte durante essa fase poderá significar receber, ao final, uma regulamentação construída sem a contribuição daqueles que efetivamente conhecem a realidade das operações que serão disciplinadas.

Em momentos como este, compreender o caminho percorrido por uma proposta legislativa torna-se tão importante quanto discutir o seu próprio mérito. Afinal, entre a aprovação de uma ideia e sua efetiva incorporação ao ordenamento jurídico, existe um percurso constitucional que não pode ser ignorado, especialmente quando se trata de uma alteração capaz de produzir impactos significativos sobre a organização do trabalho, a atividade econômica e a própria dinâmica das relações laborais brasileiras.

Thiago Benito Robles escreve quinzenalmente para o BE News.

AS MAIORES MUDANÇAS LEGISLATIVAS RARAMENTE SE ENCERRAM COM A APROVAÇÃO DO TEXTO PRINCIPAL. EM GERAL, É EXATAMENTE NESSE MOMENTO QUE SURGEM OS DESAFIOS RELACIONADOS À SUA IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA, À REGULAMENTAÇÃO DAS SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E À ADAPTAÇÃO DOS DIVERSOS SETORES ECONÔMICOS ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS LEGAIS.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/07/2026

INTERNACIONAL - BRASIL PRETENDE AJUDAR NA RECONSTRUÇÃO DA VENEZUELA

José Múcio, Ministro da Defesa, se reuniu com a presidenta venezuelana e avisou que a ajuda brasileira não será apenas episódica

Da Agência Brasil



Durante encontro com Delcy, Múcio disse que o primeiro passo é a emergência para salvar vidas e detectar problemas. O segundo será a reconstrução do país

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, se reuniu, na terça-feira (30), em Caracas, com a presidenta encarregada da Venezuela, Delcy Rodríguez, e com o ministro da Defesa venezuelano, Gustavo Gonzáles López.

O encontro ocorreu sete dias após sucessivos terremotos atingirem a Venezuela, causando mortes e estragos por todo o país. Até a noite desta quarta, eram cerca de 2,3 mil pessoas mortas, segundo autoridades locais.



“Estamos aqui irmanados neste momento difícil”, disse Monteiro a jornalistas, pouco antes de ser recebido por Delcy Rodríguez, com quem conversou sobre a forma como o Brasil pode ajudar a população e as forças venezuelanas de resgate e assistência.

“Evidentemente, a gente sabe que tudo é necessário, mas precisamos organizar esta ajuda a fim de que possamos participar mais”, comentou Monteiro.

O ministro explicou que a presença de representantes da Caixa e do Ministério das Cidades no local indica a intenção brasileira de ajudar a Venezuela também na posterior reconstrução das áreas atingidas pelo duplo terremoto do último dia 24 e dos tremores de terra posteriores.

“Temos dois momentos: primeiro é a emergência, de salvar vidas e detectar onde estão os problemas. O segundo é a reconstrução”, destacou Monteiro. Ele esclareceu que, se necessário, a possibilidade de o Brasil prestar algum tipo de ajuda financeira à Venezuela será analisada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ajuda

Acompanhado pelo ministro da Defesa venezuelano, Monteiro visitou a base operacional e o hospital de campanha que o governo brasileiro montou na cidade de La Guaira, no estado de Vargas, local mais afetado pelos terremotos.

Além de doar purificadores de água ao governo venezuelano, o brasileiro confirmou a chegada, ainda hoje, do quinto voo humanitário enviado pelo governo federal.

O cargueiro KC-30, do Segundo Grupo de Transporte da Força Aérea Brasileira (FAB), decolou da Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, às 12h10. Antes de seguir para Caracas, a aeronave pousou na Base Aérea de São Paulo, em Guarulhos (SP), onde foram embarcadas cerca de 5,5 toneladas de insumos, incluindo medicamentos e testes rápidos, doados pelo Ministério da Saúde.

Além disso, o voo leva equipamentos para a expansão do hospital de campanha montado em La Guaira. De acordo com o ministro brasileiro, a unidade provisória será ampliada.

“Estamos trazendo mais módulos; o hospital terá mais medicamentos para a população venezuelana e viemos aqui para dizer que a ajuda brasileira não será episódica”, acrescentou o ministro.

Monteiro disse que pediu a Delcy Rodríguez e a Gustavo Gonzáles López que, tão logo seja possível, elaborem uma lista das principais necessidades com as quais o Brasil pode ajudar.

O avião militar brasileiro a caminho da Venezuela também está transportando profissionais de saúde militares e técnicos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), munidos de analisadores de espectro e de antenas direcionais de alta sensibilidade, utilizados para localizar sinais de celulares sob os escombros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026

INTERNACIONAL - POLICIAIS SÃO PRESOS POR FURTAREM VÍTIMAS

Do Estadão Conteúdo

Quatro policiais do Corpo de Investigações Científicas, Penais e Criminalísticas (CICPC) foram presos e expulsos da corporação na Venezuela sob acusação de se apropriar de dinheiro e outros objetos de valor encontrados entre os escombros de prédios que desabaram no estado de La Guaira, no norte do país.

A região foi uma das mais atingidas pelos terremotos da semana passada, que deixaram milhares de mortos e mobilizam uma ampla operação de resgate e assistência humanitária.

Segundo o jornal El Diario, os agentes passaram a ser investigados após denúncias de que teriam se aproveitado das ações de busca para reter bens encontrados nas áreas atingidas. Um dos episódios ocorreu em Playa Grande, onde um policial foi filmado segurando cédulas de dólar enquanto era confrontado por moradores.

Nas imagens, que circularam nas redes sociais, vizinhos acusam o agente de tentar confiscar o dinheiro sob a justificativa de que se tratava de "material de prova". Em meio à discussão, algumas pessoas chegam a rasgar notas de US\$ 100 diante do policial.

De acordo com o El Diario, o diretor do CICPC, Douglas Rico, afirmou que os quatro agentes "se desviaram de suas funções" ao se apropriarem de objetos de valor encontrados durante as operações de emergência. Em comunicado, a corporação informou que os policiais foram demitidos, presos e responderão a processo administrativo e judicial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/07/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

FMI VAI REVISAR PARA CIMA PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO BRASIL EM 2026, AFIRMA DARIO DURIGAN

Ministro da Fazenda diz ter sido informado pelo órgão antes do anúncio público
Por Glauce Cavalcanti — Rio de Janeiro



O ministro da Fazenda, Dario Durigan, participa do evento 'Caminhos do Brasil', organizado pelos jornais O GLOBO e Valor Econômico sobre reforma tributária — Foto: Fabiano Rocha/Agência O GLOBO

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o Fundo Monetário Internacional (FMI) vai revisar para cima a previsão de crescimento para a economia brasileira em 2026, durante o Brasil Mais Verde - 1º Fórum Econômico da Transformação Ecológica Brasileira, realizado nesta quinta-feira no BNDES, no

Rio de Janeiro.

— Nós vamos ter hoje uma revisão do FMI, fui informado hoje cedo, reajustando, mais uma vez, a previsão de crescimento do Brasil para 2026, mas também o potencial de crescimento do Brasil reajustado para cima em grande medida — afirmou Durigan, destacando os esforços do governo para construir uma economia sustentável e ambientalmente responsável.

Na visão do ministro, esse reajuste da previsão do FMI vem na sequência a um cenário que combina inflação e desemprego em patamares mínimos históricos, além de taxas de crescimento que vêm "quebrando as perspectivas de crescimento para melhor" em todos os anos. Durigan, no entanto, avisou que nãoalaria sobre taxa de juros.

Ele destacou um conjunto de medidas adotadas pelo governo para expandir medidas que aceleram o crescimento econômico de base ambientalmente sustentável, o que inclui o combate ao desmatamento:

— Nossas safras estão quebrando recordes todos os anos, mas sem passar a boiada. O desmatamento também está batendo recordes de mínimas, fruto de compromisso e trabalho.

Entre as frentes tocadas pelo governo, o ministro da Fazenda destacou um total de US\$ 5,5 bilhões em captações soberanas ao longo dos três últimos anos, abrindo caminho para que empresas privadas também pudessem fazer suas emissões sustentáveis. Destacou ainda a importância do Fundo Clima e de incentivos implementados para estimular a recomposição de florestas.

Ele destacou ainda os avanços com a emissão de Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCDs), títulos emitidos pelo BNDES para financiar projetos de longo prazo, e que já somam mais de R\$ 16 bilhões, incluindo linhas para máquinas e serviços da indústria, outras voltadas para a pequena empresa.

O ministro defendeu ainda a estratégia do governo para minerais críticos, como consta no texto do projeto de lei para regulação do setor.

— Queremos duas coisas simples e que são difíceis de executar, mas simples de entender: soberania no território brasileiro, saber o que tem no nosso território e proteger. Em segundo lugar, não repetir o passado de simplesmente exportar a commodity, mas estimular o adensamento produtivo, a indústria brasileira — pondera, destacando que é preciso agregar valor à cadeia produtiva.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 02/07/2026

BNDES QUER MOVIMENTAR R\$ 6 BI EM NOVO LEILÃO DE CRÉDITO DE CARBONO VIA REFLORESTAMENTO

Realização do trâmite, na prática uma segunda fase do programa ProFloresta+, ainda não tem data definida, mas está prevista para acontecer ainda neste ano, afirmou Mercadante

Por Glauce Cavalcanti — Rio de Janeiro



BNDES quer movimentar R\$ 6 bi em novo leilão de crédito de carbono via reflorestamento — Foto: Leo Martins / Agência O Globo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai realizar um segundo leilão para venda de crédito de carbono oriundos de restauração florestal, com a estimativa de movimentar R\$ 6 bilhões, segundo o presidente da instituição, Aloizio Mercadante. A realização do trâmite, na prática uma segunda fase do programa ProFloresta+, ainda sem data definida, está prevista para ainda neste ano, afirmou.

— O BNDES já aprovou R\$ 14 bilhões para o plantio de florestas. Estamos falando de 342 milhões de árvores sendo plantadas. Ou, no período da Copa (do Mundo), são 280 mil campos de futebol que estamos plantando de árvores nativas — afirmou ele. — Hoje estamos assumindo o compromisso de chegar a R\$ 20 bilhões.

A afirmação foi feita logo na abertura do Brasil Mais Verde - 1º Fórum Econômico da Transformação Ecológica Brasileira, realizado nesta quinta-feira pelo BNDES, em parceria com os ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

A primeira fase da iniciativa contou com a Petrobras como "comprador âncora" dos créditos de carbono ofertados por projetos de restauração ecológica na Amazônia, por meio de um contrato público, por um prazo de 20 anos.

Em paralelo, o BNDES pode também atuar no financiamento dos projetos que se propõem a atuar em geração desses créditos a partir de reflorestamento, principalmente usando recursos do Fundo Clima.

— Agora, vamos fazer um movimento em direção a esses R\$ 6 bilhões, para fazer um segundo leilão. Vamos chamar todas as empresas que querem comprar créditos, já havendo empresas interessadas — afirmou Mercadante. — Em paralelo, vamos abrir um outro edital para que os fornecedores apresentem seus modelos de plantio e possam ser financiados.

Ou seja, nesta nova etapa do ProFloresta+, o foco está em multiplicar o número de compradores. Eles virão de setores diversos, como indústria química, óleo e gás e outras, explicou o executivo.

Por isso, empresas interessadas em comprar e em vender créditos de carbono serão chamadas a participar do trâmite. A previsão do banco é alcançar 60 mil hectares restaurados nos diversos biomas do país, com a captura de cerca de 19 milhões de toneladas de CO2.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 02/07/2026

TARIFAÇÃO DOS EUA: SOBERANIA BRASILEIRA É TEMA QUE NÃO ESTÁ EM NEGOCIAÇÃO, AFIRMA MINISTRO ELIAS ROSA

Em reunião com Representante do Comércio americano, Brasil propõe cooperação entre polícias para combater crime organizado transnacional

Por Glauce Cavalcanti — Rio de Janeiro



Ministro Márcio Elias: soberania do país não está em negociação — Foto: Gabriel de Paiva

O Brasil participou de mais uma reunião com uma equipe do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) para contrapor a investigação que acusa o governo do brasileiro de práticas "não razoáveis" que oneram ou limitam o comércio americano, propondo a implementação de uma tarifa de 25% sobre produtos brasileiros, afirmou o ministro Márcio Elias Rosa, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, na manhã desta quinta-feira.

Como o prazo para que as medidas contra o Brasil sejam definidas e implementadas vai até 15 de julho, ele admite que se trata de uma "corrida contra o tempo". Pondera, no entanto, que há temas que não estão em negociação.

— Hoje tivemos mais uma conversa, acho que a quinta de alto nível, entre o governo Brasileiro e o USTR. Não é nível técnico, é no nível político. Foi a quarta com o representante do escritório, Jamieson Greer, e com uma equipe de nove pessoas, no total — explicou ele, que também participou da reunião e, por isso, precisou atrasar sua participação em evento do BNDES, nesta manhã, no Rio de Janeiro.

Na próxima semana, continua Elias Rosa, haverá uma outra reunião técnica para, na sequência, ser feita uma outra reunião de alto nível.

— Estamos tentando construir um consenso. O tempo corre contra, não corre a favor, porque o prazo (final) é 15 de julho — disse o ministro. — O que estamos debatendo, e foi o debate de hoje, são todos os aspectos associados à Seção 301, esclarecendo a improcedência das críticas que são lançadas sobre desmatamento, Pix, propriedade intelectual.

Esta semana, o ministro já tinha afirmado que as negociações sobre as tarifas impostas pelo governo Trump devem ser restritas a “questões técnicas”, e que o debate não pode girar em torno de interesses dos americanos.

Entre os debates estão uma proposta levada pelo Brasil de aperfeiçoamento de aproximação entre a polícia federal do Brasil e a polícia americana no combate a crimes e ao crime organizado transnacionais, além de à lavagem de dinheiro.

Entraram na pauta ainda temas como comércio, digital, política de data centers, imigração e proteção à propriedade intelectual, área em que, frisou o ministro, o Brasil já atua em conformidade com as regras internacionais, mas está sempre disposto a fazer aperfeiçoamentos.

'Soberania não está em negociação'

As discussões estão sendo realizadas no âmbito da Seção 301, por meio da qual os EUA abriram investigações que apontam que Brasil estaria adotando práticas que limitam o comércio americano. Na mira do governo Trump estão o Pix, o desmatamento ilegal, falhas no combate à corrupção e tarifas de importação de etanol.

Segundo o ministro, o presidente Lula orienta a enfrentar os desafios geopolíticos globais e atuar para voltar a mercados onde existem barreiras a produtos brasileiros. Mas há ressalvas:

— Quando o mundo se fecha, e com alguns falando em outras línguas e até, às vezes, em português, querendo criar barreiras para o nosso comércio, o presidente Lula disse: "Não saia da mesa de negociação". Até para dizer e reforçar que há temas que não estão em negociação e que jamais estarão, como por exemplo, a soberania brasileira.

O ministro questionou o que chamou de atuação de "oportunistas" e "falsários", sem fazer uma menção direta a Flávio Bolsonaro ou a aliados do candidato do PL à presidência da República.

— Essas pessoas sempre dificultam muito o trabalho, não porque são capazes de causar algum alvoroço, mas porque poluem o debate político ou colocam num debate que é econômico, comercial um componente político que não deveria estar ali — destacou. — Não cabe na mesa de negociação, da economia do comércio bilateral, questões ideológicas eleitoreiras, pessoalmente oportunistas. Isso não tem cabimento.

Elias Rosa destacou que diante de "momentos geopolíticos terríveis", o Brasil conquistou 640 mercados em três anos de governo Lula, citando ainda avanços em acordos internacionais como os entre Mercosul e União Europeia, Cingapura, Canadá, além de negociações sendo abertas com o Japão.

Margem Equatorial e terras-raras sob risco

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, acrescentou que a defesa da soberania brasileira é incontornável nas negociações com os Estados Unidos. Ele explicou que ter uma equipe do governo Trump participando da transição para um novo governo, como propôs Flávio Bolsonaro aos EUA e foi citada em carta de Marco Rubio, secretário de Estado americano, ao presidencialável, representaria risco a ativos e projetos estratégicos do país.

— Vi uma carta do Marco Rubio afirmando que o candidato Flávio Bolsonaro convidou os Estados Unidos para fazerem parte do governo de transição. É gravíssima essa informação — diz ele, que participou da transição para este governo Lula.

Mercadante explicou que todos os participantes do processo têm acesso a informações sensíveis e estratégias em diversas áreas e, por isso, assinam compromissos de sigilo.

— Na transição, fomos ver na Petrobras qual era o potencial da margem equatorial, para dar um exemplo pequeno. Você vai no Ministério da Defesa para ver a indústria de defesa, suas demandas, orçamento, prioridades. No BNDES, tem todos os projetos em minerais críticos, o que vai ser feito,

aprovado, o que estamos patenteando — enumerou. — Não agride só a soberania (nacional). Isso viola um princípio básico da transição que transfere o sigilo da informação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 02/07/2026

GIGANTE AMERICANA BLACKSTONE FAZ AQUISIÇÃO DE INDÚSTRIA BRASILEIRA DO SETOR ELÉTRICO

Por Rennan Setti



Estação de distribuição de energia elétrica — Foto: Edilson Dantas/Agência O Globo

A MacLean, fabricante de produtos para infraestrutura de energia e controlada pela trilionária gestora americana Blackstone, está comprando uma companhia brasileira. A coluna apurou que o grupo vai adquirir 100% da Indel Bauru, empresa paulista fundada há quase 40 anos pela família Brustello que fabrica e vende insumos como elos fusíveis e cordoalhas, essenciais para a cadeia de distribuição de

energia.

Não está claro quanto a MacLean está pagando pelo negócio, que inclui também os imóveis utilizados pela Indel e a subsidiária por meio da qual a empresa distribui seus produtos no mercado dos EUA.

Até então, a companhia brasileira era 100% controlada por três membros da família Brustello. A empresa está sediada no distrito industrial de Bauru e mantém escritório na capital paulista.

A aquisição ocorre cerca de sete meses depois de a Blackstone comprar a MacLean em uma transação que avaliou a companhia em US\$ 4 bilhões.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 02/07/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

MEGATERMINAL EM SANTOS: TÉCNICOS DA ANTAQ RECOMENDAM LEILÃO EM 2 ETAPAS, SEM RESTRIÇÃO A ARMADORES

A avaliação seria um meio-termo entre o que foi recomendado pelo TCU — leilão em duas etapas e com restrição a armadores — e o indicado pelo Programa de Parcerias de Investimentos

Por João Caires (Broadcast)



O edital para disputa do megaterminal do Porto de Santos, com eventuais novas contribuições da PPI e do Mpor, ainda precisa ser submetido à votação da diretoria colegiada da agência reguladora Foto: Autoridade Portuária de Santos/Divulgação

BRASÍLIA - A equipe técnica da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) foi unânime em entender que a melhor forma de conduzir o leilão do megaterminal de contêineres (Tecon-10) no Porto de



Santos (SP) será com a realização de um remate dividido em duas etapas sem a restrição a armadores, como já havia sido proposto pela agência reguladora, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

A avaliação seria um meio-termo entre o que foi recomendado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em dezembro — que o leilão fosse realizado em duas etapas e com restrição à participação de armadores — e o que foi indicado pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), em maio — leilão realizado sem restrição concorrencial alguma, mediante a desinvestimento de incumbentes caso vençam o remate.

Com o posicionamento da equipe técnica, o diretor-geral da autarquia, também relator do processo na Antaq, Frederico Dias, enviou um ofício à PPI e à Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), para que ambos possam seguir colaborando com a construção do edital e esclareçam a diretriz para a realização, em especial no que diz respeito à modelagem competitiva e, se julgarem necessário, enviar novos pareceres à Antaq.

O entendimento na reguladora permanece o de que a nota encaminhada pela PPI configura uma contribuição técnica ao processo, e não uma nova diretriz estratégica automaticamente vinculante para o leilão. Ainda assim, o relator destacou a necessidade de alinhamento formal entre as manifestações existentes, diante de ambiguidades e possível desalinhamento quanto às diretrizes de política pública aplicáveis ao projeto.

O encaminhamento pedindo consolidação e eventual complementação das diretrizes seria então a alternativa que buscaria respeitar o papel da União, por meio do Poder Executivo (Poder Concedente), de definir e formalizar as diretrizes de política pública, e a competência da reguladora de implementar o certame e deliberar tecnicamente sobre as regras editalícias.

A estratégia também seria uma opção para reduzir o risco de que mudanças estruturais no modelo concorrencial levem à necessidade de nova submissão ao TCU e acabem por atrasar a realização do leilão, uma vez que a Corte de Contas não tem prazo para finalizar uma eventual nova deliberação sobre o tema.

A decisão não encerra a discussão sobre o tema por não trazer deliberação de mérito e orientar a comissão de licitação a aguardar nova manifestação formal do Poder Concedente. O edital, com eventuais novas contribuições da PPI e do Mpor, ainda precisa ser submetido à votação da diretoria colegiada da agência reguladora, instância responsável pela deliberação final.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/07/2026

GOL AMPLIA OFERTA NA ALTA TEMPORADA DE INVERNO E REFORÇA VOOS PARA NOVA YORK, NORDESTE E ARGENTINA

Crescimento é de 8% no número de voos e assentos em relação ao mesmo período do ano passado; malha inclui 12 rotas sazonais para o período, sendo seis domésticas e seis internacionais

Por Elisa Calmon (Broadcast)

A Gol vai operar 38.692 voos durante a alta temporada de inverno, entre 20 de junho e 12 de agosto, com crescimento de 8% no número de voos e assentos em relação ao mesmo período do ano passado. A companhia ampliou a oferta para destinos no Brasil e no exterior, incluindo cidades do Nordeste, Rio de Janeiro, Argentina e Nova York.

No mercado doméstico, a oferta cresce 10% na comparação anual, com acréscimo de 3.777 voos e 703 mil assentos. Nas operações internacionais, o aumento é de 1,9% em número de voos e de 2,8% na oferta de assentos, o equivalente a 14.436 lugares adicionais.



Gol vai iniciar operação sem escalas entre Rio de Janeiro e Nova York em 8 de julho Foto: Fabio Motta/Estadão

A malha inclui 12 rotas sazonais para o período, sendo seis domésticas e seis internacionais. Entre elas estão Brasília-Porto Seguro, Fortaleza-Miami, São Paulo-Bariloche, São Paulo-Ushuaia e Natal-Montevidéu.

No Nordeste, a companhia acrescentará 190 mil assentos em julho, alta de 15% em relação ao mesmo mês do ano passado. Salvador receberá 44 mil

assentos extras, enquanto São Luís terá aumento de frequências a partir de São Paulo, Brasília e Salvador durante a temporada dos Lençóis Maranhenses.

Na Região Norte, a oferta será ampliada em 51% em julho, com 572 voos adicionais e cerca de 105 mil assentos extras em relação ao mesmo mês de 2025. No Rio de Janeiro, a companhia acrescentará 37.587 assentos, alta de 3,1%.

No mercado internacional, um dos destaques é o início, em 8 de julho, da operação sem escalas entre o Rio de Janeiro e Nova York. A empresa também estreia a rota entre São Paulo e Ushuaia, em 7 de julho, e retomou os voos para Bariloche em 26 de junho.

“A alta temporada de inverno da Gol foi pensada para atender à demanda crescente por viagens nesse período do ano, com expansão significativa de voos e assentos em determinadas regiões, dado o apelo sazonal, e para contribuímos com o fortalecimento de toda a cadeia do turismo”, afirmou o vice-presidente Comercial da companhia, Mateus Pongeluppi.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/07/2026

GRUPO SUECO CONFIRMA NEGOCIAÇÕES COM VOTORANTIM PARA COMPRAR CONTROLE DA MINERADORA DE ZINCO NEXA

Negócio com gigante europeia Boliden de metais pode envolver US\$ 1,2 bilhão pela fatia do grupo brasileiro; Votorantim informa que não comenta o assunto

Por Ivo Ribeiro

A maior fabricante europeia de zinco, a sueca Boliden, informou nesta quinta-feira, 2, que está negociando com o grupo Votorantim para comprar a participação acionária de 64,7% da companhia brasileira no capital da mineradora de zinco, cobre, chumbo e prata Nexa Resources. A empresa emitiu comunicado alegando que diante de “especulações”, decidiu se manifestar, confirmando tratativas entre ambas as partes.

As informações de tratativas entre Boliden, Votorantim (dona das ações) e Nexa correm no setor desde o início do ano e tiveram um momento de quase de fechamento em abril, conforme revelou o Estadão naquele mês. Entraves jurídicos e o cenário geopolítico global colocaram o negócio em “banho-maria”.

“Não há certeza de que qualquer transação será realizada, nem de quais seriam os termos de tal transação”, limitou-se a dizer a empresa de 102 anos, que surgiu como mineradora de ouro, prata e cobre na localidade de Boliden, região de Västerbotten, no norte da Suécia. Procurada, a direção da Votorantim informa, por meio da assessoria, que não comenta o assunto.



O negócio envolvendo as duas gigantes do zinco é considerado um dos maiores do ano na indústria de mineração e metais Foto: StockUp/Adobe Stock

De acordo com pessoas a par das negociações, a Boliden namora a Nexa há muitos anos e muitas vezes manifestou

desejos de avaliar uma fusão ou incorporação da mineradora de zinco da Votorantim, mas conversas firmes prosperaram a partir do início deste ano. As duas empresas são complementares, operacional e geograficamente.

A Nexa está com suas operações centradas na América do Sul (Brasil e Peru) e listada, desde 2017, na Bolsa de Nova York (Nyse). A Boliden, atualmente sediada em Estocolmo, capital sueca, é uma multinacional focada em metais básicos (cobre e zinco) e metais preciosos (ouro e prata), com minas e fundições na Suécia, Finlândia, Noruega e Irlanda. A empresa tem ações negociadas na Bolsa de Estocolmo.

A avaliação de especialistas ouvidos pelo Estadão é de que faz sentido tanto uma fusão das duas companhias, com a Votorantim recebendo ações da “companhia combinada”, quanto uma incorporação da Nexa e fechando seu capital na Nyse. Com a Nexa, a Boliden se transforma em uma gigante mundial do negócio de zinco, cobre e chumbo, competindo com gigantes da Ásia (China e Coreia do Sul, principalmente).

Nesta manhã, a ação da Nexa era negociada em alta, a US\$ 13,60, na Nyse, gerando um valor de mercado para a companhia de US\$ 1,82 bilhão — as ações da Votorantim representam US\$ 1,18 bilhão. Em abril, no auge das negociações, o valor de mercado da Nexa atingiu US\$ 2,2 bilhões.

As ações da Boliden estavam sendo negociadas entre 540,40 SEK (coroas suecas) e 542 SEK na Bolsa de Valores de Estocolmo com leve variação diária. A empresa tem capitalização de mercado em torno de 155 bilhões de SEK — na moeda americana, US\$ 15,7 bilhões.

Estimado em até US\$ 2 bilhões (entre R\$ 10 bilhões e R\$ 11 bilhões ao câmbio atual) pelo todo da Nexa, o negócio envolvendo as duas gigantes do zinco é considerado um dos maiores do ano na indústria de mineração e metais. Nesta semana, a Alcoa anunciou a compra global, inclusive de ativos de alumínio, da South32, por US\$ 4,1 bilhões.

Em janeiro, a Votorantim vendeu o controle da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) para a chinesa Chalco, em sociedade com a anglo-australiana Rio Tinto, por cerca de US\$ 900 milhões (o equivalente a R\$ 4,7 bilhões).

Entre as líderes mundiais de zinco

A Nexa se posiciona entre os seis maiores produtores globais de zinco em 2025, segundo a consultoria especializada Wood Mackenzie. O zinco corresponde a 47% da produção de metais extraídos, em medida de equivalência do metal, considerando os subprodutos cobre, chumbo, prata e, em menor escala, ouro. A empresa diz ainda, em documento enviado à Nyse (20-F) que, no ano passado, foi o sexto maior produtor de zinco refinado do mundo, citando a Wood Mackenzie.

Com participação de 27% na receita do grupo Votorantim, em 2025 a Nexa gerou receita líquida de US\$ 3 bilhões (R\$ 16 bilhões), com a melhora de desempenho e da alavancagem financeira.



Após arranjos financeiros, a dívida líquida, de US\$ 1,3 bilhão, foi alongada e a alavancagem caiu para 1,7 vez na relação com o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), que alcançou US\$ 772 milhões.

A empresa vendeu 532 mil toneladas de zinco refinado equivalente e 35 mil toneladas de óxido de zinco, conforme balanço financeiro de 2025. Além de zinco, produziu 33 mil toneladas de cobre, 63 mil de chumbo e 11 milhões de onças-troy de prata (cada onça, 31,1 gramas), além de ouro.

Com sede institucional em Luxemburgo e escritório central em São Paulo, a Nexa opera cinco minas de zinco (três no Peru e duas no Brasil) e três refinarias — duas brasileiras e uma peruana. Cajamarquilla, em Lima, é a maior fundição de zinco das Américas e a sexta maior do mundo. A capacidade de produção total de metal refinado de zinco da Nexa nas três refinarias é de 650 mil toneladas por ano.

ESTRATÉGIA CAUTELOSA COM AS COMMODITIES

Segundo desinvestimento do grupo Votorantim no ano, a transação encerra a longa história da companhia fundada pela família Ermírio de Moraes na indústria de mineração e metais. Essa estratégia, de meados da década passada, começou a ser implementada em 2017, com reorganização de ativos. Começou com siderurgia no Brasil, logo depois, celulose, e agora de metais.

Nessa visão de reduzir exposição no mercado de commodities, após quase um ano de negociações, a Votorantim vendeu o controle da fabricante de alumínio CBA em janeiro passado. A transação está na fase final de aprovação dos órgãos antitruste, prevista para até agosto.

Fundada 65 anos atrás com o nome de Companhia Mineira de Metais, em Minas Gerais, reunindo ativos de zinco e outros metais, a Nexa hoje tem grande parte de suas operações no Peru, segundo maior produtor mundial de zinco extraído de minas.

Nos últimos cinco anos, nesse processo de “reciclagem de ativos”, o grupo investiu forte nas áreas de infraestrutura (entrou no capital da concessionária Motiva, ex-CCR), farmacêutica e de geração de energia, com a fundação da Auren Energia (terceira maior em renováveis do País).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/07/2026

VENDAS DE VEÍCULOS SOBEM 28% EM JUNHO E TÊM MELHOR MARCA PARA O MÊS EM 13 ANOS

Fenabreve, entidade que representa as concessionárias, revisou projeção nas vendas de veículos em 2026, de uma alta de 3,02% para avanço de 7,9%

Por Letícia Correia e Eduardo Laguna (Broadcast)

As vendas de veículos novos tiveram no mês passado o melhor junho em 13 anos, chegando a 272,4 mil unidades, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus. Na comparação com junho do ano passado, o crescimento foi de 28%. O balanço foi divulgado nesta quinta-feira, 2, pela Fenabreve, a entidade que representa as concessionárias de automóveis.

Na margem — ou seja, frente a maio —, o mercado ficou perto da estabilidade, com leve queda de 0,66%. A variação negativa na margem pode ser explicada pela espera no mercado pelo crédito mais barato da linha especial, lançada pelo governo, para troca de carros de taxistas e motoristas de aplicativos.



Vendas de veículos acumuladas desde o início do ano chegaram a 1,42 milhão de unidades Foto: Marcio Fernandes/Estadão

Com taxas inferiores a 1% ao mês — menos da metade dos juros de mercado —, o prazo de financiamento é de até 72 meses, com carência de até seis meses. As contratações de financiamento do Move Brasil Taxi e Aplicativos, como é chamado o programa, começaram

apenas em 19 de junho.

As vendas de veículos acumuladas desde o início do ano chegaram a 1,42 milhão de unidades, 18,47% acima do volume registrado no primeiro semestre de 2025.

As vendas de motos tiveram crescimento de 8,28% em junho ante o mesmo período do ano passado, somando 194,2 mil unidades. Na comparação com maio, as vendas recuaram 1,79%. No acumulado de janeiro a junho, as vendas de motocicletas tiveram crescimento de 14,1%, com total de 1,174 milhão de unidades.

Fenabreve revisa projeção de alta nas vendas em 2026

A Fenabreve revisou a projeção nas vendas de veículos em 2026. Segundo a instituição, a partir do balanço do primeiro semestre foi possível atualizar os números, que saíram de uma alta de 3,02% para avanço de 7,9% no ano.

O presidente da entidade, Arcelio Junior, explica que o crescimento surpreendente das vendas dos veículos leves puxou os resultados dos primeiros seis meses do ano. “Nosso setor demonstra muita resiliência entre os demais setores da economia brasileira. Estamos falando de um crescimento substancial, e muito além do PIB”, afirma.

A projeção das vendas das motos, no entanto, manteve-se em crescimento de 10% em 2026, ainda que a expectativa seja de um recorde na série histórica, segundo a entidade.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/07/2026

PLANO DO GOVERNO PREVÊ AUMENTO NA PRODUÇÃO DE MINERAIS CRÍTICOS E DE FERTILIZANTES

Com o Plano 2050 de mineração, o Brasil espera elevar participação na produção mundial de minerais críticos de 8,3% para 12,2%, reduzindo a dependência externa de fertilizantes PK

Por Renan Monteiro (Broadcast)

BRASÍLIA - O Ministério de Minas e Energia (MME) apresenta nesta quinta-feira o Plano Nacional de Mineração 2050 (PNM 2050), durante reunião do chamado Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), que conta com a participação de outros ministros. Esse plano é visto como um instrumento de longo prazo da política mineral brasileira responsável. A participação do Brasil na produção mundial de minerais críticos poderá atingir 12,2% até 2050.

No cenário conservador, ainda sem considerar os efeitos positivos esperados com o marco legal para o setor, a indústria de transformação mineral pode passar de 51,5% para 65% da participação no PIB do setor em 25 anos. No mesmo intervalo, os investimentos em pesquisa mineral devem sair de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 2,7 bilhões anuais.

Até 2050, são esperados 2,8 milhões de empregos diretos no setor mineral (+800 mil empregos) nesse horizonte de aproximadamente 25 anos. Além disso, a redução no tempo médio de análise de processos minerários passará de 1.563 para 780 dias. A participação do Brasil na produção mundial de minerais críticos sairá de 8,3% para 12,2%. Em outro prognóstico, também é estimada a redução da dependência externa “de fertilizantes PK” de 87,3% para 34,9%.

“O Brasil tem algumas das maiores reservas minerais do mundo, e o PNM 2050 mostra o caminho para que nossa riqueza sirva à modernização da economia nacional, transformando esse potencial em desenvolvimento, tecnologia, emprego e renda para o nosso povo. O Plano ainda reafirma nossa soberania em um cenário internacional cada vez mais competitivo”, disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em nota.



O setor mineral responde por cerca de 3,3% do PIB brasileiro e por aproximadamente 2 milhões de empregos diretos. O governo federal vê investimentos “em trajetória de crescimento” nos últimos anos. Os minerais críticos são usados em baterias, turbinas eólicas e tecnologias digitais e de defesa. “O Brasil quer deixar de ser apenas exportador de bens primários e avançar na industrialização e no adensamento de suas cadeias produtivas”, diz o MME.

Minério de lítio produzido pela Sigma Lithium, extraído em jazida localizada em Araçuaí e Itinga

(MG) Foto: Taba Benedicto/Estadão

A Pasta também apresenta nesta quinta-feira o chamado “Referencial Básico para a Mineração Brasileira Sustentável - Das Boas Práticas à Promoção do Trabalho Digno e Decente”. A ideia é ter uma referência técnica para orientar políticas públicas e iniciativas empresariais, por exemplo. Será a 2ª reunião do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 02/07/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

BOAT SHOW REFORÇA PAPEL DE ITAJAÍ COMO POLO DA INDÚSTRIA NÁUTICA E DA ECONOMIA DO MAR

Evento reúne fabricantes, investidores e fornecedores em um dos principais polos da indústria náutica brasileira e amplia o debate sobre inovação e economia do mar

Por Marina Itajaí Boat Show

A realização da quarta edição do Marina Itajaí Boat Show, entre os dias 2 e 5 de julho, reforça a posição de Itajaí (SC) como um dos principais polos da indústria náutica brasileira. Maior salão náutico do Sul do país, o evento reúne fabricantes, fornecedores, investidores, consumidores e representantes do setor em uma cidade que concentra 35% da produção nacional de embarcações e lidera as exportações brasileiras de barcos de lazer e esporte em 2026.



Itajaí é um dos principais polos da indústria náutica brasileira — Foto: Divulgação

Segundo dados da Associação Náutica Brasileira (Acatmar), Itajaí responde por 70% da produção catarinense de barcos. Nos quatro primeiros meses deste ano, o município exportou US\$ 4,3 milhões em embarcações de lazer e esporte, de acordo com o Comex Stat.

O ambiente industrial da região também concentra alguns dos principais estaleiros do país, como Azimut Yachts, Okean/Ferretti, Fibrafort e Schaefer Yachts, além de uma ampla rede de fornecedores especializados. Santa Catarina responde por 65% da produção brasileira de embarcações de esporte e lazer e por 90% das exportações do segmento, conforme a Associação Brasileira dos Construtores de Barcos e seus Implementos (Acobar). A chamada Economia do Mar emprega cerca de 250 mil profissionais no estado, o equivalente a 8,5% da força formal de trabalho.

Nesse contexto, o Marina Itajaí Boat Show busca ampliar sua atuação para além da exposição de embarcações. A edição anterior recebeu 22 mil visitantes e movimentou atividades como hotelaria, gastronomia, transporte e serviços especializados, além de atrair empresários, investidores e compradores de diferentes regiões do país.

"Itajaí reúne uma condição muito particular no Brasil: é uma cidade que produz barcos, exporta, recebe investimentos, tem marina estruturada, serviços especializados e uma relação histórica com o rio e com o mar. O Marina Itajaí Boat Show nasceu dessa força e ajuda a dar visibilidade a uma cadeia econômica que já existe, mas que ganha escala quando indústria, turismo, inovação e novos consumidores se encontram no mesmo ambiente", afirma Thalita Vicentini, diretora da Boat Show Eventos.

A edição deste ano reunirá mais de 60 embarcações, entre modelos de entrada e iates de luxo, com tamanhos entre 19 e 100 pés. Grande parte ficará exposta na água e poderá realizar test drives organizados pelos expositores. O evento também contará com um shopping náutico flutuante, reunindo empresas de motores, acessórios, tecnologia, imóveis, decoração, equipamentos e serviços ligados ao setor.

Além da área de exposição, o Boat Show promove o Náutica Talks, espaço voltado à discussão de temas como políticas públicas para a indústria, economia azul, inovação, sustentabilidade e o papel da atividade no desenvolvimento econômico.

Hidrogênio verde

Entre os destaques está o JAQ H1, embarcação brasileira de 36 metros movida a hidrogênio verde, que será apresentada pela primeira vez no Sul do país. Após participar da COP30, em Belém, o barco chega a Itajaí para uma etapa de comissionamento do sistema de hidrogênio. Desenvolvido pelo projeto JAQ Hidrogênio Verde, do Grupo Náutica, em parceria com empresas e instituições de pesquisa, o modelo utiliza motores dual-fuel da alemã MAN, abastecidos por hidrogênio verde e diesel, combinação capaz de reduzir em até 80% as emissões de CO₂. Os sistemas de hotelaria da embarcação também são alimentados integralmente por hidrogênio.

"O mercado náutico brasileiro tem uma força produtiva muito maior do que normalmente aparece para o grande público. Quando trazemos para o mesmo evento barcos de diferentes portes, fornecedores, experiências para famílias, debates técnicos e uma embarcação como o JAQ H1, mostramos a grandiosidade da náutica brasileira. O Marina Itajaí Boat Show é uma plataforma para organizar essa conversa e aproximar novos públicos do setor", destaca Thalita.

O Marina Itajaí Boat Show 2026 tem o apoio institucional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDEI) da prefeitura de Itajaí. A parceria tem como objetivo fortalecer a

economia azul, incentivar a inovação, atrair investimentos, fomentar o turismo de negócios e promover Itajaí como um dos principais polos da indústria náutica brasileira, ampliando as oportunidades de desenvolvimento econômico para o município.

Serviço

Marina Itajaí Boat Show 2026

- Quando: de 2 a 5 de julho
- Onde: Marina Itajaí — Av. Carlos Ely Castro, 100, Centro, Itajaí (SC)
- Horários: quinta e sexta-feira, das 14h às 21h; sábado, das 11h às 21h, e domingo, das 11h às 20h.
- Ingressos e programação: <https://itajaiboatshow.com.br/>

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/07/2026

AMAZON PREVÊ LANÇAR REDE DE INTERNET DE BANDA LARGA LEO AINDA NESTE ANO

A crescente constelação Leo da Amazon, que se aproxima de 400 equipamentos, desponta como nova concorrente da Starlink, da SpaceX, que já possui cerca de 10 mil satélites em operação

Por Joey Roulette, Em Reuters — Washington



Projeto da constelação de satélites da Amazon, em foto de arquivo — Foto: Divulgação/Amazon

A Amazon espera lançar ainda neste ano o serviço inicial de internet por meio de sua rede de satélites de banda larga Leo, depois que o mais recente lançamento da empresa elevou para mais de 390 o número de satélites da constelação em órbita, afirmou um executivo da companhia, nesta quinta-feira (2).

O lote mais recente, com 29 satélites, foi lançado da Flórida na manhã desta quinta-feira (2) a bordo de um foguete Atlas V, da United Launch Alliance (ULA). Essa foi a 14ª missão da empresa, de dezenas ainda planejadas, para colocar em órbita mais de 3.200 satélites que fornecerão cobertura global de internet a partir do espaço.

“Ainda há muito trabalho pela frente, incluindo elevar todos esses novos satélites até sua altitude designada”, escreveu Chris Weber, responsável pelo projeto Leo na Amazon, em uma publicação na rede social X. “Mas já concluímos lançamentos suficientes para iniciar o serviço ainda neste ano, e as próximas missões apenas ampliarão a cobertura e a capacidade.”

Weber não informou em qual região a Amazon pretende iniciar o serviço, mas a expectativa é que a operação comece perto dos polos Norte e Sul e se expanda gradualmente em direção à linha do Equador à medida que novos satélites forem adicionados.

A constelação conta atualmente com 394 satélites em órbita, de um total de 398 lançados desde abril de 2025, segundo Jonathan McDowell, analista do setor espacial e astrônomo da Universidade Harvard.

A crescente constelação Leo desponta como uma nova concorrente da Starlink, da SpaceX, que já possui cerca de 10 mil satélites em operação. Assim como a Starlink, a Amazon pretende oferecer internet para consumidores por meio de terminais Leo — que variam de modelos do tamanho

aproximado de um notebook até versões maiores e mais potentes —, além de atender governos e empresas, como companhias aéreas.

A Amazon vinha trabalhando com a meta de iniciar o serviço em meados de 2026, apoiada em contratos de lançamento de foguetes que somam dezenas de bilhões de dólares para colocar seus satélites em órbita. O Atlas V, da ULA, tornou-se o principal veículo de lançamento da rede, enquanto os outros foguetes que a Amazon pretende utilizar — o New Glenn, da Blue Origin, e o Vulcan, da ULA — permanecem impedidos de voar.

Um foguete New Glenn explodiu na plataforma de lançamento no mês passado, destruindo a torre de lançamento e outros equipamentos. O diretor-presidente da empresa, Dave Limp, espera retomar os lançamentos do New Glenn até o fim do ano, enquanto engenheiros concentram as investigações na seção dos motores do foguete para identificar a causa da explosão.

O novo foguete Vulcan, da ULA, contratado para realizar pelo menos 40 missões do projeto Leo para a Amazon, também continua impedido de voar devido a um problema na separação de um dos motores-foguete de combustível sólido ocorrido em fevereiro. O Vulcan utiliza os mesmos motores BE-4, fabricados pela Blue Origin, empregados no New Glenn, e seu retorno às operações pode sofrer novos atrasos caso a Blue Origin conclua que esses motores foram responsáveis pela explosão do New Glenn.

A porta-voz da ULA, Jessica Rye, afirmou que os engenheiros da Blue Origin “estão sendo transparentes conosco enquanto conduzem a investigação. Se houver elementos em comum envolvendo os motores BE-4, colaboraremos com a equipe para identificar a causa raiz e resolver o problema”.

A Amazon possui cerca de 100 lançamentos de foguetes contratados, em acordos avaliados em pelo menos US\$ 82 bilhões, para construir sua constelação. Entre seus outros fornecedores de lançamentos, estão o foguete Ariane 6, da francesa Arianespace, e o Falcon 9, da SpaceX, foguete parcialmente reutilizável que tem sido fundamental para a implantação da própria constelação Starlink.

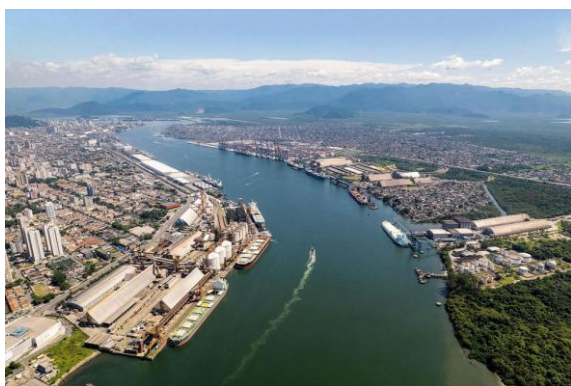
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/07/2026

ANTAQ DEFENDE LEILÃO DO TECON SANTOS 10 EM DUAS ETAPAS E COBRA CLAREZA DO GOVERNO SOBRE MODELO

Agência também alertou, em despacho enviado ao governo, que mudanças estruturais podem colocar em xeque a realização do leilão em 2026, por exigirem uma nova análise do TCU

Por Marlla Sabino, Valor — Brasília



— **Foto: Alphamar/Divulgação**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) reafirmou, em despacho enviado ao governo, a defesa da realização do leilão do novo terminal de contêineres do Porto de Santos, o Tecon Santos 10, em duas etapas, com restrições à participação de algumas empresas. No documento, a agência também cobra maior clareza do governo sobre o modelo de licitação que pretende adotar e alerta que mudanças estruturais podem colocar em xeque a realização do leilão em 2026, por exigirem uma nova análise do Tribunal de Contas da União (TCU).

O despacho, assinado pelo diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, que também relata o processo, é uma resposta à nota técnica elaborada pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEPPI), vinculada à Casa Civil.



Pelo documento, o governo orientou a retirada de restrições para companhias de navegação, chamadas de “armadores”, na participação do leilão, bem como para as atuais operadoras de contêineres do porto, desde que se desfaçam de suas participações acionárias nos atuais empreendimentos em que operem no complexo portuário.

Inicialmente, a agência propôs realizar o leilão em duas etapas, com restrições para que empresas que já operam na região participassem apenas da segunda fase, caso não houvesse interessados na primeira. O Tribunal de Contas da União (TCU) foi além e recomendou que a restrição também fosse aplicada aos armadores, visando impedir a verticalização das empresas de navegação.

A Antaq entende que o documento da Casa Civil traz subsídios para a análise do processo, mas, por si só, não altera a decisão regulatória aprovada anteriormente pela diretoria da agência. Por isso, o órgão defende que, caso o governo pretenda adotar um modelo diferente, a orientação seja formalizada de maneira “clara”.

“Fica evidente a necessidade de consolidação formal da orientação do Poder Concedente de forma mais clara – o que pode indicar a necessidade de eventual encaminhamento de novo ato justificatório ou ato complementar, apto a refletir de forma inequívoca quais seriam as diretrizes governamentais aplicáveis ao caso”, aponta o documento.

Agora, a agência irá aguardar manifestação do governo para dar prosseguimento à licitação. Em entrevista ao Valor, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou que o Executivo trabalha para que o leilão seja realizado ainda neste ano. Segundo ele, para isso, o edital precisa ser publicado até setembro.

No despacho, o diretor-geral destaca que a análise da área técnica reforçou que a agência “possui competência legal expressa para estabelecer restrições, limites e condições em editais com vistas a evitar concentração e práticas concorrenciais, sendo essa competência exclusiva, indelegável e protegida pela autonomia das agências reguladoras”.

A nota técnica produzida pelos técnicos também rejeita a ideia de que as diretrizes ministeriais da nota da Casa Civil possam ter efeito vinculante automático. O entendimento é de que a interpretação da política pública setorial deve se dar à luz da legislação, e não a partir de orientações administrativas pontuais, sob pena de violar o princípio da legalidade. “A questão afetaria, portanto, a própria autonomia regulatória da Antaq, devendo ser rejeitadas propostas que fragilizem o controle concorrencial.”

O tema foi analisado também pela Procuradoria Federal junto à Antaq. Segundo informações do despacho, a área indicou que as recentes manifestações do governo deveriam ser tratadas como “subsídios” a serem analisados pela área técnica da agência, ficando a cargo do Ministério, na condição de Poder Concedente, realizar uma avaliação desses elementos para eventual revisão de seus atos.

Embora a área técnica sustente que a nota da Casa Civil não altera a decisão regulatória já aprovada, o relator do processo adota posição diferente. No despacho, dá a entender que, caso o governo apresente fundamentos claros de política pública, sem extrapolar as competências da Antaq, a agência deve observá-los. Porém, qualquer eventual alteração no modelo de licitação decorrente da interpretação do relator dependerá de nova apreciação da diretoria colegiada.

A Antaq ainda indicou que o valor mínimo de outorga para o certame proposto pela Casa Civil não integra a modelagem econômico-financeira (EVTEA), sendo uma decisão de política pública do Poder Concedente, sem necessidade de convalidação técnica pela Antaq. Em sua nota técnica, o Executivo atualizou o valor, que, após revisão da equação econômico-financeira do projeto, foi estimado em R\$ 1,044 bilhão, distribuídos entre outorga fixa e variável.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/07/2026

GOVERNO PROPÕE ALTERNATIVAS PARA DISCIPLINAR TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE MINERAÇÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Segundo dados apresentados pelo CNPM, há oito Estados brasileiros e 16 municípios com tributos em vigor

Por Marlla Sabino, Valor — Brasília



— Foto: Leo Pinheiro/Valor

O Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) aprovou, nesta quinta-feira (2), resolução que recomenda ao Ministério de Minas e Energia (MME) promover, em articulação com os entes federativos e os órgãos e entidades competentes, a construção de alternativas para a disciplina das Taxas de Fiscalização de Recursos Minerais (TFRM), tributos cobrados por Estados e municípios sobre a atividade minerária.

Segundo dados apresentados durante reunião do colegiado, há oito Estados brasileiros e 16 municípios com tributos em vigor. São eles: Minas Gerais, Pará, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. O levantamento aponta que as leis estaduais e municipais sobre o tema crescem de forma contínua desde 2011.

O estudo conduzido no âmbito do CNPM analisou a jurisprudência sobre o tema e identificou que os tributos são considerados legítimos, desde que não tenham finalidade meramente arrecadatória e guardem proporcionalidade entre o valor cobrado e o custo da atividade fiscalizatória.

"O CNPM ressaltou a necessidade de observar a proporcionalidade entre as taxas cobradas e o custo da fiscalização, bem como a transparência e a preservação das competências constitucionais de cada ente federativo. Nesse contexto, a resolução recomenda ao MME a construção de alternativas para a disciplina das Taxas de Fiscalização de Recursos Minerais", afirmou o MME, em nota.

A intenção do governo é conduzir o processo em diálogo com Estados, municípios, entidades representativas e especialistas, visando soluções compatíveis com as diferentes realidades federativas e as especificidades do setor mineral. A resolução preserva a autonomia tributária dos entes subnacionais e buscar uma coordenação federativa e segurança regulatória.

Encargo para inatividade de lavra

O Conselho também aprovou resolução que estabelece diretrizes de política mineral para a racionalização da gestão, a redução da ociosidade e a ampliação da oferta eficiente de áreas minerárias no País, com vistas à dinamização do setor mineral brasileiro.

Entre as recomendações, está a realização de estudos para a criação de encargo anual progressivo sobre a inatividade de lavra, operações com objetivo de explorar e aproveitar industrialmente uma jazida. O modelo é praticado nos principais países mineradores como mecanismo de desincentivo à ociosidade.

A resolução parte do diagnóstico de que a manutenção prolongada de áreas inativas, a baixa rotatividade de áreas em disponibilidade e a morosidade na reinserção dessas áreas ao ambiente concorrencial reduzem a eficiência do setor mineral e dificultam a atração de investimentos.

Além das diretrizes aprovadas, o texto recomenda ao MME a coordenação de propostas normativas sobre o aperfeiçoamento da disciplina de suspensão temporária de atividades de lavra, a caracterização objetiva do abandono de mina ou jazida e a regulamentação do grupamento mineiro.

Simplificação de Registro

Outro ponto tratado durante a reunião foi a deliberação de resoluções que propõe ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM) a classificação da pesquisa mineral sem guia de utilização como atividade de baixo risco ambiental, nos termos da Lei nº 13.874/2019.

A proposta prevê que a essa modalidade de pesquisa não se aplica o licenciamento ambiental, desde que não implique abertura de acessos ou praças no ambiente pesquisado, supressão de Mata Atlântica em estágio médio ou avançado de regeneração, ou impacto a patrimônio espeleológico.

A expectativa é que a uniformização da classificação de risco reduza o tempo de tramitação de processos, amplie o estímulo à pesquisa mineral sem guia de utilização e dê mais previsibilidade a investidores, sobretudo em fases iniciais e exploratórias de baixo impacto.

A proposta segue agora para avaliação do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e da Receita Federal do Brasil, órgãos responsáveis pela gestão do Comitê para Gestão, que deverão deliberar sobre a edição de resolução nesse sentido.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/07/2026

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PRORROGA USO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO

Agentes atuam no Estado desde outubro de 2023, após solicitação do governo do Rio de Janeiro; medida foi adotada em meio à crise de segurança pública

Por Valor — Brasília



Permanência da Força Nacional no Rio vem sendo renovada em portarias do Ministério da Justiça — Foto: Custódio Coimbra/Agência O Globo

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima, prorrogou por mais 90 dias o emprego da Força Nacional de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro. A autorização consta de portaria publicada, nesta quinta-feira (2), no Diário Oficial da União (DOU).

A ideia é que a Força Nacional de Segurança Pública apoie as ações dos órgãos de segurança pública Federal e Estadual nas atividades e nos serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio até 27 de setembro.

Os agentes atuam no Estado desde outubro de 2023, após solicitação do governo do Rio de Janeiro. A medida foi adotada em meio à crise de segurança pública. Desde então, a permanência da Força Nacional no Rio vem sendo renovada por meio de portarias do Ministério da Justiça.

Entre as atividades desempenhadas pelos agentes, estão o reforço do policiamento em vias expressas, como a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, com o objetivo de coibir roubos de veículos e cargas.

O emprego da Força Nacional ocorre em articulação com os órgãos de segurança pública federais e do Estado do Rio de Janeiro, sob coordenação da Polícia Federal.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 02/07/2026

FOLHA DE S.PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

AGÊNCIA RESPONDE À CASA CIVIL E LEILÃO DO TECON 10 DEVE VOLTAR DE NOVO PARA O TCU

- Antaq contraria governo, recomenda certame em duas fases e rejeita desinvestimento de armadores
- Na disputa de bastidores, recomendação manteria chineses na disputa, mas tiraria gigantes

Por Alex Sabino

São Paulo - O leilão da Tecon 10, o megaterminal do porto de Santos, anda em círculos. Atendendo a pedido do Ministério de Portos e Aeroportos, a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) respondeu à nota técnica da Casa Civil que recomendava a liberação do certame para todas as empresas interessadas.



Baseado em duas notas técnicas elaboradas por setores da agência, o diretor-geral Frederico Carvalho Dias apresentou mais uma vez os argumentos para que a concessão seja feita em duas fases, com restrição aos armadores que já são donos de terminais no porto de Santos. Isso tira da disputa MSC e Maersk, duas gigantes do setor.

Próximo a barca de passageiros, navio deixa canal do porto de Santos - Eduardo Knapp-20.mar.25/Folhapress

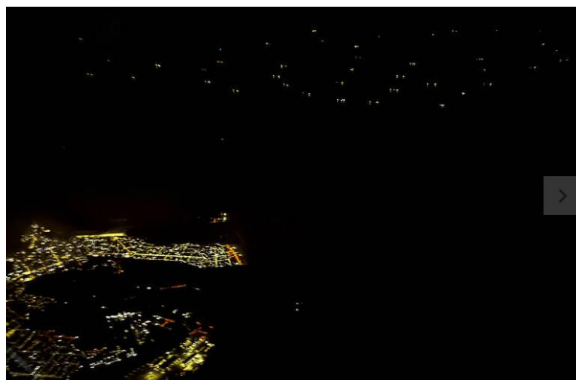
O órgão regulador também afirma que o desinvestimento significaria desfigurar o propósito do leilão e recomenda que o tema volte ao TCU (Tribunal de Contas da União). Este recurso possibilitaria aos dois armadores participarem, desde que se comprometessem a vender os ativos que têm em Santos. Maersk e MSC são sócios no terminal BTP.

Todas as idas e vindas atrasam ainda mais o leilão do ativo que o Ministério de Portos e Aeroportos garantia que sairia do papel até o final do ano passado.

As recomendações da Antaq são baseadas na nota técnica 17/2026, assinada por João Paulo Undiciatti Barbieri, chefe da Divisão de Licitações de Concessões, e no despacho SEI 2945552, de Ygor Di Paula Julliano Silva da Costa, presidente da CPLA (Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários). Os documentos são dirigidos à diretoria-geral da Antaq, responsável pela decisão final sobre o encaminhamento do processo.

A proposta da Casa Civil, reprovada pela Antaq, permitiria que os operadores já instalados em Santos participassem da primeira fase, desde que assinassem um compromisso prévio de venda de seus ativos, condicionado à vitória no leilão. A Antaq afirma que isso seria manter as duas fases apenas em teoria, já que não haveria filtro de quem estaria liberado a participar do processo.

Sobre o valor mínimo de outorga, fixado pelo governo em R\$ 500 milhões, a recomendação é que a Antaq não avalie nem opine sobre esse número, por entender que ele está fora do cálculo técnico-financeiro do projeto e não é de sua competência analisar. Quando estiver 100% operacional, a expectativa é que o Tecon 10 aumente em 50% a capacidade do porto de Santos.



Vista aérea noturna do Porto de Santos onde navios (pontos brancos) esperam para atracar Clauber Larre/Folhapress

Na volta para o TCU, o assunto iria para o ministro Bruno Dantas. Ele foi o autor do voto vencedor na corte, que foi mais longe do que a Antaq e proibia a participação de qualquer armador na primeira fase.

Na disputa de bastidores, a decisão é comemorada por armadores e operadores que não atuam em Santos e desejam participar da concessão, sob o argumento de

que a vitória de Maersk ou MSC significaria uma concentração ainda maior de mercado. Mas também tiraria da disputa dois dos mais fortes concorrentes. A recomendação também atende ao interesse do governo federal de liberar a participação de armadores chineses. Mas vai descontentar a União Europeia, que faz pressão por empresas da região.

A Maersk é dinamarquesa. A MSC tem sede na Suíça.

Há setores portuários descontentes com o desdobramento e acreditam que isso empurra a questão para a judicialização. A principal reclamação é que parece haver agenda paralela entre Antaq e TCU em rechaçar o governo federal, o que deve postergar mais uma vez o certame. O questionamento é se as mudanças de datas e idas e vindas beneficiam o mercado.

A estimativa da data do leilão já foi alterada pelo governo 13 vezes.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 02/07/2026

FLÁVIO BOLSONARO MIRA APOIO DO REPUBLICANOS ENQUANTO AVALIA EX-AUXILIAR DE PAULO GUEDES COMO VICE

- Daniella Marques ganha espaço na pré-campanha do PL, mas há incômodo em partido de Marcos Pereira
- Republicanos já descarta aliança com Lula ou outro candidato da direita, mas ainda cogita ficar neutro

Por Thaísa Oliveira

Brasília - O senador e pré-candidato a presidente Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tem considerado o nome da ex-presidente da Caixa Econômica Federal Daniella Marques (Republicanos) como possível candidata a vice da chapa, diante do que aliados descrevem como falta de opções.

Segundo relatos, Flávio afirmou a pessoas próximas que Daniella seria um bom nome para a vaga. Além disso, integrantes do PL e do Republicanos dizem que aumentou nas últimas semanas a chance de uma coligação entre os dois partidos nas eleições.



Ainda assim, a possibilidade de que Daniella seja escolhida por Flávio tem causado incômodo no Republicanos. Daniella se filiou ao partido em abril, sem avisar a direção nacional, e ainda não conversou pessoalmente com o presidente, o deputado federal Marcos Pereira (SP).

Daniella Marques durante entrevista coletiva ao assumir a presidência da Caixa, em julho de 2022 - Gabriela Biló - 5.jul.22/Folhapress

Um membro do Republicanos que preferiu não se identificar diz que a eventual escolha por parte de Flávio traria problemas com correligionários mais antigos. Isso porque, de forma reservada, integrantes do partido ressaltam que Daniella é recém-filiada e que a legenda não se sentiria plenamente contemplada pelo gesto.

Hoje, a avaliação na cúpula do Republicanos é a de que uma eventual composição com o PL deve ser adiada o máximo possível porque, desde que a relação de Flávio com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Master, foi exposta, sua pré-candidatura acumula escândalos.

A última crise, na visão do partido, ocorreu na semana passada, quando a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) disse que Flávio a maltratou, humilhou e deixou subentendido que não queria a participação dela na campanha.



A deputada federal Bia Kicis (PL-DF) em frente à Superintendência da PF em Brasília, onde Jair Bolsonaro (PL) ficou preso Mateus Bonomi - 22.nov.25/Reuters

Nesta quarta-feira (1º), Flávio também precisou responder à insinuação feita por Michelle de que teria participado de festas promovidas por Vorcaro. Ao lado da esposa, Fernanda Bolsonaro, o senador afirmou que a madrasta está "completamente desinformada".

A candidatura de Flávio enfrenta há meses um impasse em torno da escolha do vice, sobretudo pela falta de apoio de outros partidos. Além disso, pesquisas encomendadas pelo PL indicam que os nomes testados não trazem votos para Flávio, como mostrou a Folha.

Parlamentares já vinham defendendo o nome de uma mulher para tentar diminuir a rejeição do eleitorado feminino, mas a demanda ficou ainda maior depois das duras críticas feitas por Michelle e pela decisão dela de deixar a presidência do PL Mulher.

Daniella pediu licença da gestora de investimentos na qual trabalhava em junho para se dedicar integralmente à campanha de Flávio. Durante o governo Jair Bolsonaro (PL), ela foi uma das principais auxiliares do ex-ministro da Economia Paulo Guedes e presidiu a Caixa a partir de julho de 2022, após a demissão de Pedro Guimarães por assédio sexual e moral.

Ela era presidente do banco quando houve o lançamento do empréstimo consignado a beneficiários do Bolsa Família, às vésperas das eleições de 2022. A linha de crédito foi suspensa no começo do governo Lula (PT), quando a inadimplência chegava a 80%.



Daniella tem ganhado espaço na pré-campanha de Flávio e é apontada como possível ministra, em caso de vitória. Nesta quarta, ela abriu a reunião do pré-candidato com um grupo de mulheres e ficou ao lado dele e da esposa.

Flávio Bolsonaro, a esposa, Fernanda Bolsonaro, e Daniella Marques (à dir.), durante reunião com mulheres nesta quarta (1º) - Divulgação Flávio Bolsonaro

A ex-presidente da Caixa está responsável pelo eixo do programa de governo de Flávio que será voltado para o eleitorado feminino. A ideia é apresentar o plano, batizado de "Brasil Por Elas", no próximo dia 15.



Nos últimos meses, o PL incluiu nas pesquisas internas os nomes da senadora Tereza Cristina (PP-MS), das deputadas federais Simone Marquetto (PP-SP) e Clarissa Tércio (PP-PE) e da vereadora de Fortaleza Priscila Costa (PL).

Principal aposta do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, Tereza recusa a possibilidade. Com a aliança com o PP travada, outros nomes do PL também são aventados, como o das deputadas federais Júlia Zanatta (PL-SC) e Bia Kicis (PL-DF).

O Republicanos já descarta uma aliança com Lula ou com qualquer outro candidato da direita, mas ainda cogita ficar neutro —o que deixaria os diretórios estaduais livres para apoiarem quem quiserem.

Integrantes do Republicanos dizem que ainda não houve uma conversa formal com a pré-campanha de Flávio sobre a Vice-Presidência e que a composição também depende de outros acertos.

Uma das demandas do partido é o apoio do PL ao governador de Mato Grosso, Otaviano Pivetta (Republicanos), que vai disputar as eleições. O PL lançou o senador Wellington Fagundes como pré-candidato a governador.

Parte da sigla diz que a aliança com Flávio será positiva nos três maiores colégios eleitorais, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e que só haveria problemas em poucos estados do Nordeste, como Pernambuco e Paraíba.

Em Pernambuco, o ex-ministro de Portos Silvinho Costa Filho (Republicanos) está fechado com Lula. O irmão dele, Carlos Costa (Republicanos), é candidato a vice na chapa do ex-prefeito João Campos (PSB) ao governo do estadual.

Na Paraíba, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem buscado se aproximar do petista para tentar eleger o pai, o ex-prefeito de Patos Nabor Wanderley (Republicanos), ao Senado.

Fonte: Folha de São Paulo - SP
Data: 02/07/2026

COM INAUGURAÇÕES NO METRÔ, SP CHEGA A QUASE 400 KM DE TRILHOS; VEJA COMO FICA O MAPA

- Ao todo são 188 estações no sistema metroferroviário da região metropolitana
- Linha 6-laranja começa a operar nesta sexta (3) da Freguesia do Ó a Perdizes

Por Fábio Pescarini

São Paulo - Com a inauguração do primeiro trecho da linha 6-laranja nesta quinta-feira (2) e a abertura na última terça-feira (29) da estação Washington Luís, da linha 17-ouro — ambas do metrô, o sistema metropolitano de São Paulo passa a contar com 393,3 km de trilhos.

Ao todo, são 188 estações de trens e de metrô.

Em cerimônia marcada para as 10h desta quinta-feira, serão inauguradas seis estações da linha 6-laranja.

O ramal abre ao público nesta sexta-feira (3), um dia depois da cerimônia, e cerca de 18 anos após seu projeto ser anunciado.

O trecho a entrar em operação será entre as estações João Paulo 1º e Perdizes e compreenderá também as paradas Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca e Sesc-Pompeia.

Até o fim do ano, a linha vai operar em horário reduzido, das 10h às 15h e de segunda a sexta-feira (exceto feriados). Não haverá cobrança de passagem aos usuários.

Mapa dos trilhos de São Paulo com novas linhas do metrô



Ao todo, a linha 6-laranja contará com 15 estações e vai ligar a Brasilândia, na zona norte, à Liberdade, na região central.



Trens da linha 6-laranja do metrô estacionados no pátio Morro Grande, na zona norte de São Paulo; ao todo serão 14 composições, com seis carros cada
Karime Xavier/Folhapress

O percurso, por enquanto, será feito com dois trens em sistema de ida e volta, com velocidade aproximada de 30 km/h (eles podem alcançar até quase 90 km/h). O trecho entre as seis estações deve ser percorrido em 19 minutos. Apenas um acesso em cada estação estará aberto aos passageiros.

A Água Branca, uma das que serão abertas, tem integração com a estação homônima da linha 7-rubi, do trem metropolitano.



Funcionários trabalham no fim de obra da estação Washington Luís, da linha 17-ouro do metrô, que passou a funcionar em horário reduzido na última terça-feira (30) - Danilo Verpa - 30.jun.26/Folhapress

Como o túnel entre as duas não está pronto, o passageiro que chegar de metrô precisará sair da estação e acessar o outro prédio pelo lado externo, onde pagará tarifa para embarcar na rede ferroviária.

Duas das primeiras estações do trecho norte da linha 6 — Brasilândia e Itaberaba-Hospital Vila Penteadó — devem ser abertas ao público no fim do ano.

A estação Maristela, a segunda da linha na zona norte, com 68% das obras concluídas, conforme a última atualização, deve ficar pronta apenas em 2027, assim como as demais, menos a 14 Bis-Saracura, na Bela Vista, região central —devido a achados arqueológicos, as obras no local só foram liberadas recentemente pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Na linha 17-ouro, o trecho aberto nesta semana tem cerca de 800 metros.

Também em horário reduzido por causa de operação assistida, as oito estações do monotrilho do aeroporto de Congonhas funcionam das 9h às 16h. Igualmente não há cobrança de passagem.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 02/07/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

TECON 10: ANTAQ ALERTA GOVERNO SOBRE ALTERAÇÕES NA MODELAGEM DO LEILÃO

Por Danilo Oliveira Portos e logística 02/07/2026 - 20:09



Em resposta à Casa Civil, diretor-geral enviou análises técnicas que estimam, pelo menos, 4 meses de trâmites até processo ser devolvido à agência em condições de publicação do edital, o que pode inviabilizar certame em 2026

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) recomendou ao governo federal a revisão da proposta da Casa Civil que prevê o leilão do Tecon Santos 10 sem veto aos incumbentes e com garantias de desinvestimento, caso algum desses players que já operam no Porto de Santos (SP) saia vencedor. O

diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, relator do processo na agência, sugeriu à Casa Civil e ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) acolhimento das recomendações do plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), acordadas em dezembro de 2025, que preveem o leilão bifásico, com a vedação à participação de armadores ou agentes a eles vinculados na primeira etapa.

A área técnica apontou que reabrir a discussão sobre questões estruturais já decididas, sobre o regime concorrencial e condições de participação no leilão não representa um aperfeiçoamento do projeto. A Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos Portuários da Antaq (CPLA) avaliou que a alteração na modelagem exige etapas do fluxo institucional que podem atrasar ainda mais o processo e inviabilizar os planos de realização do certame ainda em 2026. Ao longo das discussões sobre as regras do leilão, integrantes de governo e do ministério já deram, ao menos, 13 previsões sobre quando ocorrerá a licitação do novo terminal de contêineres do complexo portuários santista.

O processo do Tecon Santos 10 na Antaq foi suspenso, no final de abril, após pedido de urgência do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), para discussões dos parâmetros do projeto. Dias entendeu que a nota técnica da Secretaria Especial para o Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil (SEPPI) vai em outra direção ao orientar pela ampliação da concorrência no certame. Ele apontou a necessidade de uma consolidação formal e de forma mais clara da orientação do poder concedente. A Procuradoria Federal junto à Antaq (PF-Antaq) sugeriu a devolução do processo ao MPor para a revisão do ato justificatório.

O diretor-geral da Antaq encaminhou à SEPPI/Casa Civil e à Secretaria Nacional de Portos (SNP/MPor) duas análises de áreas técnicas da agência. As unidades propuseram a modelagem conforme havia sido decidido pela Antaq e aprovado pelo TCU. Dias destacou que essas análises,

solicitadas pelas duas secretarias, convergiram pela manutenção da decisão da agência, sob argumento de ser a opção mais ágil para a realização do leilão ainda neste ano.

Segundo a CPLA, ainda existem questões em aberto, ambiguidade e um possível desalinhamento quanto às diretrizes de política pública aplicáveis ao projeto. “Essa diferença de enfoque, ainda que compreensível no âmbito das distintas contribuições institucionais, gera uma zona de incerteza quanto às diretrizes que devem, de fato, orientar a modelagem do certame”, justificou.

O relator considera crucial que a nova análise baseie-se no papel de formulador de política pública, visando atenuar os riscos de alegações posteriores de sobreposição ou invasão das atribuições de outras instituições. Ele esclareceu que a manifestação não possui cunho decisório, o que será feito pela diretoria colegiada da Antaq após a análise dos documentos que forem encaminhados à agência.

Tempo institucional

Em caso de alteração na modelagem da licitação, é preciso que, antes de o processo ser reencaminhado ao TCU, o poder concedente revise e formalize um novo ato justificatório refletindo as novas diretrizes, encaminhe à Antaq, que por sua vez fará análise técnica da alteração proposta. Essa análise pode demandar manifestação da Superintendência de Regulação (SRG) e a deliberação da diretoria colegiada antes de qualquer encaminhamento externo. A avaliação da CPLA é que esse ciclo dificilmente se concluiria em menos de 30 dias.

O processo então estaria em condições de ser remetido ao TCU, onde os prazos regimentais preveem 75 dias para instrução pela unidade técnica especializada e 15 dias para julgamento pelo plenário, totalizando 90 dias adicionais no cenário mais otimista. “Ainda que o TCU conclua sua nova análise sem determinar ajustes adicionais, cenário pouco provável dado o histórico do processo, o fluxo não se encerra com o julgamento. O acórdão precisaria ser internalizado pelo poder concedente, que eventualmente teria de promover novos ajustes no ato justificatório e reencaminhar os autos à Antaq”, elencou a comissão de licitação.

A partir desse reencaminhamento é que a agência reguladora poderia retomar efetivamente a finalização da modelagem, submetendo as minutas de edital e contrato ao rito ordinário de aprovação interna, que inclui análise da PF-Antaq e nova rodada de deliberação da diretoria colegiada, antes que o edital possa ser publicado.

A análise da comissão destacou que, somente do ponto de vista procedimental, a proposta do PPI importaria um atraso substancial e potencialmente irreversível ao cronograma do Tecon Santos 10. “A meta do governo federal de realizar o leilão ainda em 2026, reiteradamente afirmada como prioridade pela pasta ministerial, dificilmente poderia ser mantida diante de um ciclo institucional que, nos termos aqui descritos, consumiria 4 a 6 meses apenas para devolver o processo à Antaq em condições de publicação do edital”, estimou a CPLA.

Desinvestimento

A nota técnica da CPLA concluiu que a proposta de abertura do leilão com o compromisso de desinvestimento dos incumbentes em caso de vitória numa segunda fase descaracterizaria o processo, sem conformidade com o acórdão do TCU. A CPLA entendeu que a alternativa de desinvestimento como condição de acesso à fase 1 já havia sido examinada e afastada pela área técnica da Antaq em duas oportunidades anteriores.

Na ocasião, foram ponderados os efeitos positivos e negativos da hipótese, que foi repudiada em razão dos riscos de assimetria, dificuldades de execução, judicialização e insuficiência do desinvestimento isolado para assegurar rivalidade efetiva no mercado pós-leilão. “A estrutura bifásica originalmente proposta pela Antaq mitiga esse risco ao reservar o desinvestimento para a segunda fase, acionável apenas na hipótese de licitação deserta”, apontou a CPLA.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2026

PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL ANUNCIA R\$ 27 MILHÕES EM INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Da Redação Portos e logística - 02/07/2026 - 19:37



O Porto de São Francisco do Sul (SC) anunciou novos investimentos de R\$ 27 milhões em infraestrutura, com recursos próprios, durante cerimônia realizada em 1º de julho, quando o complexo completou 71 anos. Segundo a autoridade portuária, os projetos abrangem melhorias logísticas, ampliação da armazenagem e adequações ambientais e operacionais.

Entre as iniciativas, está a autorização para contratação das obras de ampliação do acesso pela BR-280, com valor de referência de R\$ 11 milhões. As intervenções incluem 1,4 quilômetro de melhorias viárias, com implantação de novas faixas, além de serviços de pavimentação, drenagem e sinalização. A execução está prevista em até dez meses e tem como objetivo melhorar o fluxo de caminhões e o acesso ao porto.

O porto também inaugurou três novos armazéns, somando 15 mil metros quadrados de área, com investimento de R\$ 4,9 milhões. De acordo com a administração, a expansão representa aumento de cerca de 20% na capacidade de armazenagem, com foco na recepção de cargas importadas, especialmente aço.

Outro projeto lançado prevê R\$ 5,2 milhões para modernização e ampliação dos sistemas de drenagem pluvial e esgotamento sanitário, com separação das redes e adequação às exigências ambientais. Já a modernização do sistema de combate a incêndio, incluindo hidrantes e sprinklers, terá investimento estimado em R\$ 5,4 milhões, visando reforçar a segurança operacional e atender às normas do Corpo de Bombeiros.

Segundo o porto, o conjunto de investimentos busca reduzir gargalos logísticos, aumentar a eficiência operacional e adequar a infraestrutura às demandas atuais do comércio exterior.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2026

ROCHA INICIA OPERAÇÕES NO PORTO DE SANTANA E AMPLIA LOGÍSTICA DO ARCO NORTE

Da Redação Portos e logística 02/07/2026 - 19:33



A Rocha Terminais Portuários e Logística iniciou operações no terminal MCP03, no Porto de Santana (AP), voltado à movimentação de grãos sólidos vegetais, como soja e milho. Segundo a empresa, o contrato de arrendamento tem prazo de 25 anos e prevê investimentos de R\$ 88 milhões na área.

A unidade, a primeira da companhia na região Norte, possui 11,7 mil metros quadrados e capacidade de armazenagem de 76,6 mil toneladas. O ativo foi arrematado em leilão realizado em 2024, com valor de outorga de R\$ 58 milhões.

De acordo com a Rocha, o projeto inclui a ampliação da infraestrutura do terminal, com extensão do cais em 30 metros e construção de novos silos, com foco no aumento da capacidade operacional e na eficiência logística. A expectativa é fortalecer o papel do Porto de Santana como corredor de escoamento de cargas do Norte e do Centro-Oeste.

O movimento ocorre em meio à expansão do Arco Norte, região que reúne portos e estações de transbordo nos estados do Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Maranhão. Dados da Companhia

Nacional de Abastecimento (Conab) indicam que a importação de fertilizantes por esses portos cresceu 98% nos últimos quatro anos, alcançando 7,01 milhões de toneladas.

Com a entrada em operação do novo terminal, a companhia busca ampliar a competitividade logística da região, que tem ganhado relevância nas exportações brasileiras, especialmente para mercados como China, Europa e outros destinos internacionais.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2026

PORTO ITAPOÁ REGISTRA RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

Da Redação Portos e logística 02/07/2026 - 19:29



O Porto Itapoá (SC) alcançou, em junho de 2026, o maior volume mensal de movimentação de contêineres desde o início das operações, com pouco mais de 74 mil unidades, segundo a administração do terminal. O resultado supera o recorde anterior, registrado em agosto de 2025, quando foram movimentados pouco mais de 73 mil contêineres.

De acordo com o porto, o desempenho coincide com o mês em que o terminal completou 15 anos de operação e reflete a ampliação da capacidade operacional, investimentos em infraestrutura e ganhos de produtividade. A empresa destaca ainda que os dez maiores volumes mensais de sua história foram registrados a partir de 2024, indicando uma fase recente de crescimento acelerado.

No acumulado do primeiro semestre de 2026, o terminal movimentou 412.002 contêineres, mantendo trajetória de expansão. Apenas em junho, foram registrados 62 navios atracados.

As importações somaram mais de 21 mil contêineres no mês, incluindo cargas secas e refrigeradas, enquanto as exportações superaram 14 mil unidades. As operações de transbordo também tiveram peso relevante, com mais de 15 mil contêineres movimentados, segundo o Porto Itapoá.

No perfil geográfico das operações, a China liderou como principal parceiro comercial no semestre, concentrando 17,9% das exportações e 49,4% das importações do terminal. Estados Unidos (16,5%) e Itália (6,1%) aparecem entre os principais destinos das exportações, enquanto Colômbia (4,8%) e Egito (4,5%) figuram entre as principais origens das cargas importadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2026

PORTO DE SANTOS PRORROGA DESCONTO PARA NAVIOS VERDES E DE CABOTAGEM

Da Redação Portos e logística 02/07/2026 - 19:24



A Autoridade Portuária de Santos (APS) prorrogou por mais 120 dias os descontos tarifários concedidos a navios ambientalmente mais eficientes e a embarcações com alta frequência de escalas, medida em vigor desde 2023. Segundo a APS, a prorrogação passou a valer em 10 de junho e integra a estratégia do porto para redução de emissões no setor marítimo.

Os incentivos para os chamados “navios verdes” consideram a pontuação no Environmental Ship Index (ESI), indicador internacional de desempenho ambiental. As embarcações com

melhor classificação podem obter até 15% de desconto nas tarifas de uso da infraestrutura de acesso aquaviário, cobradas com base na tonelagem de porte bruto.

De acordo com a Autoridade Portuária, a política busca estimular a adoção de práticas mais sustentáveis em um setor que responde por cerca de 80% do comércio global e aproximadamente 3% das emissões de gases de efeito estufa, conforme dados da Organização Marítima Internacional (IMO).

A APS também manteve os descontos para navios com maior frequência operacional no porto, calculados a partir do número de escalas nos 12 meses anteriores. As reduções podem chegar a 55% para embarcações de longo curso e a 60% para navios de cabotagem, nos casos com 48 ou mais escalas registradas.

Segundo a autoridade portuária, a combinação de incentivos ambientais e operacionais visa aumentar a eficiência logística e reforçar o papel do Porto de Santos na transição energética do transporte marítimo no Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2026

MOEGÃO DE PARANAGUÁ ATINGE 95% DE EXECUÇÃO E ENTRA NA FASE FINAL

Da Redação Portos e logística 02/07/2026 - 19:20



O Moegão, novo sistema ferroviário de descarga de grãos do Porto de Paranaguá (PR), alcançou 95% de execução e avançou para a fase final das obras, segundo a Portos do Paraná. O empreendimento, que soma mais de R\$ 650 milhões em investimentos com financiamento do BNDES, é considerado a principal obra portuária em andamento no país.

Nas últimas semanas, foi concluída a instalação dos 54 módulos das galerias metálicas que compõem o sistema logístico, com cerca de 1,7 quilômetro de extensão e mais de

4 mil metros de correias transportadoras. A estrutura contará com três linhas independentes de esteiras para o transporte simultâneo de grãos vegetais até os terminais de exportação.

De acordo com a Portos do Paraná, a moega e o sistema de prevenção e combate a incêndio já estão finalizados, assim como a torre de elevadores que alimenta as correias aéreas. Parte relevante dos equipamentos está instalada em níveis subterrâneos que atingem até 14 metros de profundidade.

Com a entrada em operação, a capacidade de recepção ferroviária no porto deve saltar de até 550 para 900 vagões por dia, um aumento de 63%, segundo a autoridade portuária. O volume anual de grãos recebidos por ferrovia poderá alcançar até 24 milhões de toneladas, frente a pouco mais de 5 milhões atualmente.

O sistema atenderá 11 terminais do Corredor de Exportação Leste (Corex) e centralizará a descarga ferroviária, eliminando a necessidade de manobras individuais nos terminais. A mudança deve reduzir interferências urbanas, com diminuição das passagens de nível de 16 para cinco e menor tempo de bloqueio viário.

As obras seguem com frentes simultâneas, incluindo a finalização da linha férrea, construção de prédios operacionais e implantação de uma subestação elétrica dedicada. Segundo a Portos do Paraná, a nova estrutura foi projetada para absorver o crescimento da demanda associado à expansão da malha ferroviária, como a Ferroeste e a Malha Sul.

Além dos ganhos operacionais, o projeto incorpora sistemas de controle ambiental, com captação de material particulado e mecanismos para reduzir a dispersão de poeira durante a movimentação de cargas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2026

BRASIL E PAÍSES BAIXOS PROJETAM FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO NA CADEIA DE H2V

Por Danilo Oliveira Portos e logística 01/07/2026 - 21:36



Programa neerlandês para economia de baixo carbono mapeou aspectos positivos no Brasil, que representam potencial para fornecimento de insumos. ABIHV destaca projetos avançados que aguardam regulamentação nacional e europeia

O Brasil tem projetos avançados ligados à cadeia do hidrogênio que aguardam a regulamentação de leis nacionais e internacionais para destravar um alto potencial de investimentos privados e quase R\$ 20 bilhões em créditos fiscais para empresas que produzirem metanol, amônia e hidrogênio verde. Esse

montante será distribuído, entre 2030 e 2035, aos primeiros entrantes dessa indústria, tanto produtores quanto compradores, a fim de reduzir os preços das soluções de baixo carbono. Com a descarbonização de setores da indústria global e a corrida pela segurança energética, parceiros europeus, como os Países Baixos, buscam cooperação com o Brasil, o que passa pelo desenvolvimento de corredores marítimos e pela possibilidade de financiamentos de projetos.

O GroenvermogenNL, programa dos Países Baixos para o desenvolvimento da capacidade verde da economia e da sociedade holandesa, mapeou aspectos positivos no Brasil, em especial a matriz energética renovável, que representa um alto potencial para fornecer insumos aos europeus. Em evento no Rio de Janeiro (RJ), nesta quarta-feira (1º), o gerente de projetos internacionais do GroenvermogenNL, Steef Kalsbeek, destacou que os dois países possuem complementaridades para desenvolver um corredor eficiente de descarbonização.

Ele explicou que os Países Baixos possuem uma disponibilidade insuficiente de energias renováveis e limitações estruturais para a captura do CO2 doméstico. O país, no entanto, tem ambição de ampliar os sistemas industriais de forma sustentável. Nesse cenário, o desenvolvimento desse mercado no Brasil pode representar um acesso de produtos brasileiros com baixa emissão aos mercados da União Europeia.

Os Países Baixos possuem clusters industriais avançados e com emissões concentradas: 12 empresas juntas causam 75% das emissões industriais de CO2. Há um importante potencial para o desenvolvimento de hidrogênio para uma demanda por aço e produtos químicos de baixo carbono, por exemplo, assim como combustíveis sintéticos. Kalsbeek destacou que o Porto de Roterdã é porta de entrada para a Europa, movimenta 5% do combustível marítimo global, e 13% da energia da União Europeia passam por ele.

A CEO da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV), Fernanda Delgado, considera que o Brasil tem fundamentos mercadológicos para ser um grande hub de hidrogênio, mas ainda falta a segurança da regulamentação do marco regulatório, aprovado há dois anos (leis 14.748/2024 e 14.990/2024). "Precisamos avançar em algumas frentes para sentarmos com os protagonistas para essa discussão", afirmou, durante o evento 'Orange Dialogues', promovido pelo Consulado Geral dos Países Baixos no Rio de Janeiro.

Há duas semanas, o Ministério da Fazenda anunciou que o primeiro leilão de acesso concorrencial dos R\$ 18 bilhões em subsídios ocorrerá em janeiro de 2027, o que deixou a indústria otimista. Na sequência, os ministérios de Minas e Energia (MME) e de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) sinalizaram que o decreto regulamentador está na iminência de ser assinado pelo governo federal.

“Só falta essa pequena atuação para que a gente tenha o arcabouço regulatório. Depois, vem o trabalho da ANP [Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis], que já começou. Já se tem uma série de publicações, grupos de trabalho e pessoas dedicadas para formar o marco regulatório dessa indústria”, destacou Fernanda à Portos e Navios. Pela nova legislação, a ANP vai incorporar a regulação do setor de hidrogênio a suas atribuições.

Ela citou que já existem, ao menos, dois projetos concretos de hidrogênio e metanol no Brasil, em escala comercial. Uma planta da White Martins que comercializa hidrogênio verde para para indústrias de vidro no interior de São Paulo, além de uma planta da Neoenergia, em Brasília, para produção do H2V para ônibus e caminhões. Segundo a executiva, eses caminho foi pavimentado pela tecnologia e pelo desenvolvimento da engenharia.

Fernanda destacou que existem projetos de larga escala no complexo do Pecém (CE). Os mais avançados são das empresas Fortescue e da Casa dos Ventos, voltados para a produção de amônia verde, visando o mercado de combustíveis marítimos do futuro. A primeira, que atua na área de mineração, trouxe ao Brasil uma embarcação movida à amônia, durante a COP-30, em novembro do ano passado.

A associação de indústrias ao H2V representa um ‘selo premium’, que facilita o acesso a mercados que exigem comprovação da origem da matéria-prima. O diretor no Brasil da Fortescue, Luis Viga, destacou a possibilidade de alavancar e gerar valor aos produtos a partir do selo verde, além de gerar independência do uso de combustíveis fósseis, aumentando a segurança energética.

Ele observa que Países Baixos, Alemanha e França, são exemplos de consumidores de hidrogênio verde e de seus derivados, para os quais o Brasil vem se apresentando como potencial parceiro. “Existe uma necessidade na Europa que precisa ser suprida e o Brasil está bem posicionado pela qualidade (...). O Brasil reúne uma série de predicados para ser esse hub de H2V mundial”, disse Viga.

O executivo contou que o projeto de larga escala em Pecém está avançado e terá 1,3 gigawatts (GW) de capacidade instalada. Ele vê a demora na regulamentação brasileira é parte do problema, mas que a Europa também está ‘patinando’ nesses mandatos, que vão ancorar os contratos no Brasil. “O principal problema é ter essa certeza do mandato para começar a indústria e para que depois ela possa andar com seus próprios pés”, analisou. Viga acredita que a parceria de Roterdã com Pecém, além da eficiência e de questões operacionais, foi importante para a criação do corredor verde marítimo entre os Países Baixos e o Brasil.

A CEO da ABIHV lembrou que a regulação da Organização Marítima Internacional (IMO) vai obrigar empresas de navegação a reduzir as emissões. “Já existem navios, já existem motores e os combustíveis estarão prontos no Brasil a partir de 2030-2032, com a FID (tomada de decisão de investimentos) dessas empresas que aguardamos ansiosamente”, projetou Fernanda.

Ela acrescentou que a tecnologia é sempre mais rápida que o desenvolvimento regulatório. Fernanda lembrou que, em recente reunião da Organização Marítima Internacional (IMO), foi dito que já existem navios e motores preparados para os novos combustíveis. “Já existem combustíveis, já existem motores duais que queimam etanol e metanol, ou GNL (gás natural liquefeito) e amônia, por exemplo, mas ainda precisamos do impositivo da lei”, reforçou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/07/2026

NAVIO DA CMA CGM SERÁ ABASTECIDO COM ETANOL EM SANTOS

Por Danilo Oliveira Navegação 01/07/2026 - 20:14



Armador e Copersucar preveem operação na próxima semana, no Tecon Santos. Bunkering anunciado é apontado como pioneiro com a utilização desse combustível na costa brasileira

A CMA CGM e a Copersucar realizam, no próximo dia 10 de julho, no Porto de Santos (SP), o abastecimento de um porta-contêineres com etanol no Brasil. A empresa do setor de biodiesel considera que a operação é pioneira e representa um marco para a descarbonização do transporte marítimo, ao demonstrar o potencial do etanol como combustível de baixa intensidade de

carbono, com capacidade de atender à demanda do setor em escala.

Portos e Navios apurou que o navio será o CMA CGM Iron, que partiu de Singapura no último dia 19 de junho, e tem previsão de chegada a Santos na manhã da próxima quinta-feira (9). De acordo com as últimas informações da plataforma Marine Traffic, o navio, com a bandeira de Malta, se encontra nas proximidades da costa da África do Sul.

O navio dual fuel, que compõe a 'frota verde' da CMA CGM, pode operar movido a metanol e combustíveis alternativos. Com capacidade de 13.000 TEUs, o cargueiro foi construído no estaleiro Hyundai Samho Heavy Industries, em Mokpo, na Coreia do Sul, e entregue ao armador em março de 2025. A empresa de navegação considera essa embarcação parte dos esforços para zerar as emissões (Net Zero) até 2050.

O bunkering será realizado no Tecon Santos, operado pela Santos Brasil, que é controlada pelo grupo CMA CGM. De acordo com a Copersucar, mais informações sobre a operação serão divulgadas posteriormente. O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) verifica projetos avançados para o uso de etanol na navegação e novos editais para bunker sustentável previstos para 2026.

Há cerca de um mês, um porta-contêineres bicombustível da Maersk realizou em Roterdã, na Holanda, uma operação de abastecimento com combustível marítimo composto por 100% de etanol. A operação ocorreu no contexto de uma série de ensaios que a empresa dinamarquesa vem conduzindo com misturas de metanol e etanol em navios equipados com motores bicombustível.

Na ocasião, a armadora informou que os testes com etanol sucedem uma primeira fase de experimentos com metanol verde em navios como o Laura Mærsk e integram a estratégia de ampliar o leque de combustíveis de menor intensidade de carbono que possam ser usados em navios já projetados para operar com metanol.

O avanço desses testes e operações é acompanhado com interesse por agentes ligados à indústria sucroenergética e ao transporte marítimo, que enxergam potencial para o biocombustível ganhar espaço como alternativa renovável em rotas internacionais. O Brasil é o maior produtor mundial de etanol de cana-de-açúcar.

A avaliação é que um eventual uso do etanol como parte do portfólio de e-combustíveis marítimos pode abrir oportunidade para exportadores brasileiros e para terminais portuários com capacidade de armazenagem e manuseio de biocombustíveis, em especial em corredores que já concentram embarques para Europa e Ásia.

Em outubro do ano passado, a Maersk, a fabricante de motores Everllance (antiga MAN Energy Solutions) e os produtores de etanol Inpasa, FS, Raízen, Atvos e a própria Copersucar, apresentaram uma declaração conjunta sobre a necessidade de uma abordagem multifuncional para a descarbonização do transporte marítimo. Na ocasião, o grupo ressaltou que o setor pode contribuir



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 110/2026
Página 85 de 85
Data: 02/07/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

com a indústria naval com tecnologias e combustíveis que permitirão o desenvolvimento de embarcações para que o setor marítimo atinja suas metas climáticas.

No documento, as partes citaram o etanol, amplamente usado em outros modais, como um dos combustíveis alternativos que justificam uma avaliação técnica e regulatória mais aprofundada. Para o transporte marítimo, a escala de produção existente do etanol foi definida como vantagem, com potencial de fornecer uma terceira opção de combustível para motores a metanol, de combustível duplo (dual fuel), por exemplo. À época, os participantes já informavam que testes recentes indicaram a viabilidade técnica de abastecer esses motores com etanol, ressaltando a importância do desenvolvimento e exploração contínuos.

Nota da Redação: Matéria atualizada para acréscimo de informações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/07/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 02/07/2026